

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Fernanda Nunes da Rosa Mangini**

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE  
DIREITOS HUMANOS**

Florianópolis

2011



**Fernanda Nunes da Rosa Mangini**

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE  
DIREITOS HUMANOS**

Dissertação submetida ao  
Programa de Pós-graduação em  
Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a  
obtenção do grau de Mestre em  
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska  
de Moraes Sarmento.

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

M277p Mangini, Fernanda Nunes da Rosa  
A produção acadêmica do Serviço Social sobre direitos  
humanos [dissertação] / Fernanda Nunes da Rosa Mangini ;  
orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento. - Florianópolis,  
SC, 2011.  
137 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação  
em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Produção do conhecimento. 3.  
Direitos humanos. I. Sarmento, Hélder Boska de Moraes.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa  
de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Fernanda Nunes da Rosa Mangini

## **A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2011.

---

Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, Dr.  
Coordenador do Curso

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Del Carmen Cortizo, Dra.  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Liliane Moser, Dra.  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Regina Célia Tamaso Mioto, Dra.  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



*Os conhecimentos empíricos e teóricos [...] são igualmente úteis e  
potencialmente exploráveis sob quaisquer ideologias.*  
*Florestan Fernandes (1920 – 1995)*





## ABSTRACT

One of the most important forms of research about the production of knowledge is the “study of studies.” In Social Service, human rights constitute a central ethical principal in the professional Code of Ethics of the Social Worker of 1993. Considering the relationship between scholarly production about the profession with Marxist social theory and its radical criticism of the concept of human rights, we question how this principal, present in the technical-professional vocabulary, is conceptually prepared and founded in the realm of production of knowledge in Social Service. In this universe, we describe and analyze theoretical production from Social Service about human rights and its correspondence with professional activity. To do so, we conducted a review of the Brazilian journal *Qualis A* from the field of Social Work. Articles were selected by title and key words containing the expression “human rights” or related expressions.. We sought to distinguish articles written by social workers from those from authors from other fields of knowledge found in the same journals. A research tool was constructed to carefully explore the material. This was a bibliographic-documentary type case study. We conducted an approximation with the epistemological analysis, a tool that was chosen for the development of a critical analysis of the production of Social Service. We identified the existence of different concepts and trends of interpretation and analysis of the phenomenon of human rights including: social liberal, Marxist and post-Marxist. We identify an inversion of the priorities of study and research, related to the inexpressive number of articles prepared by Social Assistants, with articles that have a strong focus on professional activity, and that have a more prescriptive than operative character and are restricted to ethical and political issues. From this we raise the supposition of an academic debate that is permeated by disdain and prejudices, stemming from readings of a paradigmatic inspiration that are limited to a criticism of human rights, which is seen as a substrate of bourgeois discourse and its defense, as a project for political emancipation of workers and a tool for the historical conquest of classes. The political-ideological emphasis prevents a deepening of the debate and an analysis of its foundations, limiting advances in the production of knowledge, which is so important to the development of a theoretical and technical body of knowledge concerning Social Service.

Key words: knowledge, Social Service, human rights.



## RESUMO

Entre os estudos mais importantes para elucidar os caminhos da produção do conhecimento estão aqueles que fazem “pesquisa das pesquisas”. No Serviço Social, os direitos humanos constituem um princípio ético central no Código de Ética profissional do Assistente Social de 1993. Considerando a vinculação da produção acadêmica da profissão com a teoria social marxista e a radicalidade dessa teoria na crítica aos direitos humanos, indagamos como esse princípio presente no vocabulário técnico-profissional é elaborado, conceituado e fundamentado no âmbito da produção do conhecimento no Serviço Social. Nesse universo, buscamos descrever e analisar a produção teórica do Serviço Social sobre direitos humanos na sua correspondência com o exercício profissional. Para tanto, propomos um recorte nos periódicos nacionais *Qualis* A4 área de Serviço Social. O critério de seleção dos artigos foi o título e as palavras-chave contendo a expressão “direitos humanos” ou expressões correlatas. Procuramos distinguir os artigos de autoria de Assistentes Sociais entre publicações de outras áreas do conhecimento presentes nas mesmas revistas. Um instrumento de pesquisa foi construído para explorar criteriosamente o material. Trata-se de um estudo de caso do tipo bibliográfico-documental. Realizamos uma aproximação com a análise epistemológica, ferramenta que foi escolhida para o desenvolvimento de uma análise crítica da produção do Serviço Social. Identificamos a existência de diferentes concepções e tendências de interpretação e análise do fenômeno dos direitos humanos: liberal social; marxista; e pós-marxista. Indicamos a ocorrência de uma inversão das prioridades de estudo e pesquisa, relacionada ao número inexpressivo de artigos elaborados por Assistentes Sociais, principalmente com foco no exercício profissional, cujo debate de caráter mais prescritivo que operativo é restrito aos níveis ético e político. Daí a suposição de um debate acadêmico permeado por menosprezos e preconceitos, decorrentes de determinadas leituras de inspiração paradigmática que se resumem à crítica dos direitos humanos, como substrato do discurso ideo-burguês, e a sua defesa, como projeto de emancipação política dos trabalhadores e instrumento de conquista histórica das classes. Posto pela via político-ideológica, o debate não se encaminha ao aprofundamento e a explicitação de seus fundamentos, não avançando a produção do conhecimento, caríssima ao desenvolvimento de um *corpus* teórico-técnico próprio do Serviço Social.

Palavras-chave: conhecimento, Serviço Social, direitos humanos.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	20
1.3 OBJETIVOS .....	22
1.3.1 <i>Objetivo geral</i> .....	22
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	22
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	23
1.4.1 <i>Caracterização da pesquisa</i> .....	23
1.4.2 <i>Procedimentos de coleta de dados</i> .....	24
1.4.3 <i>Procedimentos de análise dos dados</i> .....	25
1.4.4 <i>Estrutura da dissertação</i> .....	26
<b>2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TEORIAS SOCIAIS.....</b>	<b>29</b>
2.1 CONHECIMENTO E CIÊNCIA.....	29
2.1.1 <i>Tipos de ciências</i> .....	31
2.1.2 <i>A pesquisa científica</i> .....	33
2.1.3 <i>A ciência, os valores e a ideologia</i> .....	36
2.2 MARCOS REFERENCIAIS EM CIÊNCIAS HUMANAS .....	41
2.2.1 <i>A abordagem naturalista</i> .....	41
2.2.2 <i>A abordagem interpretativa</i> .....	43
2.2.3 <i>A abordagem “crítica”</i> .....	45
2.3 PARADIGMAS E TRADIÇÕES DE PESQUISA .....	47
<b>3 PERFIL DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>53</b>
3.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	53
3.1.1 <i>Temática</i> .....	53
3.1.2 <i>Autoria</i> .....	54
3.1.3 <i>Classificação</i> .....	55
3.1.4 <i>Denominação</i> .....	56
3.1.5 <i>Cronologia</i> .....	57
3.1.6 <i>Localização</i> .....	58
3.2 ESTRUTURAÇÃO.....	59
3.2.1 <i>Eixo histórico, teórico e filosófico</i> .....	60
3.2.2 <i>Eixo direitos humanos, legislação e proteção social</i> .....	74
3.2.3 <i>Eixo intervenção profissional e direitos humanos</i> .....	82
3.2.3.1 <i>Serviço Social</i> .....	82
3.2.3.2 <i>Equipe Multiprofissional</i> .....	90
3.3 FUNDAMENTAÇÃO .....	95

<b>4 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL, OS DIREITOS HUMANOS E AS TEORIAS SOCIAIS .....</b>	<b>97</b>
4.1 TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E CONCEPÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS .....	97
<b><i>4.1.1 Tendência liberal social</i></b> .....	<b>100</b>
<b><i>4.1.2 Tendência Marxista</i></b> .....	<b>101</b>
<b><i>4.1.3 Tendência Pós-marxista</i></b> .....	<b>103</b>
4.2 PARADIGMAS E TEORIAS SOCIAIS .....	104
4.3 CONHECIMENTO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL .....	112
<b><i>4.3.1 O caso do Grupo de Estudos: Trabalho e Educação</i></b> .....	<b>115</b>
<b><i>4.3.2 A dimensão da ética e da política e o exercício profissional..</i></b>	<b>119</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>137</b>
ANEXO A.....	137

## 1 INTRODUÇÃO

Sempre esteve presente, em nosso percurso acadêmico, a preocupação com a produção do conhecimento em Serviço Social, que implica na sua constituição como disciplina e área de conhecimento.

Essa preocupação que aflorou na iniciação científica, ainda que indiretamente, não se manteve distante da discussão realizada em torno dos marcos referenciais de interdisciplinaridade, porque a própria temática implicava na discussão mais ampla da construção, formação e consolidação do conhecimento científico. Assim, mesmo quando realizamos um mestrado em Educação (MANGINI, 2010) e direcionamos nosso trabalho de pesquisa e de construção da dissertação para a problemática da introdução do princípio da interdisciplinaridade nas políticas educacionais, a discussão mais ampla sobre as características do conhecimento científico e a formação de um campo, disciplina ou área de conhecimento, estava presente.

Quando realizamos o mestrado em Serviço Social, chamou nossa atenção a crescente demanda dos alunos por um debate mais articulado e aprofundado de diferentes temáticas de acordo com os propósitos do Serviço Social. Em uma disciplina que cursamos, cujo título coincide com a área de concentração do Programa: “Serviço Social, direitos humanos e questão social”<sup>1</sup>, foram levantadas inúmeras controvérsias que, em nosso entendimento, apontavam para possíveis faltas e limitações da produção do conhecimento do Serviço Social nesse campo. Com essa problemática, nossa preocupação investigativa ganhou força, aliada as condições para satisfazê-la, ou seja, a demanda da realização de uma pesquisa e a afinidade da temática com a área de concentração de pesquisa do Programa de Pós-Graduação.

Nesse sentido, com esta dissertação, propomos investigar o processo de constituição do campo de conhecimentos do Serviço Social sobre direitos humanos, considerando a articulação desse campo com o exercício profissional.

No Serviço Social, os direitos humanos se inserem como um princípio ético central no Código de Ética profissional do Assistente

---

<sup>1</sup> O programa da disciplina foi organizado em três eixos, ordenados da seguinte forma: a) fundamentos, trajetória, garantia dos direitos e teorias normativas contemporâneas; b) direitos, cidadania, globalização, Estado e mercado; c) questão social, direitos sociais e o substrato ético-político do Serviço Social.

Social de 1993. Essa inserção não está isenta de polêmicas no interior da categoria profissional, se considerarmos a vinculação da produção acadêmica da profissão com a teoria social marxista e a radicalidade dessa teoria na crítica aos direitos humanos. Nesse sentido, cabe questionar como esse princípio presente no vocabulário técnico-profissional é elaborado, conceituado e fundamentado no âmbito da produção do conhecimento no Serviço Social, considerando os possíveis dilemas entre uma formação orientada pela crítica radical e um exercício profissional orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos.

Assim, pensamos ser a produção acadêmica do Serviço Social fundamental para a presente reflexão. Nesse universo teórico, buscamos descrever e analisar as produções de Assistentes Sociais sobre direitos humanos na sua correspondência com o exercício profissional. Ou seja, buscamos a partir das produções dos Assistentes Sociais identificar e caracterizar as tendências teórico-metodológicas e as concepções político-ideológicas presentes na análise e interpretação dos direitos humanos, e também levantar informações sobre o exercício profissional na perspectiva dos direitos humanos.

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico nas principais revistas da categoria. O critério de seleção dos artigos foi o título e as palavras-chave contendo a expressão “direitos humanos”. Também foram considerados títulos com a expressão “direitos fundamentais”, como similares aos direitos humanos. Procuramos distinguir os artigos de Assistentes Sociais entre publicações de outras áreas do conhecimento presentes nas mesmas revistas. Um instrumento de pesquisa foi construído para explorar criteriosamente o material bibliográfico, subsidiando a descrição e análise consequentes.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Na disciplina de Serviço Social, questão social e direitos humanos, os alunos manifestaram a necessidade de realizar um debate sobre direitos humanos que, diferentemente do que vinha ocorrendo em outras disciplinas, não deixasse de fora o Serviço Social. O objetivo era articular e discutir mais profundamente o exercício profissional do Assistente Social na relação com os direitos humanos, preferencialmente com base em autores do Serviço Social que, supostamente conduziram a realização desse objetivo. No entendimento dos alunos, no decorrer do



curso havia predominância de determinados temas em detrimento de outros, pois as questões do exercício profissional<sup>2</sup> ficavam sempre relegadas para um terceiro plano, acabando que, no fim do semestre, os alunos não viam ou viam muito pouco o que mais deveria lhes interessar: o Serviço Social.

Nessa perspectiva, ocorreram modificações na organização do conteúdo programático no sentido de favorecer e ampliar esse debate do Serviço Social, sem dar muita prioridade ou desprestigiar os autores e conhecimentos do âmbito das ciências sociais e humanas. Porém, para nós permaneceu a questão de fundo a respeito do que se tem produzido no âmbito do Serviço Social sobre direitos humanos, mais especificamente, qual o posicionamento dos Assistentes Sociais formados na perspectiva da teoria social crítica a respeito da temática e qual a relação dessa com o exercício profissional. Embora algumas razões e propostas dos estudantes possam estar equivocadas, o problema exposto por eles parecia merecer atenção.

Diante disso, vimos à necessidade de indagar se esse princípio presente no vocabulário técnico-profissional adquiria tamanha centralidade no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. As questões suscitadas não giravam em torno da simples identificação da quantidade de produções, como balizadora da qualidade (a exemplo de um comparativo com as outras temáticas), pelo contrário, fomentavam as seguintes explorações: se a frequência ou a ausência de produções decorria de alguma concepção de direitos humanos, assim como, de referencial teórico e de visão de mundo. Caberia investigar como a concepção de direitos humanos aparecia na produção do Serviço Social, e como ela estava articulada ao referencial teórico, ao exercício profissional, e a uma determinada visão de homem e de mundo.

A produção do Serviço Social sobre direitos humanos não parece isenta de contradições, considerando o terreno de inscrição e fundamentação dos direitos humanos e a vinculação majoritária da categoria com a abordagem crítica de inspiração marxiana e/ou marxista. Esse referencial faz uma crítica radical aos direitos humanos e diverge substancialmente do pensamento liberal, um dos principais

---

<sup>2</sup> Embora os conhecimentos básicos proporcionados pela disciplina estejam de acordo com os propósitos de um curso de Mestrado acadêmico, isto é, a formação de docentes, no que diz respeito à pesquisa e à qualidade do ensino essas questões não merecem ser desprezadas.

terrenos de fundamentação dos direitos humanos<sup>3</sup>. Essa é uma questão abrangente e de difícil solução que aponta para a fundamentação e a apropriação das teorias sociais, ou seja, como o Serviço Social vem relacionando-se com as diferentes teorias, do ponto de vista da coerência no desenvolvimento da pesquisa e da elaboração do conhecimento, considerando a sua especificidade<sup>4</sup> e as demandas do exercício profissional.

Neste sentido é que encaminhamos a presente pesquisa considerando a possibilidade de existência dessas lacunas (falta de subsídios) na produção do conhecimento em Serviço Social, porém desenvolvemos o entendimento de ser mais importante estudar o modo como esses profissionais tem encaminhado a pesquisa e a produção do conhecimento, ou seja, como e em que medida os profissionais tem direcionado a pesquisa e o conhecimento produzido para as especificidades profissionais. Uma questão que nos pareceu importante é se os profissionais estão conseguindo identificar os desafios para encaminhar as soluções, ou seja, para buscar respostas com a produção de conhecimentos. Pensando nessa possibilidade é que propomos estudar como os Assistentes Sociais vêm produzindo o seu próprio conhecimento, pois o Serviço Social não tem uma longa trajetória de produção de conhecimentos científicos, o que fez aumentada a necessidade de uma reflexão epistemológica.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Entre os estudos mais importantes para elucidar os caminhos da produção do conhecimento estão aqueles que fazem “pesquisa das

---

<sup>3</sup> A emergência dos direitos humanos decorre de um longo processo histórico, tendo como momentos predominantes, no plano teórico, a doutrina jusnaturalista, inspirada no conjunto de formulações teóricas, éticas e políticas do liberalismo, e, no plano empírico a Declaração da Independência dos Estados Americanos de 1776, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França de 1789. (BOBBIO, 2004).

<sup>4</sup> Não estamos tomando especificidade como sinônimo de exclusividade, mas sim como particularidades históricas, relacionadas a espaços de atuação, interesses, procedimentos, objetos e objetivos profissionais. Ver Montañó (1998).

pesquisas”. As razões que movem esse tipo de estudo são as mais diversas, elas vão desde a necessidade de visualizar um panorama do conhecimento produzido sobre um determinado assunto ou área, até a necessidade de avaliar as pesquisas desenvolvidas e orientar a realização de novas pesquisas, considerando as fragilidades de determinadas produções e as possibilidades de apresentar soluções e encaminhamentos. Nesse sentido, contribuem para a renovação e o desenvolvimento da pesquisa, tanto em quantidade (ausência de estudos), como em qualidade (tratamento metodológico, coerência, novas temáticas e questões).

Esse tipo de estudo apresenta a vantagem de oferecer um panorama: a) da quantidade de artigos na temática; b) dos objetos e objetivos privilegiados; c) dos locais de concentração dos pesquisadores e dos pesquisados; d) dos tipos de metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas; e) das características da revisão de literatura; f) dos conceitos<sup>5</sup> e categorias<sup>6</sup> empregados; g) do “estado da arte” do conhecimento. Dessa forma, fazem-se necessárias avaliações a respeito do que vem sendo desenvolvido na área de conhecimentos do Serviço Social, classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) como integrante do grupo das ciências sociais aplicadas.

Por meio desse estudo, pretendemos analisar as produções dos Assistentes Sociais sobre direitos humanos, considerando duas grandes problemáticas gerais: a) a dificuldade de encontrar estudos com reflexões epistemológicas sobre a produção do conhecimento do Serviço Social, especialmente sobre direitos humanos; b) a necessidade de refletir e explicitar os pressupostos e fundamentos teórico-filosóficos e epistemológicos que orientam a produção do Serviço Social. A vantagem desses estudos é que, de uma maneira geral, possibilitam ao pesquisador conhecer o “estado da arte” e as características da produção do conhecimento.

Além disso, a falta de estudos desse tipo constitui-se num dos principais obstáculos para o próprio desenvolvimento do conhecimento na área, pois dificulta a explicitação dos interesses que comandam o

---

<sup>5</sup> De maneira geral, conceito é todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão de objetos cognoscíveis. (ABBAGNANO, 2000).

<sup>6</sup> Em geral, qualquer noção que serve de regra e parâmetro para a investigação ou para a sua expressão lingüística em qualquer campo. (ABBAGNANO, 2000).

desenvolvimento e a apropriação dos resultados das pesquisas. Reconhecer a necessidade desses estudos significa voltarmos nossa atenção para como tem se processado a concepção de ciência nessa área, ou seja, os pressupostos e os fundamentos teórico-filosóficos e epistemológicos que tem orientado a produção do conhecimento reconhecido como científico. As revistas da área de Serviço Social, além de contarem com ampla divulgação, são produtoras em potencial de conhecimentos científicos, o que impõe a necessidade de reflexão crítica, teórica e filosófica sobre o seu próprio conhecimento.

### 1.3 OBJETIVOS

Com a presente proposta, pensamos em começar a realização de estudos que ajudem a compreender como os Assistentes Sociais vêm construindo o conhecimento, com a finalidade de lançar reflexões que possam contribuir com o avanço da pesquisa e com o acúmulo de conhecimento na área.

#### 1.3.1 Objetivo geral

Descrever e analisar a produção teórica do Serviço Social sobre direitos humanos nos periódicos nacionais *Qualis*<sup>7</sup> A da área de Serviço Social.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

---

<sup>7</sup> *Qualis* é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, elaborado por meio de um aplicativo específico de Coleta de Dados. A classificação é realizada por áreas de avaliação e é atualizada anualmente. O estrato mais elevado é o A1 e o menos elevado é o C, com peso zero. A classificação da relevância segue a ordem: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. O veículo de divulgação da classificação da qualidade da produção é o *WebQualis*. A lista do *Qualis* da área de Serviço Social está disponível em: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

- a) Perfilar a produção em direitos humanos, considerando o número de publicações, o local de publicação e o período;
- b) Identificar os autores referenciados na produção sobre direitos humanos, tanto os da área interna, quanto os de áreas externas ao Serviço Social;
- c) Identificar as palavras-chave, os conceitos e as categorias da produção sobre direitos humanos;
- d) Caracterizar os tipos de pesquisa (abordagens metodológicas), descrevendo a elaboração e a apropriação dos autores de acordo com a revisão de literatura e os resultados da pesquisa.

## 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, apresentamos as etapas do desenvolvimento desse estudo. Apesar de interligadas, organizamos essas etapas, primeiramente pela caracterização da pesquisa, que consiste em um panorama do caminho metodológico: as principais escolhas e suas justificativas, de acordo com os propósitos do estudo. Em seguida, apresentamos os procedimentos de coleta de dados com especial ênfase para um roteiro ou instrumento de pesquisa. Finalmente, apresentamos os procedimentos de análise dos dados e a estrutura da dissertação.

### 1.4.1 Caracterização da pesquisa

Nossos objetivos específicos de identificar e de mapear a produção do conhecimento sobre direitos humanos articulam-se mais facilmente com as características de uma pesquisa exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com a finalidade de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Seu planejamento é bastante flexível. Já as pesquisas descritivas visam descrever as características de determinado fenômeno ou população ou estabelecer relações entre

variáveis. Uma das suas características mais marcantes é a utilização de questionário. (GIL, 1994).

Trata-se de um estudo de caso do tipo bibliográfico-documental. A pesquisa bibliográfico-documental é desenvolvida com base em material previamente elaborado, constituído principalmente de artigos e livros científicos. As fontes bibliográfico-documentais escolhidas foram: os livros de referência informativa da área de teoria do conhecimento e filosofia da ciência de Dutra (2008) e Cupani (2009) para a análise epistemológica; e as publicações periódicas da área de Serviço Social sobre direitos humanos para a leitura e reflexão crítica sobre os elementos da produção científica. Segundo Gil (1994), na atualidade, os artigos bibliográficos podem ser considerados uma das mais importantes fontes de pesquisa. Os artigos apresentam, de maneira implícita ou explícita, uma base metodológica e epistemológica.

Os critérios de escolha, diante do volume de periódicos da área de Serviço Social, foram os principais periódicos nacionais da área, de acordo com o critério de maior conceituação na CAPES, ou seja, os periódicos classificados como *Qualis* A (A1 e A2). O critério da maior conceituação pode ser um indicativo dos artigos mais desenvolvidos e qualificados da área. Os periódicos de maior conceituação na categoria *Qualis* A1 são a Revista Serviço Social e Sociedade e a Revista Katálys, e na categoria *Qualis* A2 são a Revista Emancipação e a Revista Textos e Contextos. Dentre todas elas, a revista Serviço Social e Sociedade é a que possui maior tempo de publicação, sendo, supostamente mais apropriada e divulgada nos espaços de formação e exercício profissional.

#### **1.4.2 Procedimentos de coleta de dados**

A seleção dos artigos seguiu os seguintes critérios: autoria de Assistentes Sociais, títulos e palavras-chave com a expressão “direitos humanos”. Também foram considerados títulos com a expressão “direitos fundamentais”, como similares aos direitos humanos. O material previamente coletado, cerca de 21 artigos, sendo 14 produzidos por Assistentes Sociais, possibilitou o estudo da totalidade do universo de pesquisa, não sendo necessária à definição e à delimitação por amostragem. Os 7 artigos de autores de outras áreas do conhecimento, não foram considerados, porque nem todos tinham vínculos com as

temáticas e com o curso de Serviço Social. Os artigos produzidos por Assistentes Sociais em parceria com profissionais de outras áreas não foram descartados da amostra.

Com o material coletado, utilizamos um instrumento de pesquisa (Vide Anexo A) para que o tratamento do material fosse realizado de acordo com critérios e diretrizes norteadoras, tendo como horizonte os níveis: metodológico; epistemológico (concepções de validação científica, causalidade e ciência); lógico-gnoseológico (formas de tratamento do objeto, conceituação, classificação, relação sujeito e objeto) e ontológico (concepção de direitos humanos ligada à uma visão de mundo). O roteiro ou instrumento de pesquisa foi construído de acordo com os objetivos específicos e as questões norteadoras da pesquisa. (GAMBOA, 2000).

### **1.4.3 Procedimentos de análise dos dados**

A análise epistemológica foi o recurso escolhido para a análise crítica da produção do Serviço Social. A epistemologia é a disciplina da filosofia que estuda como construímos o conhecimento. Ela possibilita uma análise crítica do conhecimento humano, particularmente do conhecimento científico. Por meio da análise epistemológica, podemos explorar e evidenciar os paradigmas<sup>8</sup> de orientação dos pesquisadores, problematizar e explicitar a coerência interna e relacional entre as teorias; mapear a atividade da pesquisa e a construção do conhecimento, determinar os níveis de confiabilidade dos construtos, entre outras questões que dizem respeito à qualidade do conhecimento.

Os estudos que investigam a produção científica de uma determinada área do saber adotam da epistemologia elementos que possibilitam o conhecimento dos diversos pressupostos implícitos nessa forma de produção humana, ou seja, buscam na filosofia os princípios para o seu desenvolvimento e na ciência seu objeto de investigação. A

---

<sup>8</sup> Paradigma significa modelo ou exemplo. Aristóteles e Platão foram os primeiros a empregar essa palavra com esse significado. (ABBAGNANO, 2000).

função desses estudos reside, principalmente no diálogo e no intercâmbio entre a tradição filosófica e a tradição científica, partindo da prática concreta de pesquisa em determinada área do saber, nesse caso, os periódicos do Serviço Social sobre direitos humanos (GAMBOA, 2000).

A análise epistemológica contribui para decifrar os paradigmas científicos, entendidos como lógicas de analisar e interpretar a realidade, por meio dos seus pressupostos gnoseológicos, filosóficos, lógicos, epistemológicos e técnicos. Aos pesquisadores cabe o conhecimento da diversidade de paradigmas e suas implicações filosóficas e ideológicas, atentando para os debates em torno da evolução das tendências de pesquisa em vista do aperfeiçoamento dos critérios de qualidade dos processos de construção do conhecimento. (GAMBOA, 2000).

Os estudos epistemológicos têm a função de elucidar e interpretar diferentes opções de pesquisa, sem indicar qual ou quais os caminhos são mais ou menos apropriados e eficazes. Nesse sentido, os estudos epistemológicos contribuem para conhecer as diversas opções de pesquisa e compreender suas limitações e implicações filosóficas e ideológicas dentro de um processo de constante “vigilância epistemológica”<sup>9</sup>, que consiste basicamente na reflexão e no cuidado constante com a construção lógica da pesquisa, isto é, com as condições e os limites de emprego de técnicas e conceitos, a validade dos resultados, a adequação e a coerência de teorias, métodos e instrumentos de pesquisa (BOURDIEU & CHAMBOREDON & PASSERON, 1983).

#### **1.4.4 Estrutura da dissertação**

A dissertação foi estruturada em três partes. Na primeira, apresentamos alguns aportes teóricos sobre a ciência e as teorias sociais, visando introduzir o debate. Na segunda, apresentamos os resultados da pesquisa, focando na descrição e na organização do material. Na

---

<sup>9</sup> Conceito desenvolvido pelo filósofo Bachelard (1884-1962), como correspondente de uma atitude oposta à constante tentação do cientista de transformar preceitos do método em receitas de culinária científica ou em objetos de laboratório.



terceira, aproximamos as ferramentas da análise epistemológica, focando na discussão dos resultados e, buscando alternativas para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento na área.



## 2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TEORIAS SOCIAIS

Nesta seção, apresentamos a definição de conhecimento e ciência e dos tipos de ciências à luz da filosofia da ciência e da epistemologia, disciplina que se ocupa das questões de justificação do conhecimento. Também apresentamos as características da pesquisa científica, com suas teorias, suas leis e seus conceitos, e discutimos a relação do conhecimento científico com os valores e a ideologia, demonstrando que a ciência não está isenta de valores. Por fim, apresentamos os principais marcos teóricos ou abordagens metodológicas das ciências humanas e a discussão dos “paradigmas” do conhecimento.

A distinção entre os tipos de conhecimentos, bem como, a identificação das características do conhecimento científico e suas principais abordagens metodológicas nas ciências sociais são importantes parâmetros para nossa análise epistemológica da produção do conhecimento no Serviço Social. Mesmo entendendo que, trata-se de uma aproximação com a ferramenta da análise epistemológica, buscamos aproximar estes parâmetros na terceira seção, principalmente as abordagens metodológicas e os paradigmas de pesquisa da análise da produção em questão.

### 2.1 CONHECIMENTO E CIÊNCIA

Tradicionalmente, o conhecimento é concebido como uma crença verdadeira e justificada. Nessa concepção, o termo “crença” diz respeito a uma opinião, não apresentando conotação religiosa, o termo “verdade” refere-se basicamente a um critério de aceitação, embora o conceito de verdade seja concebido de diversas maneiras, e a palavra “justificada” está relacionada à forma de validação do conhecimento. (DUTRA, 2008).

O conhecimento pode ser classificado em perceptivo e proposicional. O conhecimento perceptivo é aquele que depende diretamente dos sentidos humanos e o proposicional é aquele que é comunicado por meio de enunciados, ou seja, por meio da comunicação de uma sentença que, por sua vez é compreendida como uma seqüência de termos. Esses tipos de conhecimento podem ser classificados em

direto e indireto. A diferença entre eles é a emissão de juízos. O conhecimento direto ou familiar é genuíno e não demanda juízos. Já o conhecimento indireto ou descritivo depende de juízos e inferências. (DUTRA, 2008).

Nessa perspectiva, resumidamente, o conhecimento direto é aquele obtido pelos sentidos humanos, já o conhecimento indireto é aquele construído ou inferido a partir dos dados dos sentidos. Parece importante assinalar a diferença entre construir e inferir, tomada epistemologicamente pelo filósofo Bertrand Russel (1872-1970). Essa diferença reside na quantidade e na qualidade das informações. Para inferir, precisamos de um pequeno número de informações. Já para construir um objeto a partir de outros que, podem vir da experiência, considerada como dados dos sentidos humanos, precisamos de mais informações. (DUTRA, 2008).

Ainda existem diferentes formas de conhecimento humano: vulgar, teológico, filosófico, estético, científico, entre outros. Esses conhecimentos distinguem-se pela forma como são obtidos e validados. Assim, por exemplo, o conhecimento religioso é aquele obtido pela revelação e validado pela fé.

A ciência é um tipo de conhecimento produzido pelo homem, ao longo de sua história, que, tradicionalmente, distingue-se por priorizar a racionalidade e empregar um método. A etimologia da palavra ciência vem do latim, *scientia*, que significa genericamente conhecimento. Basicamente, trata-se de um tipo de saber qualificado como científico, em vista de seus processos metodológicos, e baseado em proposições justificadas. O método científico refere-se a um conjunto de concepções sobre a natureza, o homem e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, de preceitos a serem seguidos para construir o conhecimento científico ao longo da história (ANDERY et al, 2007).

Contudo, a definição de ciência é bastante controversa, pois não existe um consenso a seu respeito. Contribui para essa indefinição, a existência de diferentes tipos de ciência, isto é, práticas ou disciplinas acadêmicas e extra-acadêmicas. Por isso, é comum definir ciência pela utilização de um método que, mediante uma linguagem rigorosa tem por objetivo buscar as leis que regem os fenômenos. De maneira geral, apesar da existência de diferentes concepções de ciência, é possível defini-la mediante a identificação de suas características, isto é, como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral e falível. (CUPANI, 2009; GIL, 1994).

É objetivo, porque utiliza uma linguagem comum, ou seja, unívoca, e, um método de controle intersubjetivo, ou seja, que permite compreender e verificar teorias, hipóteses e resultados, descrevendo a realidade independentemente da vontade do pesquisador. É racional porque não se fundamenta nas sensações ou impressões do sujeito cognitivo para chegar aos resultados. É sistemático porque procura construir sistemas de idéias organizadas racionalmente, buscando incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque busca as leis ou normais gerais, que expliquem determinados tipos de fenômenos. É verificável porque sua testabilidade é a condição para demonstrar a veracidade provisória das informações. É falível porque admite sua própria capacidade de errar, e compreende que disso depende o próprio desenvolvimento da ciência. (CUPANI, 2009; GIL, 1994).

### **2.1.1 Tipos de ciências**

Existem ainda diversas classificações sobre os tipos de ciências. Uma classificação fundamental é entre ciências “factuais ou empíricas” e ciências formais. A primeira foca nos fenômenos que são acessíveis aos nossos sentidos, mediante a experiência e com auxílio de instrumentos, isto é, nos objetos ditos “concretos”, como os artefatos, as pessoas e os animais. Essa ainda admite uma subdivisão entre ciências naturais e ciências humanas (ou sociais). A segunda foca nas entidades acessíveis mediante o pensamento, isto é, nos objetos ditos “abstratos”, como os números e as figuras geométricas. A distinção não implica que ambos os tipos de ciência não possam articular-se. (CUPANI, 2009).

Outra classificação importante é entre ciência “básica” ou “pura” e ciência aplicada. Na ciência básica prevalecem os interesses cognitivos, ou seja, a ampliação do conhecimento. O esforço científico pelo aumento do saber é considerado como algo em si valioso. Por isso, essa forma de ciência, também é considerada superior por muitos filósofos. Geralmente, a ciência aplicada apóia-se na ciência básica, por isso, considera-se que produz um saber teoricamente mais limitado. Nesse tipo de ciência, prevalecem os interesses de obtenção de um conhecimento útil. Quando ocorre a busca do saber científico para obter auxílio na resolução de um interesse prático, fala-se em tecnologia, por

exemplo, a fabricação de um remédio, a organização e administração de uma escola etc. (CUPANI, 2009).

A tecnologia é um tipo peculiar de aplicação do saber científico para resolução de problemas práticos que não exclui outros tipos de conhecimentos. Por essa razão, possui conceitos e problemas próprios, e está baseada em regras e, não em leis científicas. A produção de qualquer artefato tecnológico pode incluir outros saberes, como o conhecimento vulgar e o saber técnico tradicional. A tecnologia é uma espécie de mediação entre os conhecimentos e os problemas práticos, isto porque, “as teorias, são em si mesmas, demasiado abstratas e idealizadas, não podendo ser diretamente aplicadas na solução de problemas práticos” (CUPANI, 2009, p. 111). Além disso, a tecnologia articula muito mais facilmente valores cognitivos e valores sociais, como uma exigência técnica e econômica, a exemplo da economia de recursos. A tecnologia e a técnica também não escapam de críticas específicas, principalmente da sua relação com a estrutura política da sociedade. Porém, elas não têm sempre a ver com economia e produtividade, mas também com a necessidade de organização de conhecimentos para a resolução de problemas.

A classificação entre ciência pura, aplicada e tecnologia não significa que as três atividades existam sempre separadas. Nada impede que os conhecimentos básicos não possam servir à ciência aplicada. A ciência aplicada, por sua vez, pode produzir conhecimentos puros, isto é, cuja utilidade não é percebida diretamente. A delimitação entre essas atividades e a prioridade da pesquisa pura, sofre críticas de posições filosóficas como o marxismo e o pragmatismo. Para o marxismo, é questionável ver na ciência pura somente o fruto da curiosidade humana, considerando os condicionamentos do modo como as sociedades humanas produzem sua vida material. A aparente “não utilidade” seria indicativa do mascaramento dos interesses práticos ou a real inutilidade dessas pesquisas. Para o pragmatismo, a própria teoria é uma espécie de prática, isto é, o conhecimento é uma forma de ação, ou melhor, uma combinação de pensamento e ação. (CUPANI, 2009).

Das classificações apresentadas deriva uma outra relacionada às peculiaridades da pesquisa científica de assuntos humanos. A distinção entre ciências naturais e humanas ou sociais é defendida, sobretudo, pelos filósofos que consideram diferente a abordagem dos comportamentos, objetos e eventos humanos, devido à distinção do homem em relação aos outros animais, ou seja, produção de cultura, significados, imprevisibilidade do comportamento humano, entre outros. No entanto, outros filósofos não consideram essa distinção fundamental,

porque concebem o ser humano como um ser físico, composto de organismos, pertencentes à natureza. Por outro lado, a metodologia científica bem sucedida no estudo dos seres naturais, pode ser estendida para explicar leis, descrever os fenômenos humanos e prever sua ocorrência. (CUPANI, 2009; GIL, 1994).

Nesse sentido, existem argumentos tanto para incluir os estudos humanos nos estudos da natureza, quanto para separar as ciências que tratam dos eventos humanos. Nas bases dessa polêmica desenvolvem-se duas grandes correntes na filosofia das ciências humanas: os defensores de que as ciências humanas devem proceder de maneira análoga às ciências naturais, chamados de naturalistas ou positivistas; e os chamados interpretativos, defensores de que os fenômenos humanos não são inteiramente redutíveis a processos naturais, pois possuem um sentido ou significado para os próprios agentes humanos, bem como, para o observador dos fenômenos humanos. Voltaremos a essa discussão nos marcos referenciais em ciências humanas. (CUPANI, 2009; GIL, 1994).

### 2.1.2 A pesquisa científica

As principais atividades que os cientistas desenvolvem ao pesquisar a realidade são a formulação de hipóteses e os testes, mediante observações sistemáticas e experimentos. As hipóteses são suposições construídas com base em conhecimentos científicos prévios, por isso, não surgem imediatamente da constatação dos fatos. Elas têm funções explicativas, podendo ser submetidas à teste empírico. Nas ciências fatuais, as hipóteses podem referir-se a um objeto ou a um evento, ou ainda ao conjunto deles. Passamos ao exame minucioso dessas categorias em uma perspectiva realista.

Convém distinguir entre fatos e eventos. Fato denota algo que pode, inicialmente, ser percebido ou detectado, direta ou indiretamente, por exemplo, percebemos diretamente a luz de uma lâmpada e, indiretamente, a energia elétrica. Segundo Mario Bunge (1969 *apud* CUPANI, 2009, p. 57), podemos distinguir entre três tipos de fatos que, embora estejam relacionados entre si, possuem características próprias: os acontecimentos, os processos e os fenômenos, todos os quais dizem respeito às “coisas” do mundo. Uma coisa é um sistema concreto situado no espaço e no tempo, uma unidade de partes ou elementos

materiais estruturados, intervenculados e relacionados com o seu ambiente. Nesse caso, uma caneta, um celular, uma planta e um animal, uma pessoa são exemplos de coisas. Os acontecimentos (ou eventos) e os processos “são o que ocorre a, em e entre sistemas concretos” Um acontecimento ou um evento é algo que ocorre a um ou mais sistemas (ou “coisas”) durante um lapso de tempo relativamente breve, a exemplo da queda de um avião ou um motim. Já um processo é uma “seqüência temporalmente organizada de acontecimentos, tal que cada membro da seqüência intervém na determinação do membro seguinte”, a exemplo do processo de envelhecimento ou maturação dos frutos. Os fenômenos<sup>10</sup>, por sua vez, referem-se a um acontecimento ou processo tal como aparece a algum sujeito humano.

Os fatos, como coisas, estados de coisas ou acontecimentos, em geral, são observáveis. A observação é uma percepção intencional e deliberada, porque tem um objetivo determinado e, ilustrada, porque está guiada pelo conhecimento. A intencionalidade vincula-se com questões e hipóteses, já o conhecimento orientador pode ser empírico e teórico. A observação pode ser direta e indireta, o cientista observa diretamente a luz acesa, e indiretamente a corrente elétrica. Um observador vulgar enxerga riscos numa radiografia, já um médico enxerga um raio-x.

As informações pelas quais afirmamos ou negamos a existência de algo são os dados. Os dados não são necessariamente recebidos passivamente pelos nossos sentidos, mas de algum modo produzidos e interpretados pela atividade cognitiva humana, ou seja, são selecionados em função de determinados interesses de pesquisa e consistem no resultado de operações, resultando da observação ou da experimentação, a exemplo dos aparelhos. Os dados também podem ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa.

Nesse sentido, a observação científica, embora sistemática e planejada, altera o evento observado, com a utilização de algum evento ou com a própria presença do observador em meio à espontaneidade do evento observado. Já o experimento é uma experiência controlada artificialmente (manipulada e limitada, já que está fora do seu meio natural), pois o pesquisador introduz modificações em certos aspectos

---

<sup>10</sup> Os fenômenos, como categoria de fatos, possuem importância nas ciências humanas, por retratar como os seres humanos percebem, sentem ou representam os tipos de fatos (coisas, eventos e processos) que, conforme a maneira de abordá-los, diferencia os enfoques epistemológicos nessas ciências.



do seu objeto de estudo. Nesse processo, utilizam-se as variáveis que são fatores a possuir diverso valor, ou seja, cujo valor pode variar, como idade, peso, temperatura. As variáveis podem ser dependentes ou independentes.

Na pesquisa científica também têm importância às leis, as explicações e as teorias científicas. As teorias são geralmente consideradas o elemento mais importante da ciência pela função de explicar os eventos e seus mecanismos de produção dos fatos. As teorias se dedicam a aprofundar e ampliar a compreensão do universo. As teorias também permitem prever os fenômenos no momento que sequer eram imaginados. Uma teoria não pode consistir na mera suposição de entidades ou processos, pois não se diferenciaria de uma teoria metafísica. Segundo Hempel (1974 *apud* CUPANI, 2009, p. 72),

uma teoria é usualmente introduzida quando um estudo prévio de uma classe de fenômenos revelou um sistema de uniformidades que podem ser expressas em forma de leis empíricas. A teoria procura então explicar essas regularidades e, em geral, proporcionar uma compreensão mais profunda e mais apurada dos fenômenos em questão. Com este fim, interpreta os fenômenos como manifestações de entidades e de processos que estão, por assim dizer, por trás ou por baixo deles e que são governados por leis teóricas características, ou princípios teóricos, que permitem explicar as uniformidades empíricas previamente descobertas e, quase sempre, prever novas regularidades.

Por seu turno, as leis científicas estão associadas às regularidades empíricas construídas pelos pesquisadores, ou seja, meros fatos acompanhados de uma explicação científica. O modelo mais famoso de explicação científica é o desenvolvido pelo filósofo Carl Hempel (1905-1997), conhecido como “modelo nomológico-dedutivo”. Parte de um raciocínio dedutivo cujas premissas são: enunciados que descrevem circunstâncias em que ocorrem ou ocorreram os eventos; e o (s) enunciado (s) de certa (s) lei (s). O modelo recebeu críticas de Mario Bunge (1919-), por não fornecer a rigor uma explicação que mostre o mecanismo de produção do evento determinado, limitando-se a enunciar a forma lógica da operação mental chamada explicação. Outros dois modelos foram desenvolvidos pelo filósofo Ernest Nagel (1901-1985). No primeiro, as explicações consistem na indicação das funções ou

finalidades que os eventos podem ter. No segundo, chamado de modelo genético, as explicações consistem na descrição da evolução dos eventos. (CHALMERS, 1993; CUPANI, 2009)

No que diz respeito às ciências factuais, apresentam três tarefas características: descrever e classificar os fatos que são objeto do seu domínio; explicá-los (por que são de um jeito e não de outra maneira); e prever sua ocorrência. Em resumo, nas disciplinas científicas buscam identificar a ordem própria de um setor ou aspecto da realidade. A tarefa de descrever e de classificar pode ser considerada como a constituição teórica ou domínio da respectiva ciência. É com base nessas tarefas que uma disciplina deve identificar os tipos de fatos com os quais irá se ocupar (comportamento humano, seres vivos, etc), definir seus conceitos (sociedade tribal, reação química) e classificar os seus conceitos, visando estabelecer as relações existentes entre as entidades de seu domínio.

Segundo Heckhausen (*apud* FAZENDA, 1993, p. 29), os elementos que compõem uma disciplina são: Domínio Material – Objetos pelos quais se interessa e se ocupa uma disciplina; Domínio de Estudos – Recorte do domínio material de uma disciplina podendo ser comum a outras disciplinas; Nível de integração teórico – Conceitos elementares de uma disciplina; Métodos – Arranjos metodológicos próprios de uma disciplina; Instrumentais de análise – Modelos, estratégia lógica, raciocínios matemáticos; Aplicações práticas – Aplicação da ciência, técnica (quanto mais se inclinam para aplicação profissional mais ecléticas se revelam em sua construção epistemológica); Contingências históricas – Decorrem do contato com forças internas, tanto como externas a disciplina.

### **2.1.3 A ciência, os valores e a ideologia**

Valores são propriedades que os seres humanos julgam de acordo com seus interesses, necessidades e conveniência para a sua vida. Como sistemas de orientação para a atividade e vida humana, os valores podem ser realizáveis ou constituírem ideais que nunca irão se realizar plenamente. Segundo Bunge (1989 *apud* CUPANI, 2009), os valores são propriedades relacionais que os objetos, as ações, as pessoas ou os

eventos podem “adquirir” para determinados sujeitos, em um sentido determinado, em determinadas circunstâncias.

Existem valores específicos do conhecimento científico. Uma avaliação do conhecimento, isto é, uma estimativa de seu valor, corresponde à estimativa de um cálculo se é preciso ou errado, um conceito que é preciso ou vago, uma teoria que é fecunda ou estéril, uma explicação que é ou não pertinente, de uma hipótese que está de acordo com os dados. A opção e preferência pelo próprio conhecimento científico já é uma posição valorativa dos cientistas. No entanto, as aplicações da ciência nem sempre são avaliadas como positivas.

Um conjunto de valores é identificado com o caráter ou espírito da ciência, propriedades como verdade, certeza, simplicidade, consistência, entre outros são valores específicos do conhecimento. Para Merton (1979 *apud* CUPANI, 2009), universalismo, comunitarismo, desinteresse e ceticismo organizado fazem parte do complexo de valores e normas que consistem numa obrigação moral para o cientista:

a) o universalismo tem a ver com a impessoalidade do conhecimento científico, o conhecimento válido é aquele que atende os critérios previamente estabelecidos, e não depende apenas do prestígio e da personalidade do pesquisador;

b) o comunitarismo significa que os conhecimentos resultantes da atividade científica não devem ser tomados como propriedade particular de ninguém, cabe apenas o reconhecimento dos envolvidos na construção do novo saber. Isso não significa que não existem tentativas de apropriação e privatização do conhecimento, a exemplo da tecnociência, que estabelece uma relação de proximidade com empresas privadas e estatais, estando mais distante dessa concepção tradicional de ciência. Por meio da regra do comunitarismo, os cientistas condenam o segredo como nocivo ao desenvolvimento do conhecimento, e o imperativo da comunicação dos resultados;

c) o desinteresse representa que, na ciência, o único interesse legítimo é a obtenção de conhecimento, não devendo prevalecer e influenciar outros tipos de interesses, como políticos e econômicos.

d) o ceticismo organizado consiste na suspensão de juízo quando não se dispõe de comprovação suficiente, excluindo a credulidade e o dogmatismo. A essas normas, foram acrescentadas outras:

- a originalidade que se expressa no dever de aumentar o conhecimento, evitando a mera repetição de saber prévio;

- o individualismo que significa a liberdade do pesquisador de escolher seus problemas e técnicas, bem como, de avaliar seus resultados;

- a neutralidade emocional que corresponde à distancia emocional do objeto de pesquisa.

Por outro lado, a relação da ciência com outros valores que não os cognitivos, segundo Hempel (1960 *apud* CUPANI, 2009), pode apenas influenciar nossas convicções morais. Essa posição coincide com a de Weber (1993 *apud* CUPANI, 2009), para o qual, a ciência é como um mapa, isto é, pode auxiliar os seres humanos a chegar num lugar que eles decidiram alcançar, porém não pode dizer onde devem ir. A ciência pode fornecer informação para a ação, mas não pode oferecer normas absolutas e, nem, tampouco, fundamentar ideais.

Nesse ponto é que entra a discussão polêmica da neutralidade na ciência que, apesar das críticas, corresponde a um objetivo e não a um estado em absoluto. Nessa acepção, o conhecimento científico, em primeiro lugar, não deve apresentar conotação de valor, ou seja, uma teoria não deve ser julgada pelo caráter justo ou injusto, moral ou imoral etc. Em segundo lugar, uma teoria deve servir a qualquer contexto sociocultural. O valor de sua aplicação não reside nela, mas nos propósitos de quem a utiliza ou decide sua utilização, como governantes e militares.

As críticas à neutralidade científica, apesar de importantes, são muitas vezes abstratas, abrangentes e generalizadoras. A crítica marxista não deixa de ser importante por indicar que a prática científica efetiva sanciona de fato posições morais e políticas. As feministas também denunciaram os preconceitos “androcêntricos”. Noutra direção, Feyerabend (1977 *apud* CUPANI, 2009) também denunciou a presença da teimosia e da superficialidade, em lugar do espírito crítico e a seriedade para o avanço da ciência.

No entanto, seria reducionismo expandir essas críticas para todo e qualquer tipo de conhecimento científico. Em outras palavras, a relação da ciência com valores, muitas vezes interesses de poderosos, não deveria conduzir ao ceticismo sobre o valor do conhecimento científico, isto é, da pesquisa sistemática, rigorosa etc. Por outro lado, essas críticas devem contribuir para aperfeiçoar a pesquisa, tornando-a mais consciente e responsável.

O filósofo Hugh Lacey (2006), desenvolve uma posição ponderada entre a exaltação do valor da ciência (cientificismo) e a equiparação da ciência com qualquer sistema de crenças. Lacey (2006), propõe três valores cognitivos: imparcialidade ou objetividade, neutralidade e autonomia. A imparcialidade significa que somente os dados empíricos e critérios cognitivos-epistêmicos (adequação empírica, simplicidade, fecundidade, consistência) devem ser relevantes para

avaliar a confirmação de teorias e hipóteses científicas. A imparcialidade ajuda a distanciar valores sociais do julgamento de teorias.

Porém, reconhecendo a influência de valores sociais na conformação dos paradigmas científicos, propõe que, por meio do princípio neutralidade, valores e juízos éticos fundamentais não possam ser inferidos de resultados científicos confirmados. Para o autor, esses resultados devem ser capazes de servir equitativamente a projetos que manifestam qualquer uma das perspectivas éticas que são viáveis hoje em dia, não apenas aquelas incorporadas nas instituições do capital e do mercado, mas também, por exemplo, aquelas incorporadas nas perspectivas de valor dos movimentos rurais populares, por exemplo. Já a autonomia, pressupõe que as instituições científicas não sejam sobrecarregadas com interesses extra-científicos, especialmente aqueles dos poderes hegemônicos.

Como vimos, a ciência pode envolver valores. Ela também pode envolver ideologias, o que implica na discussão da noção de verdade, pois diversos pensadores denunciariam a correspondência entre ciência e verdade como uma manobra ideológica. Uma das noções de verdade mais aceita e difundida é a noção de verdade como correspondência entre o pensamento (e/ou sua formulação em uma linguagem) e a realidade.

O filósofo Paul Feyerabend, denunciou a imposição forçada da ciência e predomínio da educação científica com a exclusão de outras doutrinas, consideradas míticas e ilusórias. As feministas denunciaram a marginalização das mulheres na profissão científica. O “pós-moderno” François Lyotard, denuncia a passagem da época das grandes narrativas que vincula o conhecimento com emancipação humana (é o caso do Iluminismo e sua confiança na ciência) e o conhecimento com a formação do espírito, com a cultura (filosofia alemã do século XIX). A crítica pós-moderna consiste na rejeição de cânones universais, como a razão, a ciência, a natureza, a cultura, a moral. Outros filósofos enfatizaram que os fenômenos científicos são construídos pela atividade que tem seu eixo na produção e manipulação de inscrições. Seria a força dos enunciados que sustentaria a realidade dos fatos. (CUPANI, 2009).

Essas críticas, representadas por Gilles Deleuze e Felix Guatarri, Bruno Latour, entre outros, geraram polêmicas. Elas transmitem a impressão de que a ciência dista de ser um empreendimento social pelo qual o homem conseguiu um conhecimento confiável da natureza, sendo uma maquinaria de produzir crenças e ideologias a serviço de algum interesse social, e com a sorte de torná-las verdades. Os pensadores que

acreditam na validade do conhecimento científico, como Mario Bunge, Susan Haak e Alan Sokal, rebateram essas críticas, afirmando que haviam sido misturados dados científicos, meias verdades e expressões sem sentido por pensadores incompetentes que opinam sobre o que não compreendem e sustentam teses que se tornam verossímeis graças a um jargão sofisticado. Então, começou o que ficou conhecido como “guerra das ciências”, nos anos de 1990. (CUPANI, 2009).

De qualquer forma, os diversos fatores ideológicos, valorativos e condicionantes da atividade científica não são, tão facilmente assim, explicativos do conhecimento produzido, no que tange a validade objetiva desse último. Não é porque um conhecimento exprime determinados interesses que ele seja necessariamente incorreto e inválido. A reflexão crítica é importante para questionar sobre a autenticidade do conhecimento. “Uma primeira condição para se alçar uma visão equilibrada da ciência parece residir em sermos conscientes das suas limitações e do modo, muito complexo, como o conhecimento científico é produzido” (CUPANI, 2009, p. 193).

O filósofo John Ziman (1925-2005), contribui para essa visão equilibrada ao lançar mão do princípio da confiabilidade que remete à índole pública do conhecimento. A partir de sua experiência profissional, isto é, verificando os defeitos e ambigüidades da prática científica, como os problemas na experimentação, as limitações da linguagem científica, o caráter metafórico dos modelos, as incertezas na interpretação dos dados, e a habilidade com que mostrou a credibilidade do conhecimento, reconheceu que fazer uma boa ciência é difícil. (CUPANI, 2009).

O conhecimento científico em si não deve ser julgado pelo seu uso social e político. O conhecimento sobre uma bomba é importante, por um lado, ela pode contribuir para catástrofes, por outro lado, pode contribuir para abrir caminho na construção de uma estrada, favorecendo o deslocamento das populações. O uso social e político dos conhecimentos científicos é que merece questionamento. Existe a confiança de que a ciência possa resolver problemas sociais e morais, de fato a ciência pode contribuir para melhorar as condições de vida das populações, porém nada disso invalida o fato de que existem diversos tipos de saber humano, e que todos eles, do ponto de vista dos valores cognitivos, são necessários. Contudo, por mais que os conhecimentos científicos possam ajudar o homem de diferentes maneiras, existem limitações e problemas que caem fora do domínio da ciência. Nesse sentido, reafirma-se a ciência como uma construção humana, e, por isso, imperfeita, provisória, limitada e inacabada.

O reconhecimento dessas limitações permite ponderar a exacerbação do cientificismo, cuja expectativa consiste na possibilidade de que o conhecimento científico substitua todo e qualquer tipo de saber na solução dos problemas humanos, pessoais ou sociais.

## 2.2 MARCOS REFERENCIAIS EM CIÊNCIAS HUMANAS

Convém reportar as principais abordagens em ciências humanas que servem de respaldo e fundamentação para a produção do conhecimento na área. Conforme o exposto anteriormente, as ciências humanas possuem três abordagens sobre o conhecimento: a naturalista, a interpretativa e a crítica. A abordagem naturalista foi inspirada no estudo dos fenômenos naturais, tentando organizar um estudo dos fenômenos humanos à semelhança desses fenômenos. A abordagem interpretativa foi inspirada na interpretação de textos, entendendo que os fenômenos humanos não podem ser inteiramente redutíveis aos processos naturais. A abordagem crítica parte da crítica as noções tradicionais da própria ciência, considerando que a percepção dos fenômenos sociais está influenciada por mecanismos ideológicos.

### 2.2.1 A abordagem naturalista

Por vezes, esse enfoque recebe a denominação de positivista, no entanto, hoje em dia é difícil que um filósofo se considere sucessor do pensamento de Comte (1789 – 1857), entre outros positivistas lógicos. Nessa abordagem, as tarefas essenciais de toda a disciplina científica consistem em descrever de maneira adequada, isto é, objetiva, os seus objetos, explicando-os mediante leis que governam seu modo de ser e agir, e prevendo seu comportamento futuro com base nas mesmas leis. Um dos expoentes dessa abordagem é o sociólogo Emile Durkheim (1858-1917) que caracteriza o objeto das ciências humanas, como sendo os fatos sociais, realidades que existiriam fora dos indivíduos (não dependem deles e pré-existem a eles), mas dentro da comunidade humana, a exemplo da moral, do direito, da linguagem e da família.

Os fatos sociais seriam coisas. A pesquisa dos fatos sociais demandaria que os investigadores deixassem de lado as “noções vulgares” inadequadas para a pesquisa científica. Essas noções, supostamente, contaminariam com visões preconceituosas a pesquisa científica. Caberia aos cientistas elaborar conceitos específicos para a sua tarefa, descrever e classificar os fenômenos mediante conceitos cuja aplicação está legitimada por dados empíricos, ainda avançar na explicação dos fatos sociais, indagando porque são desta e não de outra maneira. Em síntese, os cientistas sociais devem proceder à maneira de um físico, biólogo ou químico (DURKHEIM, 1978).

Quanto à explicação científica, ponto de maior discordância entre as duas abordagens da ciência, para os naturalistas, ela requer a disponibilidade de leis, isto é, fórmulas relativas a regularidades no comportamento das entidades que constituem o mundo. As críticas dos adeptos da abordagem naturalista a abordagem interpretativa, consistem na incapacidade de oferecer explicações propriamente ditas dos eventos que investiga. Um dos principais autores dessa crítica, Hempel (1942 *apud* CUPANI, 2009), considera que, a história, por exemplo, não atingiu maturidade científica por oferecer somente “esboços de explicação”. Para ele, os historiadores dão razão aos acontecimentos recorrendo implicitamente a noções do senso comum sobre prováveis regularidades do comportamento humano. Por exemplo, quando “explicam” a queda de um governante pela sua impopularidade estão pressupondo que “governantes impopulares tendem a se demitir”.

As explicações em sentido próprio, defendidas pelo autor, demandam, por exemplo, que o historiador faça uma rigorosa descrição do evento a ser explicado, e conforme seus resultados, aplicasse leis científicas já conhecidas para compreender o evento. Essa maneira de proceder não teria como condicionante que existissem leis especificamente históricas para que a pesquisa histórica atingisse sua maturidade. Ela implicaria na substituição das vagas generalizações de senso comum por autênticas leis. Nesse sentido, seriam falhas as tentativas de explicar recorrendo a fatores que “determinariam” os eventos, a exemplo dos fatores econômicos e raciais, sem que se especifique essa determinação indicando evidências que permitem constata-la.

A abordagem naturalista sofreu diversas críticas, uma bastante freqüente seria da complexidade dos fenômenos humanos. Os naturalistas rebateram afirmando que os fenômenos naturais parecem mais simples porque o objeto de pesquisa foi rigorosamente delimitado e fixado mediante um vocabulário rigoroso. Para eles, a complexidade é



a propriedade universal da realidade, não impedindo que os fenômenos humanos sejam investigados dessa maneira.

Uma outra crítica seria com relação ao caráter único das pessoas que impediria as generalizações. A resposta consiste que a rigor não há nada no universo que não seja singular. As semelhanças entre os indivíduos, em termos de comportamentos, crenças etc é que permitem as pesquisas desse tipo. Outra objeção seria com relação à impossibilidade de realizar experimentos com seres humanos tanto no aspecto ético, quanto no técnico. Os naturalistas rebateram que não é exclusividade das ciências humanas não conseguirem realizar experimentos. O mesmo ocorre nas ciências naturais, como a cosmologia.

A noção de experimento não diz respeito somente ao uso de aparelhos ou a modificação física das pessoas. Experimentos psicológicos e sociais podem ser realizados, pois as situações são criadas artificialmente para testar as hipóteses, por exemplo, ao comparar as reações de diversos grupos que se modifica a informação oferecida com relação a um determinado assunto está se realizando um experimento. A objeção de que nenhum evento pode ser reproduzido exatamente não impede a experimentação nas ciências humanas.

Ainda existem outras críticas, como: a que considera a dificuldade de equiparar ciências naturais e humanas, porque o pesquisador é parte do pesquisado; a objeção de que nas ciências naturais predomina a quantificação e a matematização e a dificuldade de adequar os fenômenos humanos à mentalidade naturalista em face do livre-arbítrio dos seres humanos. Os naturalistas, por sua vez, argumentam: o biólogo também é um animal que investiga outros animais; as ciências naturais também descrevem qualitativamente os fenômenos, à diferença que utilizam uma linguagem rigorosa; e não negam a imprevisibilidade humana, mas como qualquer animal, o homem possui condicionamentos em nível físico, biológico e social.

### **2.2.2 A abordagem interpretativa**

De maneira geral, a abordagem interpretativa é bastante antiga, pois remonta à exegese, a tarefa de interpretação de textos que na história cultural do Ocidente tem a ver com os assuntos teológicos. De

maneira mais sistemática, a abordagem interpretativa surge da oposição à naturalista, devido à diferença estabelecida pelos partidários de uma ciência humana entre explicar e compreender os fenômenos. A explicação seria domínio da ciência natural e a compreensão da ciência humana. A compreensão caberia captar o significado ou o sentido dos fenômenos humanos (ações individuais ou coletivas, objetos, expressões orais e escritas e até eventos).

Os partidários da abordagem interpretativa alegam que não procuram a explicação por causas e efeitos, mas os motivos das causas e efeitos, mediante a busca do significado ou sentido “conferido” às ações, expressões, objetos e eventos pela intencionalidade humana. Os significados podem ser conscientes, irrefletidos ou inconscientes, comuns e coletivos ou pessoais e circunstanciais, a palavra pai tem um significado comum e coletivo, pois, numa determinada cultura, todos compreendem o que é um pai. Também tem um significado pessoal e circunstancial, dependendo do tipo de relações que as pessoas têm com seus pais, a palavra pai pode ter uma conotação de dolorosa para uma pessoa que acabou de perder o seu.

A ação de interpretar é realizada cotidianamente de maneira constante e irrefletida pelos seres humanos. No caso da abordagem interpretativa, refere-se a um método ou procedimento que visa lidar de forma sistemática com os significados. Em todo o caso, interpretar suscita a questão de alcançar a subjetividade alheia, ou seja, de chegar à intencionalidade humana, mediante os propósitos, os interesses, os valores, os desejos etc. Essa atividade empática de “colocar-se no lugar do outro” enuncia, para seus críticos, uma tarefa impossível. No entanto, no desenvolvimento dessa abordagem, introduziram-se procedimentos sistemáticos para compreender as regras que definem modos de vida ou a coerência interna dos fenômenos, distanciando-os dos valores e dos julgamentos do observador.

A abordagem interpretativa tem como expoente Max Weber (1864-1920). O autor desenvolveu o conceito de ação social para referir-se a sentidos socialmente compartilhados pelos seres humanos, como “comprar” e “ensinar”. A partir desse conceito, propôs uma classificação das ações que, embora pudessem ser relacionadas, guardariam particularidades. Assim, desenvolveu os seguintes conceitos: ação racional como um fim, quando o foco é a escolha de uma meio adequado à uma finalidade; ação racional como um valor, com relação ao peso das convicções morais, religiosas e estéticas; ação afetiva, correspondente à influência dos sentimentos e emoções; e a ação

tradicional, que diz respeito a repetição de hábitos e costumes consagrados por um determinado grupo social. (WEBER, 1980).

Weber (apud CUPANI, 2009), distingue dois tipos de compreensão: atual e explicativa. A compreensão atual consiste em captar o sentido da ação para o seu agente, por exemplo, disparar um tiro de espingarda. Já a compreensão explicativa consiste em captar o motivo que levou o agente a praticar tal ação, por exemplo, o uso da espingarda para matar a fome ou para o lazer. Explicar significa captar a conexão de sentido de uma ação. Para isso, o autor propôs um instrumento denominado elaboração do tipo ideal, por tipo entende a representação de uma classe de fenômenos e, por ideal, entende uma construção não identificada de maneira exata com a própria realidade. Cupani (2009), considera que Weber não se posicionou de maneira contrária ao naturalismo, pois também buscou as regularidades dos fenômenos, embora com a preocupação de compreender o motivo dos fenômenos.

A abordagem interpretativa admite uma variedade de teorias, como a fenomenologia. Para os partidários do naturalismo, essa variedade é motivo de críticas pela inexistência de um marco ou paradigma comum a todos.

### **2.2.3 A abordagem “crítica”**

Os teóricos que sustentam uma posição “crítica” com relação à pesquisa em ciências humanas geralmente são marxistas, ou seja, recebem influência, direta ou indireta, do filósofo Karl Marx (1818-1883). Entendem que a posição do cientista não é irrelevante para apreciar a validade de suas teorias e explicações, porque os cientistas não estão isentos de perceber os fenômenos de maneira “alienada” e de ter uma falsa consciência dos mesmos. A intenção de pesquisar de maneira honesta, livre de preconceitos, com base em recursos metodológicos, neutralidade e rigor não protegem o cientista contra essa visão deformada da sociedade, a exemplo do conceito de fato social de Émile Durkheim, cuja aspiração à objetividade impede de perceber essas “coisas” como produto de conflituosas relações humanas. (ADORNO & HORKHEIMER, 1991).

Nessa visão, as classes sociais revolucionárias seriam potencialmente mais propensas a atingir uma visão mais adequada das estruturas e processos que constituem efetivamente a sociedade. Shaw (*apud* CUPANI, 2009), dedica-se a mostrar a vinculação das ciências sociais tanto puras, como aplicadas às exigências do sistema de produção capitalista, moldando e controlando a força de trabalho e as massas de consumidores com a finalidade de melhorar a produção, evitar revoltas operárias e legitimar a sociedade. As ciências naturais teriam a especificidade de permitir o controle da natureza e as ciências sociais a de contribuir para a manutenção do status quo, ou seja, legitimar a sociedade, limitando a força de organização sindical. Assim, a ciência positiva explica e prediz comportamentos humanos por leis, como no modelo nomológico-dedutivo, já a ciência crítica examina as condições reais ou possíveis, da ação humana, ou seja, da conduta orientada por interesses.

Os partidários da abordagem “crítica”, denunciam que na ciência positiva a realidade é dada, governada por leis semelhantes às leis naturais, que limitam a ação humana e cujos eventos podem ser previstos. Por meio da perspectiva crítica, entendem a sociedade como uma construção humana constante que pode ser alterada. Nessa denúncia, a ciência positiva seria a responsável por separar a atitude do pesquisador e a sua opinião como cidadão, ao passo que o cientista crítico considera ambas as coisas como inseparáveis. Continuamente, o cientista positivo escolhe seus problemas de pesquisa dentro do âmbito acadêmico, já o cientista crítico dirige sua atenção sobre as questões emergentes na sociedade. (ADORNO & HORKHEIMER, 1991).

A ciência crítica supostamente responderia a outros interesses além do controle, visando desde à compreensão dos significados que os sujeitos atribuem as suas ações, à crítica desses significados quando os mesmos não permitem perceber os mecanismos que mantêm a sociedade até à transformação das condições de vida que prejudicam os seres humanos por meio da emancipação. Não obstante, os defensores da abordagem crítica, como Comstock (2001 *apud* CUPANI, 2009), observam que, muitas pesquisas nessa linha vem sendo realizadas da maneira tradicional, isto é, na prática acadêmica de construção de teorias, fugindo aos propósitos da abordagem crítica. O referido autor, defende a elaboração de um método que responda ao espírito da crítica social. (HABERMAS, 1984).

Nesse método ou procedimento contendo vários passos e etapas, Comstock, propõe a identificação dos grupos sociais vulneráveis e a combinação dos interesses de mudança com a transformação das

condições de vida desses grupos. O procedimento inclui tanto momentos de pesquisa “positiva” (coleta de dados), quanto momentos de interpretação (busca do significado conferido pelos sujeitos às suas ações), com a finalidade de conhecer as estruturas sociais subjacentes aos processos e significados e oferecer possibilidades de ação transformadora. Ainda nesse método, os sujeitos participam da pesquisa, como co-autores dela, e o cientista combina sua função de produtor do conhecimento com a de educador e promotor de atitudes políticas.

Em resumo,

é um método de práxis, pois combina a análise disciplinada com a ação prática. O que se busca não é meramente uma compreensão do mundo, mas uma mudança dele. Em vez de objetificar as pessoas e a sociedade, capacita seus sujeitos para se reapropriarem do seu mundo-da-vida e se tornarem agentes autoconscientes do progresso sóciohistórico. É democrático em vez de elitista e esclarecedor em vez de mistificador. Tal método de pesquisa crítica é a base para teorias críticas que tenham utilidade prática na luta política pela liberdade. (Comstock, 2001 *apud* CUPANI, 2009, p. 175).

Segundo o professor Cupani (2009), as três abordagens não são necessariamente irreconciliáveis, porém quando se enfatizam muito as características de uma delas, as outras duas parecem defeituosas e até comprometedoras de uma tarefa propriamente científica.

## 2.3 PARADIGMAS E TRADIÇÕES DE PESQUISA

Entre os autores de maior destaque para a filosofia da ciência está Thomas Kuhn (1922-1996), com o estudo de paradigmas e tradições de pesquisa. Avançou no campo da história da ciência ao desenvolver uma nova concepção sobre a própria ciência e romper com a visão tradicional estabelecida até então, segundo a qual, a ciência consiste numa atividade temporalmente invariável, cujos progressos e mudanças não passavam de um processo evolutivo contínuo e cumulativo. Para a visão tradicional, não havia distinções entre fases e etapas da ciência, pois

todas elas pertenciam a uma mesma e única fase de desenvolvimento, sendo somente a última etapa a mais evoluída. No estudo da história da ciência, Kuhn postula que a ciência cresce de forma descontínua e qualitativa, sendo cumulativa apenas em períodos ditos “normais”. Sua evolução, pelo contrário, ocorre tanto por acúmulo, quanto por descontinuidade. (CHALMERS, 1993).

Nesse sentido, para compreender a ciência é preciso focar as “comunidades científicas”, e não os cientistas individualmente, como na maneira tradicional de abordar a história da ciência. A ciência é praticada na forma de disciplinas, cuja constituição deriva de um consenso dos pesquisadores membros acerca de sua tarefa comum. Geralmente, esse consenso entre os pesquisadores, decorre de alguma obra que serve de referência, por duas características básicas: resolve de maneira convincente problemas importantes para os cientistas de uma determinada área, ou seja, oferece de forma exemplificada o modelo de pesquisa; e deixa em aberto uma série de outros problemas que podem ser resolvidos conforme esse modelo de pesquisa. (CHALMERS, 1993).

O conceito de paradigma desenvolvido por Kuhn, diz respeito ao conjunto dessas características, que compõem a formação científica (forma de pensar e trabalhar). É possível explicar e definir um paradigma de diversas maneiras. Por um lado, um paradigma refere-se a partilha consensual de determinados princípios de ciência (conjunto de compromissos teóricos e práticos) por uma determinada comunidade científica. Nesse caso, assim como existem várias comunidades científicas, existem vários paradigmas vigentes. Por outro lado, uma definição muito mais próxima do sentido etimológico da palavra paradigma é a de modelo (normas e padrões). Nesse caso, paradigma designa uma maneira exemplar de trabalhar, de acordo com o modo de ver (valores e crenças), de pesquisar (teorias, conceitos, instrumentos de pesquisa) e de praticar. (CHALMERS, 1993).

O paradigma tem uma função “exemplar”, isto é, o cientista deve ver a questão enfrentada em sua pesquisa como aquela já enfrentada pelo paradigma, bastando para resolvê-la, fundamentação na teoria que consiste o cerne do paradigma. Por isso, a adesão a um paradigma é de certa forma irrefletida, pois os cientistas não pensam que estão se formando no paradigma da física clássica, por exemplo. Dentro de um paradigma,

contrariamente à visão tradicional, os cientistas não são sujeitos constantemente críticos e descobridores de fenômenos inesperados. O cientista “normal” é um sujeito que, a princípio,

confia no paradigma em que se formou, e que se aplica a resolver as questões em aberto conforme esse paradigma. (CUPANI, 2009, p. 85).

Na perspectiva do paradigma, os problemas científicos parecem com quebra-cabeças cujas regras e peças já estão delimitadas, bastando para o sucesso da pesquisa a habilidade de solucionar o quebra-cabeça. A falta de habilidade na solução do quebra-cabeça é atribuída à falta de habilidade do pesquisador, e não a uma falha no modelo habitual de pesquisar (paradigma). O paradigma é uma promessa de sucesso na medida que é proposto para resolver problemas cruciais ou problemas padrão de uma disciplina, mas como uma promessa não significa a solução de todos os problemas. O paradigma consiste no esforço de fazer com que o objeto esteja de acordo com as previsões da teoria. Ele não se resume somente às regras, como vai além delas, no sentido uma cultura que influencia a pesquisa. (CHALMERS, 1993).

O conceito de paradigma tornou-se muito popular a partir das propostas de Kuhn e, hoje, significa, mesmo na linguagem corrente, uma maneira de ver a realidade. Trata-se de um conceito particularmente importante para compreender, não apenas a ciência, mas a própria vida em sociedade. O paradigma possui fases que chamamos de ciência normal e de revolução científica. Na fase normal o paradigma é aceito e a prática de resolução de quebra-cabeças nesses moldes perdura durante um tempo geralmente prolongado. Para uma determinada sociedade, o paradigma permite acumular e conservar os conhecimentos. (CHALMERS, 1993).

No entanto, alguns paradigmas possuem *anomalias*, literalmente algo anormal, que se afasta da norma, ou seja, problemas que resistem as tentativas padronizadas de solução, pelo menos nos seus moldes de quebra-cabeças. As anomalias são situações perturbadoras, pois a ciência normal é bastante conservadora. As anomalias consistem basicamente nos fenômenos que o paradigma não prepara o investigador ou nas dificuldades para fazer com que o objeto esteja de acordo com as previsões paradigmáticas. Geralmente, esses problemas são vistos como um fracasso do cientista e, não como uma falta de meios para solucioná-los. A anomalia pode ser deixada para que outrem resolva ou pode ser tão perturbadora a ponto de ameaçar as generalizações ou princípios básicos do paradigma na fase da ciência normal. (CHALMERS, 1993).

As anomalias podem atingir diretamente as bases do paradigma e até causar uma revolução para um novo paradigma. Diante da dificuldade de ignorar a anomalia ou de tropeçar sempre com ela, inicia

um processo de descoberta que implica uma mudança teórica. Quando as anomalias se multiplicam, o paradigma entra em uma etapa de insegurança, suas regras tornam-se obscuras e enfraquecidas. A crescente desconfiança do paradigma conduz a um período de crise, demandando a renovação. A crise pode terminar se o paradigma conseguir assimilar as anomalias ou conduzir a uma substituição de paradigma. (CHALMERS, 1993).

Nesse último caso é que ocorre a revolução científica, ou seja, quando os compromissos básicos assumidos por uma comunidade científica são assumidos por outros parcialmente incompatíveis. Essa incompatibilidade gera uma disputa entre paradigmas rivais que não inclui somente recursos lógicos e observações da natureza, mas também técnicas de argumentação persuasiva, ou seja, argumentos retóricos. Pode ocorrer do novo paradigma incorporar o paradigma predecessor, a suposta compatibilidade é possível graças a reinterpretação da teoria nova. Muitas vezes, quando alguém passa a aderir a um outro paradigma isso é visto como uma “conversão religiosa”. Os paradigmas rivais considerarão seus diferentes tipos de visão mais significativos. (CHALMERS, 1993; CUPANI, 2009).

Os críticos de Kuhn consideraram que ele tinha uma visão irracionalista da ciência, devido à sua tese da incomensurabilidade, ou seja, da impossibilidade comparar teorias rivais. Posteriormente, Kuhn explicou que a incomensurabilidade não implica que as teorias não possam ser comparadas ou nada tenham em comum. Kuhn não menosprezou os critérios objetivos necessários para aderir a um novo paradigma, mas acrescentou que essa adesão depende de uma certa dose de confiança na “promessa de sucesso” representada pelo paradigma. Em todo o caso, uma revolução científica implica numa mudança na visão de mundo dos cientistas.

Outros críticos argumentaram a concepção de Kuhn de que não existem dados empíricos independentemente dos paradigmas e de que os cientistas estruturam de modo diferente a sua percepção antes e depois de uma revolução. Ao contrário dos antigos modelos de ciência que acreditavam no seu recurso metodológico, Kuhn acredita que fatores psicológicos e sociológicos implicam no trabalho científico e não atribui a racionalidade como um privilégio da ciência ou como um todo. Noções como verdade e realidade não servem como parâmetros ou pontos de vistas absolutos, pois as verdades e as realidades são substituídas na mudança de paradigmas. (CHALMERS, 1993).

De acordo com Kuhn, os grandes progressos de uma ciência só acontecem quando os seus próprios paradigmas são desafiados e



substituídos por novos paradigmas. A substituição de teorias e paradigmas é vista como um avanço, pois os cientistas fazem novas previsões e tem possibilidades de resolver mais problemas que antes. Kuhn introduziu temas como o desenvolvimento de uma teoria, em vez de sua aceitação ou rejeição, além da comparação de alternativas teóricas e da apreciação de teorias em função de valores, ou seja, não necessariamente de regras, pois a validade das teorias seria julgada apelando para noções como “adequação empírica” ou “poder explicativo”. Ambas noções funcionam como valores. (CHALMERS, 1993).

Kuhn também introduziu a noção de “tradições de pesquisa” que serviu de base a outros autores, embora de maneira diferenciada, como Imre Lakatos (1922-1974) e Larry Laudan (1941-). O primeiro desenvolveu a noção de “programa de pesquisa”, buscando manter a noção popperiana<sup>11</sup> de que as teorias são científicas na medida que são refutadas, contra a visão kuhniana de que na ciência normal as teorias são sempre conservadas ou protegidas da crítica. Sua proposta para manter a ciência crítica foi manter a competição entre programas científicos rivais. O segundo desenvolveu a noção de tradição de pesquisa, como famílias de teorias específicas que, por sua vez, incluem

---

<sup>11</sup> Karl Popper (1902-1994) estudou filosofia e passou a criticar o modelo clássico de ciência. Propôs o falsificacionismo como um novo modo de fazer ciência, descomprometido com o estabelecimento de teorias que possam ser dadas como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras. O falsificacionismo possui um caráter especulativo, ou seja, por meio dele, procura-se não confirmar hipóteses, pelo contrário, tentar falseá-las. A teoria fica mais verdadeira quanto mais provas sejam insuficientes para refutá-la. Na história da ciência, o critério de falsificação nem sempre foi levado em conta, pois muitas vezes não foram descartadas as hipóteses erradas, ao contrário, criaram-se outras hipóteses para justificar a hipótese errada e criar um novo conjunto de hipóteses. A manutenção do erro provisório levou a ciência a avançar, pois as hipóteses que, na época não podiam ser explicadas e pareciam falsas, ao invés de serem extintas, foram mantidas até a vinda de novos meios de observação que permitiram confirmá-las. Esse tipo de acontecimento evidencia que uma teoria não pode ser literalmente jogada fora, pois previsões erradas, falta de conhecimento a respeito de uma teoria, ou mesmo de tecnologias podem ser o motivo para a falsificação de uma teoria. Assim, as teorias não podem ser conclusivamente falsificadas, porque as proposições de observação que formam a base para a falsificação podem se revelar falsas à luz de desenvolvimentos posteriores. (CHALMERS, 1993).

teorias particulares. Por teorias, fez duas distinções, aquelas que correspondem a um conjunto específico de hipóteses para explicar e prever fenômenos, a exemplo da teoria do valor de Marx ou a teoria do eletromagnetismo de Maxwell; e aquelas que compreendem conjuntos de doutrinas ou suposições muito mais gerais e muito menos facilmente testáveis, como a teoria atômica, a teoria da evolução ou o marxismo. (CUPANI, 2009).

Na visão de Laudan, ao se ocuparem de uma teoria específica, os cientistas estão trabalhando dentro de uma tradição de pesquisa, como uma instância fundamentalmente “normativa e metafísica”, fornecendo fundamentação ontológica e metodológica para as teorias particulares. As tradições de pesquisa condicionam os tipos de problemas (empíricos - correspondentes aos objetos de domínio da teoria, e conceituais - dificuldades geradas pelas próprias teorias), limitam o âmbito de aplicação das teorias, orientam a modificação das mesmas e justificam pressuposições acerca do mundo. (CUPANI, 2009).

Dos elementos abordados nesta seção, vamos priorizar, na terceira seção, os da discussão das abordagens metodológicas e dos paradigmas de pesquisa, em vista de nosso objetivo de identificar as abordagens metodológicas, e, conseqüentemente, os paradigmas implicados na análise da produção do conhecimento. Outro elemento abordado, como a discussão dos tipos de ciências, permite visualizar as características entre as quais o Serviço Social se insere. Também a discussão dos conceitos de teoria, reporta a problemática para o Serviço Social de se falar em teorias sociais, sem indicar qual o conceito de teoria está se trabalhando. Enfim, a análise epistemológica é um exercício de conhecimento, que demanda larga experiência de pesquisa e profundo conhecimento da disciplina de filosofia da ciência. Por isso, realizamos esta breve exposição que justifica nosso interesse de aproximação com o Serviço Social.

### **3 PERFIL DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS**

Nesta seção, apresentamos a descrição sistemática dos dados coletados, em três etapas: na primeira, ajeitamos os dados mais relacionados ao formato dos artigos; na segunda, disponibilizamos os dados mais relacionados ao conteúdo dos artigos e, na terceira, expomos os dados mais relacionados à fundamentação dos artigos. Preferimos usar o termo “dados”, por entender que os documentos pesquisados são referências objetivas e estáveis, mesmo considerando que sobre os dados coletados nesses documentos recai a construção do pesquisador. Também entendemos que a descrição caminha junto da análise, mas como dois momentos inter-relacionados, porém distintos, preferimos explorar cada um desses momentos separadamente.

#### **3.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

Começamos apresentando uma relação da representatividade da autoria e da quantidade de artigos sobre direitos humanos em relação ao número total de artigos publicados pelas revistas, que, embora não estejam previstos em nossos objetivos, contribuem para dimensionar a produção em questão. Em seguida, apresentamos uma classificação geral dos artigos coletados, segundo os critérios anteriormente definidos. Na sequência, expomos uma listagem detalhada com a identificação do material coletado. Continuamente, relacionamos a produção no espaço e no tempo, no intuito de melhor descrevê-la e situá-la.

##### **3.1.1 Temática**

Na Tabela 1 apresentamos a representatividade da temática dos direitos humanos nos periódicos pesquisados.

Tabela 1 – Total de artigos por revista e artigos específicos

	Período de publicação	Número total de artigos por revista	Número total de publicações sobre direitos humanos	Percentual de artigos sobre direitos humanos
Serviço Social e Sociedade	1979-2009	486	10	2,06%
Katálysis	1997-2009	217	3	1,38%
Emancipação	2001-2009	127	2	1,57%
Textos e Contextos	2002-2009	167	6	3,59%
Representatividade totalizada		997	21	2,11%

### 3.1.2 Autoria

Na totalidade das quatro revistas pesquisadas foram encontrados 21 artigos, sendo 14 de autoria de Assistentes Sociais (com e sem profissionais de áreas afins). Esquematizamos a representatividade de autoria na Figura 1 abaixo. A produção somente de autoria de Assistentes Sociais (57%), acrescida dos artigos de autoria de Assistentes Sociais com profissionais de áreas afins (10%), representa 67% do total de artigos. Embora o número de publicações de profissionais, professores e pesquisadores de áreas afins seja significativo (33%), os Assistentes Sociais vêm mantendo maior representatividade nesses espaços de divulgação e socialização do conhecimento.

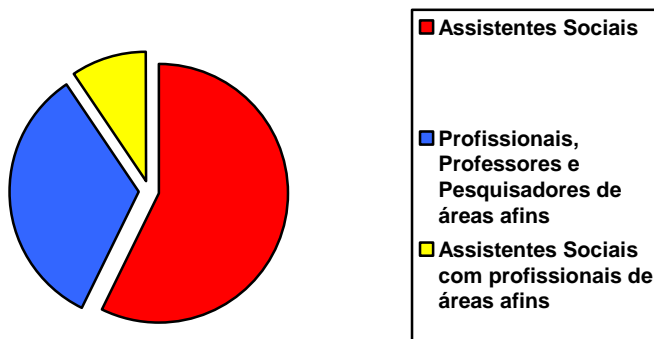


Figura 1 – Autoria dos artigos

### 3.1.3 Classificação

Na Tabela 2, apresentamos detalhadamente o resultado do material coletado nas revistas da área de Serviço Social, de acordo com a classe de avaliação na CAPES e os critérios de seleção dos artigos que foram de autoria de Assistente Social, título e palavras-chave contendo expressão igual ou correlata de direitos humanos. A Revista Serviço Social e Sociedade só passou a adotar o formato de apresentação de artigos com palavras-chave nos últimos anos, portanto as suas primeiras edições, cerca de 50 exemplares, não passaram por esses crivos. A proximidade entre o total de artigos encontrados por título (7) e por palavras-chave (7), demonstra que, em termos de importância, não prevalece um critério de seleção sobre o outro, ainda que cada revista apresente um contorno específico, com mais artigos por títulos ou palavras-chave.

Tabela 2 – Número de artigos por títulos e palavras-chave

	Classe de Avaliação <i>Qualis</i>	Número de artigos por título	Número de artigos por palavras-chave	Número total de publicações
Serviço Social e Sociedade	A1	6	0	6
Katálysis	A1	0	2	2
Emancipação	A2	0	0	0
Textos e Contextos	A2	1	5	6
Revistas da área de Serviço Social	A	7	7	14

### 3.1.4 Denominação

Nos Quadros 1, 2 e 3 a seguir, apresentamos a relação de artigos coletados nas Revistas Serviço Social e Sociedade, Katálysis e Textos e contextos, procedendo a sua identificação pelo título no intuito de expor os dados de forma objetiva e detalhada. Não consta um Quadro para a Revista Emancipação, pois não foram encontrados artigos de autoria de Assistentes Sociais, de acordo com os critérios previamente definidos.

Relação de artigos
Revista Serviço Social e Sociedade
<i>A constituição dos direitos do homem e a sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana</i>
<i>A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do</i>
<i>Direitos Humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social</i>
<i>Fundamentos dos direitos humanos</i>
<i>Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantias dos direitos fundamentais</i>
<i>Liberalismo e direitos humanos</i>

Quadro 1 – Relação de artigos da Revista Serviço Social e Sociedade

Relação de artigos Revista Katálysis
<i>A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?</i>
<i>Ética e trabalho social no Mercosul</i>

Quadro 2 – Relação de artigos da Revista Katálysis

Relação de artigos Revista Textos e Contextos
<i>A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas</i>
<i>Interdição civil: uma exclusão oficializada</i>
<i>Os direitos dos portadores de sofrimento psíquico no contexto do neoliberalismo</i>
<i>O Estado e dos direitos humanos: uma visão em perspectiva</i>
<i>Pais apanham da vida e filhos apanham dos pais: desvelando as suspeitas de violência contra a criança a partir da experiência de estágio profissionalizante</i>
<i>Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para a paz</i>

Quadro 3 – Relação de artigos da Revista Textos e Contextos

### 3.1.5 Cronologia

Na Figura 2 abaixo, apresentamos, sistematicamente, a produção do Serviço Social, acima relacionada, ao longo do tempo. Do total de 14 artigos, 2 foram publicados no final dos anos de 1990 e os 12 restantes foram publicados na primeira década dos anos 2000. Percebemos que na primeira metade dessa década há um crescimento das publicações, devido ao maior volume de artigos publicados (9). Já na segunda metade, não observamos a manutenção desse crescimento, pois o volume de artigos publicados foi menor (3).

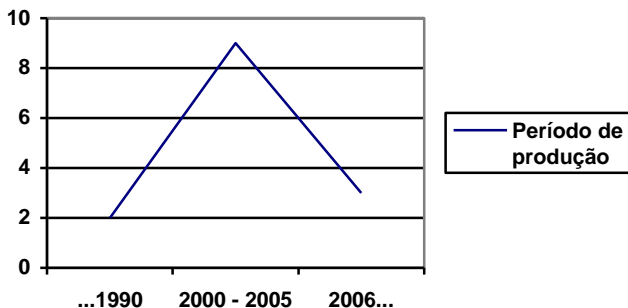


Figura 2 – Período de produção

De modo geral, podemos aventar que a referida produção do Serviço Social nesses espaços vem aumentando nos últimos anos, possivelmente acompanhando um momento de expansão dos cursos de pós-graduação (com a fundação de novas revistas) e de aumento das exigências das agências de fomento à pesquisa por elevação da produção. Com exceção da Revista Serviço Social e Sociedade que foi fundada em 1979, as demais revistas são relativamente recentes, fundadas entre os anos de 1990 e de 2000. Com relação à temática dos direitos humanos, chama a nossa atenção à existência de um “pico” de alta da produção no período que compreende os anos de 2000 a 2005 e de outro “pico” de baixa da produção nos anos de 2006 em diante.

Esse mapa dos anos 2000 pode ser indicativo da existência de eventos que contribuam para uma elevação da produção, especialmente entre os anos de 2000 a 2005, como debates organizados em congressos, simpósios, entre outros.

### 3.1.6 Localização

Apesar de termos conhecimento da existência de alguns núcleos de estudo no país que se aproximam da temática dos direitos humanos, situados principalmente na região Sudeste, no que diz respeito à produção em periódicos, não existe um local que represente um pólo de produção de artigos, pois são diversos os estados e as instituições que estão envolvidos nessas publicações. Contudo, a região Sul concentra



metade (50%) do total das publicações encontradas, conforme a Figura 3 abaixo.

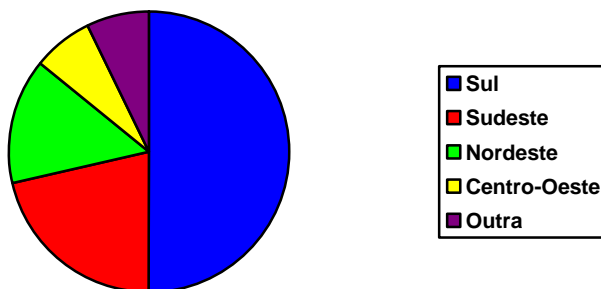


Figura 3 – Localização da produção

A outra metade das publicações se divide entre as regiões Sudeste (21%), Nordeste (14%), e Centro-Oeste (7%). Também aparece uma publicação proveniente de um país estrangeiro latino-americano, por se tratar de uma exceção, consta apenas como outra região na Figura 3. Os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná contribuem para a região Sul com 5 e 2 artigos, respectivamente. Os estados do Espírito Santo e São Paulo representam para a região Sudeste 1 e 2 artigos, nesta ordem. Cada um dos estados de Alagoas e de Piauí entra com 1 artigo para a região Nordeste. O Distrito Federal soma 1 artigo para o Centro-Oeste.

### 3.2 ESTRUTURAÇÃO

Organizamos esta seção com os principais dados do conteúdo dos artigos, priorizando a estruturação de cada um deles, ou seja, a lógica como foram desenvolvidos os temas centrais e os temas correlatos. Assim, procuramos por uma lógica comum a todos os artigos ou parte deles, em outros termos, pelos aspectos que os aproximavam e os distinguíam. Dessa forma, sistematizamos o material em três grandes eixos: histórico, teórico e filosófico; direitos humanos, legislação e proteção social e; intervenção profissional e direitos humanos.

Reconhecemos que alguns artigos não se restringem a uma única temática, questão ou objeto de pesquisa, relacionando mais de um eixo, embora, na maioria das vezes, de maneira aleatória, subordinada ou complementar. Contudo, consideramos que estes eixos possam contribuir para uma melhor visualização do foco dos artigos, ou seja, das prioridades acadêmicas e dos interesses cognitivos que movem as pesquisas. Como exceção, esclarecemos que o último eixo foi organizado levando mais em conta a presença de um debate profissional, que não necessariamente representa o foco do artigo.

### **3.2.1 Eixo histórico, teórico e filosófico**

Os artigos organizados nesta seção têm em comum a centralidade atribuída aos fundamentos dos direitos humanos. Alguns artigos vão contemplar tanto aspectos históricos quanto teóricos e filosóficos. Outros vão priorizar somente um ou dois desses aspectos, procurando reportar o debate para os dias atuais, especialmente sobre os direitos sociais. Compõem este eixo quatro artigos, identificados pelo título e apresentados na seguinte ordem: “fundamentos dos direitos humanos”, “O Estado e os direitos humanos: uma visão em perspectiva”; “Liberalismo e direitos humanos” e; “A constituição dos direitos do homem e sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana”.

- “Fundamentos dos direitos humanos”

O ponto de partida da discussão é o dilema da conciliação entre os interesses individuais e particulares do homem e a sua compatibilização ou não com os interesses comuns da coletividade. Em torno desse dilema que é histórico, desenvolvem-se lutas para destruir ou construir formas de sociabilidade (organização política, normativa, econômica, cultural etc), visando atender os interesses individuais e coletivos e os direitos do homem e do cidadão. Os direitos são produtos históricos porque estão invariavelmente relacionados a certas circunstâncias e respondem a aspirações concretas do homem inserido em determinada sociedade. Assim, os direitos civis surgiram no século

XVIII, os direitos políticos são frutos do século XIX e os direitos sociais fazem parte do século XX.

O artigo é estruturado em seis etapas, na primeira e na segunda apresenta os fundamentos teórico-filosóficos e históricos dos direitos humanos, na terceira discorre sobre a consagração dos direitos humanos pela via do liberalismo, na quarta apresenta a crítica do pensamento socialista de tradição marxista às concepções liberais de direitos humanos, na quinta discorre sobre a expansão e a proteção dos direitos humanos no plano internacional, na sexta e última etapa apresenta as conclusões.

As primeiras concepções de direitos humanos são decorrentes da doutrina jusnaturalista, por meio da qual destacam-se os filósofos Hobbes, Locke e Rousseau. A discussão desses filósofos é parte do movimento Iluminista, inserido em um contexto mais amplo de defesa do primado da razão contra o poder da Igreja Católica. Estava em questão a defesa de liberdades religiosas e políticas, por meio do desatrelamento da Igreja do Estado. No plano teórico-filosófico, os jusnaturalistas contribuíram para o rompimento com a idéia de que a lei humana e os poderes políticos estavam subordinados ao direito divino, por meio de questionamentos sobre a origem da soberania. Afirma-se, então, os direitos do homem.

As concepções dos jusnaturalistas fizeram emergir movimentos de independência ou revolucionários, dentre os quais se destacam a independência das Colônias norte-americanas e a Revolução Francesa. Esses movimentos inauguram uma nova concepção de Estado e a instituição de um sistema de direitos efetivos, juridicamente positivados. A influência do pensamento jusnaturalista é expressa nos artigos da Declaração dos Direitos do Estado de Virgínia, em 12 de junho de 1776, da Declaração da Independência, pouco menos de um mês depois, e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamando liberdade, igualdade e fraternidade.

A doutrina jusnaturalista preparou o terreno para a transição do feudalismo para a sociedade moderna e o Estado moderno. O jusnaturalismo ofereceu os instrumentos e fundamentos filosóficos para o liberalismo fazer a defesa do indivíduo contra o poder, impondo limites a este último. A luta do liberalismo contra o absolutismo trava-se na reivindicação dos direitos naturais do homem e na defesa do princípio da separação dos poderes. Assim, os direitos civis foram produto das lutas da burguesia revolucionária, com base no pensamento Iluminista e liberal. Já os direitos políticos consistiram na doação de velhos direitos a novos setores da população. Contudo, os princípios

liberais dos direitos humanos foram confrontados com a realidade miserável de vida dos trabalhadores e pela ampliação da intervenção do Estado na esfera econômica e social, mediante o abandono de sua postura absenteísta, a regulação do mercado de trabalho, entre outras medidas de caráter social para fazer frente aos carecimentos materiais e morais dos operários.

Essa realidade conduziu à crítica socialista aos direitos humanos, que terá nas reflexões de Marx sua expressão mais destacada, com relação à universalidade desses direitos. O homem universal não passa de uma abstração, vazia de significado no plano da realidade. Os direitos humanos, como resultado da cultura e da luta dos homens contra os privilégios de nascimento, representam um grande progresso em termos de emancipação política. Mas a liberdade e a igualdade prometidas a todos os cidadãos não passam de ilusões. A pretensa universalidade dos direitos humanos expressa somente os anseios e interesses da classe burguesa, que conseguiu traduzir em um único projeto os sentimentos da maioria do povo. “Os chamados direitos humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade” (Marx *apud* BUSSINGER, 1997, p. 32).

A expansão dos direitos humanos no plano internacional, mediante o reconhecimento progressivo dos Estados-nações desses direitos e a criação de um perfil internacional de promoção e tutela desses direitos em 1948, conhecido por Declaração Universal dos Direitos do Homem, coloca novos desafios com relação à efetiva proteção desses direitos, pois os Estados signatários dos tratados e convenções internacionais parecem acolher essas normas apenas no plano dos princípios. Os desafios para a efetiva proteção dos direitos humanos, segundo Bobbio (*apud* BUSSINGER, 1997, p. 38-39) são de duas ordens: a primeira jurídico-política afeta ao caráter declaratório e não obrigatório dessas convenções; e a segunda inerente ao próprio conteúdo desses direitos, pois se tratam de direitos cuja tutela tem como limite a tutela de outro direito, ou seja, não são direitos complementares, mas incompatíveis e concorrentes com outros direitos.

O ponto de chegada da discussão quanto às compatibilidades entre direitos humanos e direitos de cidadania e entre direitos individuais e coletivos, é o de que ambas as perspectivas de análise dos direitos humanos (liberal e marxista), podem encontrar referências teóricas ou na realidade empírica para mostrar suas evidências e o seu nível de acerto e, ao mesmo tempo, o nível de erro da perspectiva antagonista. Essa observação conduz à conclusão de que há necessidade

de avançar tanto no plano teórico e prático-político. Ambas as perspectivas de análise devem incorporar novos e complexos desafios oriundos da crise do *Welfare State*, do esgotamento das políticas sociais do Estado e da privatização dos serviços sociais, do renascimento do mercado como agente regulador, em detrimento da regulação estatal, da co-responsabilização dos cidadãos na implementação e custas das políticas públicas.

A cidadania tornou-se produto de uma regulação burocrática e consumista, complementando o aumento do peso das instituições e o controle do Estado sobre os cidadãos e satisfazendo desejos e necessidades por meio do consumo compulsivo dos cidadãos. Com base em Santos (*apud* BUSSINGER, 1997), contra esta modalidade de cidadania atomizada e estatizante emergiram os novos movimentos sociais que se orientam por uma ótica emancipadora, procurando construir uma nova subjetividade pessoal e solidária, menos dependente da obrigação vertical, com base no dualismo entre cidadão e Estado, e mais fundada numa obrigação horizontal com os outros cidadãos, no quadro da sociedade participativa e socialmente contextualizada, à maneira de Rousseau.

▪ “O Estado e os direitos humanos: uma visão em perspectiva”

As mudanças na capacidade científica, tecnológica e produtiva colocam novos questionamentos, cujas certezas e grandes utopias do século XIX são desafiadas quanto à sua capacidade de responder ou explicar. Por outro lado, velhos questionamentos e temas clássicos, associados às lutas pela cidadania e pelos direitos humanos permanecem cada vez mais atuais, conforme diferentes interesses e necessidades.

O artigo consiste em um resgate histórico da construção dos direitos humanos, por meio do sistema de idéias e da dialética de significados que posicionaram as práticas e ações dos sujeitos em diferentes contextos sócio-históricos, com o objetivo de melhor compreender os desafios do tempo presente. Começa situando o paradigma da era moderna, marcado pela ruptura com o paradigma cosmológico que, procurava a ordem do mundo e das coisas, e pela busca da emancipação pela razão. Continuamente, apresenta as duas vertentes de filosofia política que ofereceram os fundamentos para a

construção do Estado Moderno liberal: o jusnaturalismo e o contratualismo.

Dando prosseguimento, discute a consolidação do Estado liberal atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas. O liberalismo como doutrina foi se construindo nas lutas contra o absolutismo, de modo que no final do século XIX já havia mudado as estruturas econômica, social e política da Europa, influenciando a comunidade internacional. A valorização do indivíduo como ator fundamental na cena política e econômica, o estabelecimento do poder legal, baseado no direito estatal, e o progresso econômico são consequências do projeto liberal.

A afirmação dos direitos humanos (civis e políticos) foi conquista da burguesia em sua luta emancipatória de inspiração liberal. Portanto, os direitos humanos são produtos do liberalismo. A realidade gerada pelo projeto liberal teve como subproduto uma postura ultra-individualista, expressa em um comportamento egoísta; uma concepção formal de liberdade onde há o direito e não o poder de ser livre; e a formação de um proletariado pauperizado, vivendo em péssimas condições.

Os direitos e garantias individuais tão enfaticamente defendidos pelos liberais não correspondiam à realidade concreta dos homens não proprietários, que, apesar de livres e juridicamente iguais, sujeitavam-se a serem explorados para ter o direito de comer. A igualdade é, na verdade, uma igualdade formal que subtrai as diferenças classistas. Assim, os direitos e as garantias individuais são proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade que não tem condições de se realizar. Embora a liberdade conquistada significasse um avanço em comparação à obediência servil devida aos senhores feudais, a nova realidade impunha para grande parte da população uma outra forma de liberdade: a de se deixar explorar.

Frente à desigualdade gestada, a questão operária é explicitada como questão social para o conjunto da sociedade, por meio da multiplicação das lutas urbanas cujos principais protagonistas foram a classe operária, a burguesia industrial e o Estado liberal não-intervencionista. As lutas operárias e as crises cíclicas do próprio capitalismo pressionam o Estado liberal para assumir prestações públicas de proteção social, interferindo no jogo socioeconômico. Assim, surgiram os direitos sociais, que já vinham sendo gestados em leis do período da Revolução Francesa, como uma antecipação do Estado-providência.

Os direitos sociais decorrem das lutas operárias que colocam em xeque a ordem social, do enfraquecimento das bases materiais e

subjetivas dos argumentos liberais pela concentração e monopolização do capital, das críticas de Keynes contra a crença liberal de autorregulação que demandam um reposicionamento do referencial teórico do liberalismo em relação à participação do Estado na vida dos cidadãos, da vitória de 1917 do movimento socialista na Rússia, que contribui para criar uma atitude defensiva do capital frente ao movimento operário.

É neste movimento contraditório entre luta e reconhecimento, caracterizado pelo binômio concessão/conquista, que foram sendo forjados os direitos sociais, fundamentados pela idéia de extensão da igualdade, como contraposição às desigualdades gestadas na sociedade capitalista. Os direitos sociais colocam em evidência a insuficiência dos direitos civis e políticos para a reversão das desigualdades. O sujeito de direitos civis e políticos é o homem genérico, o indivíduo abstrato, já o requerente dos direitos sociais é o indivíduo situado, definido por suas características econômicas e sociais.

Por isso, a conquista e a amplitude dos direitos sociais é histórica e socialmente determinada, isto é, a sua legitimidade e a sua concretização dependem do padrão civilizatório requerido e aceito por toda sociedade nacional. Apesar da existência de normas constitucionais e de um arcabouço legal enunciador dos direitos humanos, é fundamental a compreensão de que eles somente serão efetivados como resultado das lutas e dos consensos estabelecidos na sociedade, que se traduzem em acordos explicitados pela sociedade política. Neste sentido, sua configuração é explicitada no campo mais amplo da sociedade, a qual é suscetível às determinações que lhe asseguram, ou não, sua efetiva consolidação na vida concreta da nação.

As atuais transformações societárias marcadas pela globalização financeira e dos mercados, pelo desmonte no sistema de proteção social e pelo aumento do desemprego, da exclusão e das desigualdades, contradizem o vigor alcançado pelo discurso contemporâneo dos direitos humanos. Assiste-se a uma profunda crise paradigmática com o desmantelamento aparente dos grandes ideais que subsidiaram as lutas da Modernidade em prol de uma sociedade fundada nos princípios universais de liberdade e igualdade. Esta crise é expressa na flexibilização dos direitos, no crescimento da pobreza, no aumento da violência e da insegurança, no aumento dos riscos ambientais, na descrença no sistema judiciário e na capacidade do Estado de promover proteção social, bem como, no descrédito na política.

Como afirma Fiori (*apud* MEDEIROS, 2003, p. 13), “as crises são o momento por excelência, em que se repõe ou se refazem as relações entre as formas políticas e econômicas de dominação”. Para

construir uma civilização que garanta a toda a humanidade o direito de ser feliz, é necessário contrapor-se radicalmente ao capitalismo tanto pelo seu espírito, quanto pelo sistema institucional ou a prática da vida. Assim, um novo contrato social de caráter verdadeiramente emancipatório vai se construir com a instauração da igualdade substancial das condições de vida e com a medida de liberdade estendida a todo o conjunto social, por meio de políticas públicas promovidas pelo Estado e do aprimoramento dos processos participativos, de modo que os interesses individuais não se sobreponham aos interesses da vida coletiva.

▪ “Liberalismo e direitos humanos”

O artigo é estruturado em duas etapas, na primeira situa as bases do liberalismo, e na segunda analisa a influência desse na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O liberalismo é compreendido como conjunto de formulações de natureza ética, política e econômica. Emerge em meio a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, incidindo nos processos de transformação da sociedade para a constituição da cidadania liberal. O liberalismo integra um movimento de construção da modernidade, marcada por novos padrões de organização da vida social, o renascimento científico, a Revolução Gloriosa e o mercantilismo, como modelo econômico predominante.

A modernidade inaugurou um período revolucionário em termos socioeconômicos e políticos, pois tratava-se de destruir as velhas formas, predominantes na Idade Média, de organização do processo de trabalho e de relações entre os homens, para construir novas relações que iriam ganhar concretude e visibilidade no século XIX, no modo de produção capitalista.

Isso impunha o influxo de um pensamento renovador que se deu com a produção da ciência política, da economia política clássica e do pensamento iluminista. A luta dos liberais pelo livre mercado e a sua expansão, que marcou o liberalismo clássico – associado aos ideais de liberdade e de defesa da constituição do Estado Moderno –, é sintomática de um momento no qual a produção e o processo de trabalho passam por intensa reorganização (ampliação e a diversificação da base material sobre a qual se desenvolve a produtividade). O desenvolvimento científico e sua aplicação sistemática no processo de trabalho oferecem o sustentáculo para a resolução dos limites à



produção de bens, favorecendo o desenvolvimento do mercado em termos mundiais.

No século XVII, o absolutismo triunfa na França, porém, na Inglaterra, as revoluções lideradas pela burguesia impulsionam para a limitação da autoridade dos reis. A revolução Gloriosa, em 1688, acaba com o absolutismo, subordinando o poder do rei Guilherme III ao Legislativo, através da Declaração de Direitos que impunha limites à sua autoridade. Consistiu na instituição do Parlamento para legislar ou revogar leis, cobrar impostos ou manter exércitos, e na criação do *habeas-corpus* para evitar prisões arbitrárias, garantindo o direito de defesa para os cidadãos.

Essas idéias subverteram as concepções políticas fundadas na hierarquia divina, natural e social, com base no pacto de submissão dos súditos ou vassalos aos senhores feudais, exercendo influência nos movimentos de emancipação das colônias do Novo Mundo e nos acontecimentos que culminaram em 1879 com a Revolução Francesa. O fim do Antigo Regime se consuma sob ampla influência da teoria liberal, desfazendo a idéia de propriedade como patrimônio pessoal do monarca para consagrar a propriedade privada como direito natural dos indivíduos (individual e privada ou estatal e pública). O poder toma a forma de Estado republicano impessoal, no qual as decisões sobre impostos, taxas e tributos são tomadas por representantes dos proprietários privados reunidos num Parlamento ou poder Legislativo.

Sob os influxos das idéias liberais, o pensamento burguês, busca a separação entre Estado e sociedade, sendo esta última um espaço privilegiado das atividades particulares dos indivíduos, sobretudo as de natureza econômica. Assim, busca separar o público do privado, reduzindo ao mínimo a intervenção do Estado na vida de cada um, e também busca reduzir também a interferência do privado no público, na medida que procura outra fonte de legitimidade que não seja a tradição e as linhagens de nobreza. O liberalismo tem uma crescente preocupação com a individualidade. O indivíduo é a origem e o destinatário do poder público, nascido de um contrato social voluntário no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade quanto à vida, à liberdade e a à propriedade.

O liberalismo clássico é apresentado, sistematicamente, a partir de três formas de expressão: ético, político e econômico. O ético visa os direitos individuais de liberdade de pensamento, expressão e religião, que supõe um estado de direito no qual seja evitado o arbítrio, as lutas religiosas, as prisões sem culpa formada, à tortura e as penas cruéis. O político visa os direitos de voto e de representação, a autonomia dos

poderes e a conseqüente limitação do poder central. Contrariando o absolutismo real, defende que o Estado não é natural, e sim artificial, ou seja, produzido com base na vontade dos indivíduos por meio do contrato social (contratualismo). O econômico visa a defesa da propriedade privada dos meios de produção, da economia de mercado e do Estado mínimo. Contrariando o poder do rei nos negócios, no tocante aos procedimentos típicos da economia mercantilista, tais como as concessões a monopólios e privilégios.

Os fisiocratas foram os primeiros a combater o controle da economia pelos monarcas, preparando o terreno para as doutrinas do *laissez-faire*, desenvolvidas por Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). O primeiro defende o princípio da livre concorrência ou livre comércio como forma de regulamentar o comércio mundial, solucionar o atraso e o baixo desenvolvimento das economias, e superar os obstáculos ao progresso, garantido crescimento econômico com desenvolvimento social. O segundo elabora o conceito de homem universal, fundamento do ideal de progresso e desenvolvimento da humanidade, a partir da liberdade de mercado.

No tocante aos direitos humanos, a interpretação conduz a observação de que a economia política clássica inaugura a idéia de cidadão universal. Os indivíduos livres das amarras da regulação estatal poderiam conduzir o crescimento do seu capital da forma mais adequada aos seus interesses. O mercado seria o elo de ligação entre o interesse geral e particular. Assim, no plano econômico, o liberalismo assume a defesa da expansão do livre mercado, como espaço determinante da sociabilidade, mediante o qual os homens estabeleceriam relações sociais, econômicas e culturais. No plano político, o liberalismo é portador de uma concepção de Estado constitucional, no qual a autoridade central é exercida nas formas de direito e com garantias preestabelecidas. Por meio de um Estado jurídico, ou seja, de um conjunto de leis expressas num código ou numa constituição, cada um pode exercer sua liberdade na coexistência com o outro.

Expostos os principais pressupostos do liberalismo, a sua forma de expressão política é enfocada, sob inspiração do jusnaturalismo, com o objetivo de averiguar da influência dessa doutrina na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A doutrina do direito da natureza, conhecida por jusnaturalismo, corresponde a uma doutrina racionalista cujo problema essencial consiste na justificação racional ou fundamento do Estado. Os jusnaturalistas, procurando entender os motivos da existência do Estado colocam em evidência a oposição entre o Estado de natureza anti-social e o Estado civil ou de sociedade. Esses pensadores

partem do pressuposto de que cada homem é naturalmente dotado da liberdade de usar o poder, conforme sua razão lhe indicar, para se preservar ante qualquer ameaça à sua vida. Os jusnaturalistas defendem a necessidade de um Estado, como instância política mediadora da relação entre os homens, capaz de conter os impulsos das paixões e da racionalidade, para eles intrínsecos à natureza humana.

Os principais jusnaturalistas são Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1774). Todos eles constroem no plano teórico, e cada um ao seu modo, a defesa de uma instância política – o Estado – que permita estabelecer leis e normas universais para uma vida comunitária. Compartilhando o mesmo ponto de partida, sustentam a concepção de estado de natureza como substrato ideal para analisar o seu tempo e indicar os meios que os homens podem dispor para alcançar a liberdade, numa vida partilhada socialmente. O estado de natureza é um construto ideal, espécie de ficção ou hipótese de alcance nominal, a partir do qual contrapõem a idéia de que o homem deve ingressar num mundo permeado por regras e leis positivas.

No pensamento liberal os homens nascem com certos direitos, como o direito à vida, à liberdade e à felicidade, imanentes à sua própria natureza humana, que não podem ser violados pelo Estado, pelo contrário, devem ser reconhecidos e respeitados pelo poder estatal, mesmo na condição de instância detentora do poder legítimo de exercer a força para a obtenção de obediência dos indivíduos.

O pensamento liberal foi fonte de inspiração para a formulação dos direitos do homem e do cidadão, consagrados pela Revolução Francesa por meio do princípio fundamental do Estado Moderno, referente aos direitos e garantias individuais (normas para a vida do homem em sociedade e direitos individuais civis e políticos). Os direitos civis integram a esfera de liberdades negativas com relação ao Estado, devido à posição de não impedimento ou abstenção do Estado (liberdade de pensamento, de religião, de atividade econômica etc), e os direitos políticos a integram a esfera de liberdades positivas, devido à participação dos cidadãos na constituição do Estado (direito de voto, livre associação etc).

A influência do pensamento liberal sobre a referida Declaração, entre outras precedentes, se fez presente, especialmente, por meio da Doutrina jusnaturalista, que marca a concepção de direitos naturais do homem. O primeiro artigo dessa Declaração começa por afirmar que os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência e devem agir com espírito de

fraternidade. Seu conteúdo apóia-se na concepção de indivíduo portador de direitos naturais e nas prescrições jurídicas que precedem algumas Constituições dos Estados liberais e liberais democráticos modernos. Com base em Bobbio (*apud* COSTA, 2003), indica-se que a expressão não é a descrição de um fato, mas a prescrição de um dever.

A doutrina dos direitos naturais, encontrada na base das declarações dos direitos do homem, é uma doutrina essencialmente moderna, surgiu precisamente com o jusnaturalismo, quando Hobbes distingue entre *lex* (fonte de obrigações) e *jus* (liberdade de obrigações). A lei é a fonte e origem da justiça, pois sem ela não há como estabelecer um critério de justo ou injusto. As palavras e conceitos sobre direitos naturais adquirem, por meio das declarações dos direitos do homem, o caráter de afirmação de pretensões juridicamente reconhecidas e protegidas contra eventuais violações por parte dos cidadãos e dos poderes públicos, ou seja, a transformação progressiva de uma aspiração ideal secular em direito público subjetivo.

Por meio das declarações dos direitos do homem, não se realizou a pretensão inicial apregoada pelos liberais, que postulavam uma sociedade de livres e iguais, mas verificou-se a expansão de direitos e prerrogativas dos indivíduos num processo permeado por conflitos e limitações. Os conceitos de liberdade e igualdade sofreram, ao longo do tempo, modificações substanciais no interior da própria perspectiva liberal. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão comporta um significado conceitual de liberdade e igualdade, mais amplo que aquele de Hobbes e Locke, por considerar a organização estatal como instrumento e não como fim.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem propicia o debate acerca da transposição da proteção individual do sistema interno dos Estados para o sistema internacional, colocando, pela primeira vez, o indivíduo como sujeito do direito internacional. Emerge a possibilidade de o indivíduo pleitear proteção no âmbito do Estado ou em uma instância superior, contra o próprio Estado, conforme o pensamento sobre direitos humanos inalienáveis, que se desdobra desde Hobbes e ganha maior expressão em Rousseau. Essa Declaração traz a marca liberal que pensava em desenvolvimento do ser humano como universal, por meio da mediação do mercado como espaço dominante da sociabilidade.

Ainda que, em última instância, os direitos satisfizessem principalmente às necessidades de uma burguesia emergente (livre iniciativa econômica, livre manifestação da vontade e do pensamento, liberdade de ir e vir, liberdade política, livre mão-de-obra etc), consagra

a igualdade de todos perante a lei e o direito do cidadão de lutar contra a opressão. Contudo, estabelece as linhas mestras de uma emancipação política individual, concernente com a sociedade capitalista até a atualidade, na qual a vigência dos direitos humanos assume uma face universalizante, mesmo considerando o fosso existente entre a Declaração e sua aplicabilidade.

A formulação dos direitos naturais no jusnaturalismo decorre de uma concepção individualista da sociedade, cujo ponto de partida é um estado de natureza em que a existência dos indivíduos é centrada na própria esfera de seus interesses e a representação do Estado é artificial. Nessa concepção, o indivíduo vem antes do Estado, ou seja, não é a sociedade que cria o indivíduo, mas o contrário. Assim, os direitos individuais precedem os deveres dos indivíduos para com a sociedade. Trata-se de uma concepção ideal de um indivíduo ontologicamente autônomo, em relação a todos os outros, e portador de igual dignidade, em relação a cada um, presente em formulações liberais e neoliberais.

Tal como o capitalismo cria-se uma situação em que a polaridade entre indivíduo e sociedade aparece pela primeira vez na consciência dos homens, de forma explícita. Essa nova situação social, em termos objetivos e também nos aspectos fenomênicos que se desdobram no plano da consciência, é um efeito necessário do nascimento do capitalismo e do processo que leva este último ao poder, traduzida em realidade somente pela revolução francesa. Na vida social o particular se sobrepõe ao universal e a inter-relação individualidade e universalidade aparece fracionada na consciência dos homens. Segundo Lukács (*apud* COSTA, 2003, p. 179), as teses do jovem Marx já contêm uma crítica à forma pela qual a esfera do *citoyen* é degradada em relação ao *bourgeois*, expressa na consciência filosófica do pela concepção do indivíduo como *mônada*, descolada da sociedade na qual vive e age. “Nenhum dos chamados direitos do homem, diz Marx, ‘ultrapassa, portanto, o homem egoísta, o que da perspectiva da fundação jurídico-legal da sociedade capitalista era perfeitamente coerente’”.

- “A constituição dos direitos do homem e sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana”

As discussões em torno dos direitos do homem tem sido objeto de críticas e controvérsias teóricas, tanto por parte de liberais e conservadores quanto por marxistas e socialistas. As discussões geralmente são centradas nos direitos individuais inalienáveis, porque

inscritos na ordem da natureza. Reduzidos a esse debate, os direitos humanos são ignorados por muitos estudiosos que não os reconhecem como um elemento significativo na constituição das sociedades modernas. Nesse sentido, sua tematização aparece sempre como um efeito perturbador.

Claude Lefort (1924-2010) chama a atenção para as representações que se perfilam com o advento da democracia e dos direitos do homem, acenando para as ambigüidades e contradições da democracia moderna e realçando as virtualidades desse acontecimento histórico e social. A singularidade dessa experiência reside na sua capacidade irreprimível de criação permanente do social e do político, que são concebidos como instâncias distintas, porém articuladas por conflitos e interesses de grupos, de movimentos ou de outras formas de organização na sociedade.

Portanto, a democracia não se reduz ao campo da burguesia, pois não é produto de uma classe, e sim do conflito civil. A democracia ordena uma nova experiência baseada na legitimidade do conflito na sociedade. Com ela atribuem-se significados e legitimidade aos novos direitos, fundamentados no reconhecimento da alteridade e das diferenciações.

As reflexões de Lefort são desafiadoras porque propõem um novo modo de pensar a política e a sociedade, que não está preso em teorias e categorias analíticas e não está circunscrito ao Estado e ao poder, mas se engendra na própria história, nos processos e práticas sociais produzidos com a instauração da Modernidade. Para tanto, demanda o abandono de visões deterministas e idealistas da história, que ofuscam os sinais novos figurados nos acontecimentos, nos conflitos e nos processos que fundam o desenvolvimento da democracia.

No raciocínio de Lefort é impossível pensar a democracia sem pensar no que se erigiu como seu oposto – o totalitarismo, particularmente dos países chamados de socialismo “real” do Leste Europeu. Em oposição às teorias que procuram explicar a emergência desse fenômeno associada à transformação do modo de produção, Lefort a entende como uma mutação política de ordem simbólica. Trata-se de uma mudança no estatuto do poder, invertendo os fundamentos basilares que dão sentido à “invenção democrática”. No Estado totalitário, a lei e o saber ficam subsumidos ao poder que, por sua vez, fica condensado, centralizado na figura do partido, em nome do mito de uma sociedade transparente, homogênea, una e emancipada.

Repensar o político pressupõe percorrer caminhos que, invariavelmente, foram denegados, quando não ignorados, no campo da

produção do conhecimento e da política. Significa desvelar dimensões não expressas na empiria ou no real, não encontradas nas análises centradas nas relações de produção e de propriedade, porque integram outro universo – a ordem simbólica do campo social. É impossível deduzir das relações de produção a ordem da lei, do poder, do saber, reduzindo aos efeitos da divisão capital – trabalho a linguagem na qual se articula prática social. (Lefort *apud* LIMA, 1997).

A descrição das mudanças ocorridas na produção, na troca, na propriedade, não pode levar a compreender o que se encontra posto em jogo com a formação do Estado Moderno, porque esses efeitos registram-se nos atos, nas representações, nas relações, no que se mantém e institui como novo, nos interesses que se confrontam, na interseção entre os direitos adquiridos e a aspiração por mais direitos. A democracia não é essencialmente burguesa e o Estado totalitário não é um campo em que a arbitrariedade flagela, mas que denega o direito e o livre exercício de pensamento, portanto, rompe com as balizas estruturantes da dinâmica democrática, ou seja, com a imagem de alteridade em toda a espessura do social, consolidada por meio dos direitos humanos.

O Estado totalitário, ao perseguir uma sociedade sem divisões ou conflitos, sujeitando indivíduos e grupos, só conseguiu fazer ruírem-se os laços de sociabilidade e construir uma imensa rede de coerção. Na democracia, os direitos do homem e sua força libertadora, promovem o fenômeno da “desincorporação”, isto é, a subsunção ou identificação de esferas de poder, da lei e do saber com a autoridade de um indivíduo, classe ou partido, evitando a sua cristalização. As esferas de poder adquirem legitimidade na dinâmica dos conflitos de classe, de grupos e das relações que ordenam a vida social.

A “democracia burguesa”, não obstante às violações dos direitos em vários pontos do planeta e das “astúcias da ideologia burguesa”, se erigiu na base de lutas, conflitos e reivindicações pelo direito à liberdade, pelo “direito a ter direitos”, invenção permanente do social e do político (Arendt *apud* LIMA, 1997). A inovação do pensamento de Lefort consiste em evidenciar uma dimensão do direito que não está prescrita e nem restrita ao empírico que é a sua eficácia simbólica na construção do evento democrático, deslocando a noção de direitos do homem restrita ao indivíduo para a noção desses direitos como relação e prática social que se institui no espaço público. As análises que se limitam à empiria, à materialidade e aos enunciados das leis, ocultam a potência e a radicalidade libertária, marca simbólica dos direitos.

### 3.2.2 Eixo direitos humanos, legislação e proteção social

Nesta seção, estão articulados os artigos que tratam dos direitos humanos na perspectiva das leis e das políticas públicas, especialmente de segmentos sociais. Alguns artigos, em vista da temática, vão trazer aportes históricos. Outros vão mencionar a intervenção do Serviço Social, mas sem discorrer significativamente sobre ela. Compõem este eixo quatro artigos, identificados pelo título e apresentados na seguinte ordem: “Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais”; “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?”; “Os direitos dos portadores de sofrimento psíquico no contexto do neoliberalismo” e; “Interdição civil: uma exclusão oficializada?”.

- “Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais”

O artigo consiste em um resgate histórico da proteção social e jurídica da infância e da adolescência com base no direito fundamental à liberdade, ao respeito e à dignidade. É estruturado em duas partes, na primeira discorre sobre a proteção social e jurídica a criança e ao adolescente no âmbito internacional e brasileiro, e na segunda apresenta os caminhos percorridos para transformar os princípios declarados nos documentos de proteção a infância e a adolescência, tanto internacionais como brasileiros, tendo como referência as noções de justiça e cidadania.

O direito de proteção à infância é inerente a um movimento de mudança da concepção de criança como “pequeno adulto”, em torno do século XVI, para a concepção de criança como ser humano ou como pessoa, necessitada de proteção especial. Esse movimento, intensificado no século XVIII, não ocorreu isoladamente, mas no bojo do movimento pela afirmação dos direitos humanos, cujo significado expressa um conjunto de direitos naturais inalienáveis, imprescritíveis e universais próprios a todo ser humano.

Mas é bastante recente a preocupação com o bem-estar da criança. A conquista por direitos humanos de crianças e adolescentes decorre do pós Segunda Guerra Mundial e está expressa nos documentos internacionais, declarações e convenções, que objetivaram uniformizar a proteção de crianças de todos os países ligados às organizações internacionais e regionais. A Declaração Universal dos



Direitos Humanos expressa medidas de proteção aos direitos de toda a criança, sem nenhum tipo de discriminação, por parte de sua família, da sociedade e do Estado. O reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) pelos direitos específicos da criança se dá com a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, quando passam a serem reconhecidas como “sujeitos de direito internacional”.

No Brasil, a perspectiva dos direitos humanos não se fez registrar nas primeiras legislações dedicadas à infância. Esta só se fez presente a partir dos movimentos organizados da sociedade civil na elaboração da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos firmados no âmbito internacional pelo Estado brasileiro. A adesão sem reservas legais do país à Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 da ONU, instigou novas discussões e mobilizações, que culminaram na promulgação da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entretanto, a garantia de proteção efetiva e a realização desses direitos ainda se encontram distantes de serem plenamente realizadas. Para tanto, os direitos e garantias fundamentais devem se traduzir em normas jurídicas claras e precisas, estabelecidas em leis ordinárias e explicitadas no cotidiano por meio de políticas públicas. O reconhecimento social e estatal de que as crianças e os adolescentes têm direito não é simples de ser efetivado por vários fatores, dentre eles o parâmetro estatal da tutela que acompanhou a “história dos pequenos”. Nesse sentido, a máxima liberal dos direitos humanos de que o direito do indivíduo antecede o direito de interferência do Estado permite impor barreiras a ambição totalizante do Estado, demonstrando seu poder de transformação.

É preciso provocar inovações nos sistemas de idéias, dos grupos sociais, que são influenciados por um modelo de proteção que subalterniza e inferioriza, bem como, reduz à condição de objeto da preferência dos adultos, a percepção das necessidades da infância e da juventude. Trata-se de mudar a compreensão, os fluxos de comunicação e as formas interventivas dos agentes que atuam no Sistema de Garantia de Direitos. Em meio a uma transposição de modelos internacional e regional, o Estado não se faz suficientemente claro quanto ao Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Torna-se indispensável para operacionalizar a fundação protetiva desse Sistema, a distribuição de competências e hierarquização de responsabilidades de modo que cada um dos entes compreenda o papel essencial que tem a desempenhar.

Ainda, é preciso forjar a internalização de uma normativa e de um aprendizado de uma nova condição sócio-jurídica para as crianças e adolescentes do Brasil, independentemente da condição de classe, uma vez que os conceitos de liberdade, de respeito e de dignidade estão impregnados e hierarquizados de acordo com os valores dominantes na sociedade brasileira, em que crianças e adolescentes encontram-se numa ordem de prioridade secundária com relação aos adultos. As soluções passam por ações e procedimentos que chegam ao cotidiano das políticas públicas para proteger a peculiar condição de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Em suma, “a valorização da política pública aparece relacionada ao aspecto distributivo, porém ele é tão importante quanto o sentido da construção humano-social que, não podendo ser mensurado, tende a ser relegado a um plano inferior”. (BIDARRA & OLIVEIRA, 2008).

- “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?”

As iniciativas de políticas públicas voltadas à prostituição têm deixado de ser objeto exclusivo de intervenção policial e sanitária no final do século XX. No Brasil, aparecem iniciativas do Legislativo no campo da saúde, do trabalho e dos direitos humanos. O objetivo do artigo é examinar duas iniciativas do Legislativo nesse campo: o projeto de Lei 98/2003 do deputado federal Fernando Gabeira para reconhecer a prostituição como um “serviço de natureza sexual” e a legislação trabalhista que tratou de inserir a atividade de profissionais do sexo como parte da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A partir de meados dos anos 1970, emerge o termo “trabalhadores do sexo” ou “profissionais do sexo” no bojo dos movimentos de defesa dos direitos das prostitutas e de resignificação da prostituição, que lutavam contra a discriminação e a violência nos planos nacional e internacional. Desde então, a proliferação de grupos de reflexão e debate sobre o tema vem revelando tanto um deslocamento dos espaços de saber tradicionalmente envolvidos com a temática (ciências jurídicas e saúde pública), como uma mudança de enfoque com a preocupação moral e sanitária, passando para a perspectiva da cidadania e dos direitos sociais e humanos.

A emergência do movimento feminista e a agenda construída em torno da opressão feminina e do questionamento da naturalização da

desigualdade entre mulheres e homens ensejaram a formulação de toda uma nova perspectiva epistemológica, conhecida por estudos de gênero. A discriminação e a violência policial foram determinantes para a realização, em 1987, do I Encontro Nacional de Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro. Naquele evento, a estratégia para garantir o reconhecimento público da profissão e a cidadania dos “profissionais do sexo” foi a criação e a legalização de associações em diferentes Estados. A perspectiva das organizações foi retirar o foco criminal/penal da atividade, relacionando-a com direitos sexuais e trabalhistas.

Em termos políticos o debate culminou com a divergência entre as lideranças do movimento de inserir na pauta da discussão a exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir da década de 1990, os movimentos de defesa das prostitutas lograram trazer outros setores da sociedade para a discussão de propostas e a adoção de iniciativas de reconhecimento de direitos e da identidade dos sujeitos envolvidos. O diálogo estabelecido com as áreas do trabalho, do turismo, da justiça e do legislativo teve como resultado inovações importantes, como a inclusão do (a) profissional do sexo dentro da CBO e a formulação do Projeto de Lei 98/2003.

A inclusão da atividade na legislação do Ministério do Trabalho representa um avanço inequívoco no modo como as políticas públicas brasileiras têm tratado o tema da prostituição. Entretanto, os êxitos inscritos nessa iniciativa são insuficientes para modificar o estatuto formal da prostituição ou seu reconhecimento como profissão, demandando outro tipo de iniciativa e legislação.

O projeto de Lei 98/2003, que trata da exigibilidade do pagamento por serviço de natureza sexual e da supressão da legislação penal associada à prostituição, tramita por muitos anos devido às reações e aos posicionamentos antagônicos que, expressam tendências presentes no parlamento e na sociedade brasileira (instituições religiosas, funcionários do sistema de justiça criminal, parlamentares ligados ao judiciário e a polícia e até integrantes do movimento feminista que conservam uma postura abolicionista). As possibilidades de superação dependem das circunstâncias e dos sujeitos, presentes em cada momento histórico.

- “Os direitos dos portadores de sofrimento psíquico no contexto do neoliberalismo”

O mundo vem se transformando à medida que o modo de produção capitalista se altera, criando novas relações entre os indivíduos e a sociedade. Assim, o lugar do manicômio também se transmuta, conforme se constroem novas concepções sobre o portador de sofrimento psíquico. O artigo apresenta uma contextualização do Estado moderno, nas suas diferentes conformações históricas, procurando demonstrar as determinações econômicas e sociais na construção do ideário dos direitos humanos, considerando que, a partir dos anos 1990, intensifica-se o debate sobre a cidadania dos portadores de sofrimento psíquico por agências multilaterais e por setores da sociedade brasileira.

Abordar a temática dos direitos humanos implica fazer referência a Revolução Francesa como um conjunto de movimentos revolucionários, que colocam fim ao antigo regime absolutista e gravam na história da humanidade ideários referenciados até os dias de hoje. O lema “liberdade, igualdade e fraternidade” correu o mundo, anunciando um novo lugar para o indivíduo. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 rompeu com a vinculação entre Igreja e Estado, instituindo a República e a necessidade da Constituição como manifestação da vontade geral.

Os ideários da Revolução Francesa foram expressão do Iluminismo e do liberalismo. Este último está presente nos princípios da Declaração, constituindo uma perspectiva teórica que vai guiar hegemonicamente as relações da humanidade. A Revolução Francesa impulsionou a Revolução Industrial que, provocou mudanças na relação do homem com o seu meio a partir da constituição do modo de produção capitalista. Surge a noção de Estado liberal e de cidadania. Os cidadãos são aqueles que possuem somente os atributos de liberdade para escolher o próprio caminho, de igualdade perante a lei e de independência econômica.

Assim, os ideários da revolução francesa foram explicitados como forma de garantir os interesses privados e não coletivos da sociedade. A concepção de Estado liberal justificou as trocas livres no capitalismo, possibilitando sua expansão desde o século XVIII. Com o advento do capitalismo, e com o surgimento da ciência e sua ênfase na racionalidade, o homem passou a ser objeto de controle, seja pela exploração da sua força de trabalho, seja por não ser considerado apto para tal. O encarceramento dos desempregados ao lado dos loucos foi apenas um dos muitos meios de controle da força de trabalho.

Embora antes da Revolução Francesa já existissem “asilos para alienados”, os próprios princípios legados da Revolução Francesa justificam a exclusão dos segmentos da população identificados como

não pertencentes ao estatuto de cidadãos. Com a divulgação das idéias de Descartes, instaura-se o consenso da supremacia da razão e do juízo como condição para o homem ser capaz de cuidar de si. Assim, os manicômios foram criados com o intuito de estabelecer uma ordem social, separando os capazes para o trabalho daqueles que não se enquadravam no processo de produção. O manicômio como instituição total é um lugar de segregação, de mortificação e de degradação da individualidade dos sujeitos, que materializa a lógica da aceitação da segregação e da violência e é refratário às interfaces da dinâmica social.

Desde a experiência do Estado liberal clássico, seguida do *Welfare State* até o retorno de um novo Estado liberal nos anos de 1970, permanece no mundo apenas o mercado (porque excludente) e o discurso dos direitos humanos (porque incompletos). O reordenamento do capitalismo na sua fase de produção flexível e de reestruturação do Estado torna ainda mais distante o horizonte de uma nova ordem mundial calcada no respeito aos direitos humanos, com universalização do acesso a bens e serviços, cuja liberdade consiste no valor central dos corolários de autonomia e emancipação dos indivíduos sociais, como prevê o projeto ético-político do Serviço Social.

Em meio à experiência histórica de desencantamento com a democracia nas últimas décadas, pois não se alcançou uma proteção confiável dos direitos humanos, civis e políticos, entre outros aspectos, os valores inspirados da Revolução Francesa continuaram sendo fonte de inspiração para os distintos movimentos de mudança da ordem social no mundo. Daí o surgimento de um conjunto de dispositivos jurídico-legais relativos à mudança da atenção em saúde mental e à defesa dos direitos dos portadores de sofrimento psíquico, construídos no Brasil a partir dos anos 1990.

Nesse período, houve forte influência de diretrizes oriundas de organismos internacionais para as políticas econômicas e sociais dos países da América Latina, alcançando o campo da saúde mental por meio das disposições da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Dentre essas disposições, a Organização das Nações Unidas, em 1991, adotou os princípios para a proteção de pessoas com enfermidade mental e para a melhoria da assistência em saúde mental, reconhecendo as liberdades fundamentais e os direitos básicos de toda a pessoa com uma enfermidade mental.

No Brasil, consolidaram-se avanços na formulação e execução de políticas públicas de superação do modelo hospitalocêntrico no sentido de salvaguardar os direitos dos portadores de sofrimento psíquico, ainda

que de forma restrita. Entretanto, estes avanços ocorreram em meio à instalação do Estado neoliberal no Brasil, pois foi somente a partir de 1991 que as primeiras normatizações e financiamentos públicos tiveram a direção da reforma psiquiátrica. As consequências da reestruturação produtiva e da globalização da economia estão na não realização dos direitos humanos, pois só funcionam como niveladores da condição humana no plano abstrato, já que no plano real seu gozo está condicionado ao aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento completo das capacidades humanas.

Eis o desafio permanente do capitalismo e do liberalismo aos indivíduos sociais nas condições postas das novas configurações da questão social.

- “Interdição civil: uma exclusão oficializada?”

As questões da interdição civil e da curatela não fazem parte da literatura profissional do Serviço Social, apesar de estarem presentes em inúmeras circunstâncias do cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais em diferentes campos de atuação como saúde, segurança pública, entre outros. Decorre daí o objetivo do artigo de trazer essa discussão para o âmbito do Serviço Social.

O artigo é estruturado em duas partes: na primeira recupera as concepções sobre a doença mental ao longo da história, destacando seu nexo com a incapacidade civil e suas implicações legais; na segunda enfoca o processo de interdição civil e da curatela, apresentando as leis brasileiras e internacionais, os conceitos básicos e as pesquisas relacionadas, e finaliza discutindo a antinomia entre exclusão e proteção num processo de interdição.

A interdição civil – como um estatuto jurídico pelo qual um ato judicial declara a incapacidade (parcial ou total) de uma pessoa maior para a prática de certos atos da vida civil, na regência de si mesma e de seus bens – traz subjacente temas como: “liberdade”, “cidadania”, “direitos humanos”, “autonomia”, “doença, inadaptação e exclusão social”, “capacidade”, “proteção social”, entre outros, investidos de diferentes significados, conforme o interesse e a necessidade dos sujeitos envolvidos, sejam eles indivíduos ou instituições.

A questão da interdição é localizada desde a Grécia Antiga, com destaque para a contribuição do direito Romano em termos de procedimentos e ritos processuais, que não passou por modificações substanciais em sua estrutura até os dias atuais. A mudança na temática se refere à noção de incapacidade como atributo de doença ou de

deficiência mental, posto que é abordada de diferentes modos, no decorrer da história, pela sociedade civil, pela medicina e pelo direito.

As alterações na legislação expressam a evolução de conceitos psiquiátricos e sociais sobre a doença mental e sua incorporação pelo estamento jurídico. Em vários países do mundo ocidental, as reformas legislativas no campo da saúde mental ocorreram fundamentalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX, refletindo uma preocupação com a autonomia e a preservação dos direitos personalíssimos (direitos humanos). Os avanços em termos de legislação, advindos da reforma psiquiátrica, ainda colidem com a realidade cotidiana, que denuncia o estado de abandono e exclusão e evidencia o baixo investimento e a insuficiência de uma política pública para o atendimento e a provisão de serviços especializados, em número suficiente para atender a demanda.

A interdição é uma condição pessoal que impede ou limita o indivíduo de exercer, de forma autônoma, seus direitos e cumprir suas obrigações. Pesquisas sugerem que, embora a legislação brasileira tenha aderido dispositivos de interdição parcial, prevalece uma prática de interdição total, diferentemente de outros países que buscam preservar a maior quantidade de direitos ao portador de transtorno mental. Por isso, as leis brasileiras têm sido tímidas na defesa dos direitos humanos.

Outras pesquisas no campo antropológico e jurídico revelam duas situações sobre qualidades e motivações da interdição. Por um lado, quando a interdição é movida para acessar algum benefício social, representa um ganho para o interditado, ainda que perdendo a sua autonomia. Por outro lado, quando é movida pelos interesses dos requerentes da ação que se vinculam a própria família do interditando, representa a manutenção de um *status*, ou seja, em vez de garantir um ganho, evita-se a dissipação de bens comuns à família.

A interdição, oficialmente, representa uma nova trajetória para o interditado, como sujeito incapaz que não rege a sua pessoa, seus bens, seus filhos, perdendo sua capacidade de exercício, seu poder de voz e de vontade. Sem autonomia, torna-se um cidadão incompleto (por usufruir poucos direitos). A pedra angular para o equacionamento do binômio entre exclusão e proteção social, envolto nos estatutos de interdição e curatela, reside na real avaliação das possibilidades do interditando.

Assim, não se defende o fim dos estatutos de interdição ou curatela, mas sua utilização como instrumento de proteção àquelas pessoas cujas incapacidades requeiram reais cuidados, no limite de suas necessidades. Para tanto, torna-se necessário um sistema de proteção social que garanta a esses indivíduos seus direitos sociais de atenção à saúde, à moradia e à sobrevivência com dignidade, não como seres

dependentes, desprovidos de possibilidades, mas com respeito às suas diferenças que manifestam uma outra forma possível de estar no mundo.

### **3.2.3 Eixo intervenção profissional e direitos humanos**

Organizamos nesta seção aqueles artigos que relacionam os direitos humanos e sua viabilização pelas profissões. Como incluímos no estudo artigos da autoria de equipes multiprofissionais, optamos por esquematizar o eixo de intervenção profissional e direitos humanos em duas subseções: uma ligada à intervenção do Serviço Social; e outra ligada aos projetos e as equipes multiprofissionais, as quais contam com Psicólogos, Educadores, Juristas, Advogados e, também, Assistentes Sociais.

#### *3.2.3.1 Serviço Social*

Compõem esta subseção quatro artigos, identificados pelo título e apresentados na seguinte ordem: “A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político profissional”; “Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social”; “Ética e Serviço Social no Mercosul” (Tradução) e; “Pais que apanham da vida e filhos que apanham dos pais: desvelando as suspeitas de violência contra a criança a partir da experiência do estágio profissionalizante”.

- “A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político profissional”

O artigo consiste em um balanço da renovação ética do Serviço Social brasileiro. A discussão é movida pela comemoração dos dez anos do atual Código de Ética, concebido como produto histórico de conquistas democráticas e da afirmação de valores emancipatórios. O Código de Ética é parte integrante do projeto profissional que vem



sendo construído nos últimos trinta anos, marcado pela crítica teórica e oposição ética e política ao conservadorismo profissional.

Nos anos de 1970, o cenário de luta contra a ditadura e de lutas políticas dos trabalhadores, favorece a participação cívica e política da categoria, ampliando sua consciência e sua capacidade organizativa, e ao mesmo tempo, possibilitando um confronto teórico e ideopolítico entre tendências profissionais, situadas no âmbito da luta pela hegemonia entre diferentes projetos societários e profissionais.

Os anos de 1980 sinalizam a maturidade do projeto ético-político profissional evidenciado pela sua produção teórica e capacidade crítica (ruptura com o monopólio do conservadorismo e utilização de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista), acompanhada de sua consolidação como área de conhecimento e interlocução com outras áreas do meio acadêmico.

Nesta década, as especificidades e diferencialidades da ética e da política não foram explicitadas e debatidas. O compromisso político com as classes trabalhadoras prevalece sobre os valores éticos. A mesma maturidade teórica e política não foi alcançada em termos de fundamentação da ética, demandando um saber filosófico e ontológico. A ausência de debate e de literatura profissional no campo da ética indica uma concepção ética formal e/ou a subordinação da ética à sua dimensão político-ideológica.

Essa defasagem possivelmente decorre da influência do marxismo tradicional sobre a profissão, do qual deriva uma ética dos interesses de classe, subordinada à ideologia. A história do marxismo é marcada por uma insuficiente produção ética e por uma crítica à filosofia (especialmente até os anos 1950, devido à condicionamentos históricos, como o desconhecimento de parte significativa da obra de Marx, fundamental para o estudo da ética, a negação do conhecimento filosófico em geral, tomado como “burguês”, entre outros aspectos). Assim, não tendo desvelado no interior do pensamento de Marx uma concepção de homem mais ampla que a de classe social, o Serviço Social contribuiu para que a remissão a valores universais (humano-genéricos) fosse tomada como abstração e desconsideração da história e das classes.

A subordinação da ética à política, se expressa por meio de posicionamentos de valor que, na luta político-organizativa da categoria, imprimem materialidade e direção ideopolítica ao projeto profissional. A ausência dos fundamentos de uma ética profissional não é problema em um primeiro momento porque é suficiente a adoção de um comportamento ético-moral e político. Mas como a profissão tem de

responder pela formação e pelo exercício profissional, coloca-se a necessidade da capacitação ética e reflexão sistemática específica para dar respostas à sociedade e ao coletivo profissional.

Somente nos anos de 1990 ocorre o amadurecimento dentro do Serviço Social em relação à ética, possibilitado pela capacitação ética, pela ampliação do debate e pelo enfrentamento do conhecimento filosófico, em sua vertente marxista, ampliando o conhecimento das teorias éticas e do pensamento político moderno e contemporâneo, da apropriação da reflexão ética marxista para novos autores orientados pela teoria social de Marx.

Esse processo foi determinado pela conjuntura brasileira dos anos de 1990 e pelo investimento de instâncias da categoria em atividades dirigidas à reflexão ética e à educação instrumentalizadora. Trata-se de um contexto adverso para o projeto ético-político profissional, tendo em vista o agravamento da “questão social”, decorrente das mudanças na dinâmica do capitalismo, como as transformações no mundo do trabalho, o fortalecimento da miséria, da exclusão social e da perda de direitos. A falência do chamado “socialismo real” e a crise dos movimentos socialistas e da esquerda, de uma maneira geral, colocam limites objetivos aos avanços das lutas gerais dos trabalhadores e da consolidação da ruptura no âmbito do projeto ético-político profissional.

O atual Código de Ética de 1993 é um marco na história do Serviço Social, pois se trata do primeiro documento histórico brasileiro centrado na questão da ética e da ética profissional em uma perspectiva histórica e crítica. A questão da ética volta-se para temas como método crítico-dialético, cultura, alienação, práxis, trabalho, evidenciando pensadores como Sartre, Heller, Arendt, Habermas, Lukács, Marx. O recurso à ontologia social de Marx, principalmente por meio de Lukács e Netto, afirma-se como parte da trajetória de amadurecimento da tradição marxista no Serviço Social.

Na década de 1990, o debate específico sobre os direitos humanos começa a ganhar maior visibilidade na profissão, embora a profissão tenha um vínculo prático e teórico privilegiado com os direitos – especialmente os direitos sociais. A discussão dos direitos humanos traz novos desafios ao projeto ético-político, já que a intervenção profissional está historicamente vinculada às seqüelas da “questão social”, envolta de novos contornos como os de enfraquecimento dos vínculos sociais, de desrespeito ao ser humano, de violência, de privatização do público, de desemprego e de perda de direitos, rebatendo no trabalho profissional e envolvendo seus agentes como trabalhadores assalariados.

A discussão dos direitos humanos adquire visibilidade em fins dos anos 1990, devido à comemoração dos cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e as consequências destrutivas do capitalismo para a preservação da humanidade. Os processos de “globalização neoliberal” ameaçam os direitos historicamente conquistados que vão sendo perdidos de forma gradativa. Instaure-se, então, uma crise da própria instituição dos direitos humanos, pois sua universalidade e sua objetivação não estão sendo garantidas praticamente, ao mesmo tempo em que, serve como discurso para iniciativas de controle ideológico e ocultamento de ações que consistem na sua própria negação.

A discussão dos direitos humanos no Serviço Social conta com o acúmulo do pensamento crítico, principalmente a contribuição da ontologia social de Marx, que demonstra a possibilidade de a concepção humanista ser histórica e de totalidade, porque situa os limites das concepções abstratas tradicionais do humanismo sem perder a historicidade que é parte dos direitos humanos como bandeira de luta dos trabalhadores ao longo de sua história. “No patamar da sociedade burguesa, a defesa dos direitos humanos coloca-se, portanto, mais como frente de luta, em que o projeto profissional objetiva suas dimensões éticas e políticas” (BARROCO, 2004, p. 40-41). Por meio da ética realizam-se escolhas de valor dirigidas à liberdade, e por meio da política busca-se criar condições objetivas, no âmbito da luta pela hegemonia, para a defesa daqueles valores.

- “Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social”

O artigo é estruturado em três partes, na primeira apresenta o perfil carcerário nacional e a particularidade do Estado de São Paulo, na segunda aponta as violações dos direitos humanos na população carcerária e, na terceira indica os desafios do Serviço Social, conforme o objetivo de identificar os desafios e a necessidade de compromissos éticos e políticos dos profissionais de Serviço Social, frente à realidade de violações dos direitos humanos de milhares de homens e mulheres, especificamente daqueles que se encontram presos no sistema penitenciário brasileiro.

O Serviço Social como profissão tem a tarefa de confrontar-se com a realidade das prisões brasileiras, de modo crítico e ético, por meio de uma prática competente teórica e politicamente, viabilizando respostas que superem, também pela atuação profissional, tal sistema

punitivo desrespeitoso aos direitos humanos. O enfrentamento dessa problemática passa pela reflexão crítica que esteja em consonância com um projeto profissional comprometido com os valores democráticos e emancipatórios da população e que busque construir uma nova forma de exercício profissional nessas instituições.

A questão carcerária no Brasil nunca foi tão abordado quanto hoje pelos meios de comunicação social, pelas autoridades, organizações da sociedade civil e pela população em geral que debatem os inúmeros problemas e conseqüências dessa realidade. O sistema prisional brasileiro apresenta sérios problemas que beiram ao caos, mantendo sob constantes conflitos e sob o jugo da violação dos direitos humanos milhares de homens e mulheres presos. Esse sistema sobrevive sem uma política institucional definida e estruturada em níveis nacionais, que construa parâmetros e objetivos para o sistema penitenciário capazes de ultrapassar o encarceramento e a segurança.

O Estado e a sociedade brasileiro, por meio de ações muito pontuais vêm buscando implementar alternativas de combate à maioria dos presídios do Brasil, mas restam ainda sérias mudanças que atinjam a raiz dos problemas prisionais, tais como: a prevalência de um modelo encarceratório; as péssimas condições de saúde, acompanhamento jurídico e atendimento às necessidades materiais e sociais dos presos; as inúmeras ilegalidades e situações de violência praticadas muitas vezes pelos próprios agentes do Estado (funcionários e policiais); a ausência de uma política penitenciária que contribua para a diminuição da reincidência criminal.

Assim, a realidade carcerária é o retrato fiel da questão social numa sociedade desigual e de excluídos sociais. É imperativa a necessidade de reafirmar os princípios democráticos do Estado de direito brasileiro, num momento histórico e político do país, que se multiplicam os casos de violação dos direitos humanos contra homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, negros, pobres, indígenas e trabalhadores. O quadro atual do sistema prisional expressa ainda, a falta de vontade política e a incapacidade dos atuais governos de encaminhar soluções para os problemas brasileiros.

No campo profissional, a defesa dos direitos humanos remete à questão da ética, como parte integrante do sujeito social e componente da sua atividade profissional. Por meio da reflexão de base ética sobre os valores e os princípios adequados às ações profissionais, os profissionais agem politicamente em suas práticas, imediatas e futuras. A ética profissional não deve ser tratada apenas em relação ao Código

de Ética, posto que os profissionais são portadores de um conjunto de valores ético-morais adquiridos na sua sociabilidade.

O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta hoje no campo do sistema penitenciário, determinações tradicionais às suas atribuições, que não consideram os avanços da profissão no Brasil e os princípios conquistados pelo atual Código de Ética frente à população. Esses princípios enfrentam limitações, quando confrontados com os avanços neoliberais do capitalismo na conjuntura social brasileira e, demandam uma renovação do perfil do profissional. Ou seja, não basta apenas a instauração do Código de Ética para a realização dos princípios e valores profissionais, é necessário ultrapassar o caráter meramente executivo, técnico e subalternizado da prática profissional, para exercê-la de forma competente, teórica, técnica e politicamente.

Cabe ao conjunto da categoria, juntamente com a mobilização de toda a sociedade, combater politicamente os avanços neoliberais que desafiam a sociedade e acarretam profundas condições desumanas e de indigência à imensa maioria dos seres humanos. A defesa ética dos direitos humanos não pode se desvincular da necessidade de rever criticamente a prática profissional, sob pena da profissão reproduzir um hiato entre seus avanços ético-políticos e a ação cotidiana. As saídas para a categoria atuante no sistema penitenciário, bem como para uma reflexão sobre a intervenção da profissão nos presídios, estão nas mãos dos próprios profissionais, de forma organizada coletivamente, visando o desenvolvimento de uma reflexão crítica e o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento desta realidade.

▪ “Ética e Serviço Social no Mercosul (Tradução)”

O artigo aborda as transformações econômicas, sociais e políticas deste fim de século e os desafios teóricos, metodológicos e éticos colocados ao Serviço Social.

A crise global do modelo de acumulação do pós Segunda Guerra Mundial atribuiu suas próprias disfunções e contradições ao chamado *Welfare State* com o seu papel econômico e redistributivo. Esta crítica conservadora com seu discurso de culpabilização do Estado obteve hegemonia política e cultural. Assim, por trás dos processos de redução do Estado ou de sua retirada da questão social a partir do corte de políticas e programas sociais, se oculta também a redução dos aportes de

capital ao esquema geral de reprodução societal, a privatização do patrimônio estatal como propriedade social, a anulação dos direitos sociais e o menosprezo das soberanias nacionais. Os resíduos de política social na era neoliberal vão oscilar entre a repressão e o assistencialismo.

O Mercosul é parte de um fenômeno contemporâneo de integração regional e voluntária de diversos países soberanos que dividem uma região geográfica e histórica e compartilham de um esforço conjunto. Esta forma de livre comércio, até o presente momento, só contribuiu com a globalização da miséria e da desigualdade para os povos do Mercosul. O desafio do Mercosul é ultrapassar as fronteiras da mera economia e promover a integração por novas vias, considerando as transformações em torno da questão social: a pulverização de identidades particulares, como raça, gênero, etnia, sem a devida articulação com as classes; a debilidade dos partidos políticos, responsáveis por aglutinar as pessoas e a luta política; as transformações no perfil da classe trabalhadora; e o corporativismo dos movimentos sociais.

A complexidade e atualidade desses processos e suas possibilidades de impactos em nível macro e micro social colocam como requisição básica ao Serviço Social a necessidade de explicitar, com maior clareza possível, sua bagagem teórica, metodológica e instrumental. O elenco de procedimentos técnicos e operativos ainda permanece como um arsenal superior e adequado a todo objeto de conhecimento e intervenção, sendo estranho às relações sociais e técnicas de produção imperantes na sociedade. Uma análise profunda deve levar em conta uma suposta autonomia e formalização de procedimentos técnicos e operativos.

O projeto profissional autônomo demanda uma concepção de metodológico como teoria e ação em movimento e componentes técnicos e operativos abordados em suas dimensões política e ética. Em outras palavras, a profissão não deve se guiar por desideratos (metas) prático-administrativos, mas sim pela essencialidade (a apreensão do objeto em suas conexões essenciais também seria expressão da objetividade) do que investigamos e intervimos. Somente dessa maneira os diferentes componentes de um projeto profissional, desde o mais abstrato ao mais instrumental terão uma dimensão verdadeiramente ontológica e emancipadora.

- “Pais que apanham da vida e filhos que apanham dos pais: desvelando as suspeitas de violência contra a criança a partir da experiência do estágio profissionalizante”

Trata-se de uma pesquisa empírica, realizada com base nos documentos de atendimento do Serviço Social hospitalar, buscando perfilar e evidenciar as condições de vida das famílias com suspeitas de maus-tratos contra a criança. Parte-se do pressuposto de que a falta de condições mínimas para a sobrevivência das famílias contribui para o estabelecimento dos maus-tratos. Porém, pondera-se que a violência doméstica não é um fenômeno exclusivo de famílias carentes, estando presente em todas as classes sociais.

Em um primeiro momento, os dados com relação ao quadro clínico da criança suspeita de maus-tratos são expostos: motivo da internação hospitalar; tempo de internação da criança; tempo de presença do acompanhante; e tipo de unidade responsável pelo atendimento de saúde. Este último critério é indicativo da gravidade da violência sofrida pela criança. Muitas vezes, a ausência ou pouca presença de acompanhante coloca o desafio da equipe de saúde, em especial, os profissionais de Serviço Social, tentar fortalecer os vínculos familiares, que também auxiliam no processo de recuperação e tratamento da criança.

Em um segundo momento, os dados sobre a família são expostos: faixa etária; sexo; renda; ocupação; escolaridade; naturalidade; procedência; estado civil; moradia; entre outros. Pelo perfil de miserabilidade das famílias, chega-se à conclusão de que, o desemprego e as condições de vida precárias, que se configuram como expressões da questão social, influenciam no desencadeamento dos maus-tratos, pois, muitas vezes, as famílias sentem-se pressionadas com a precariedade da satisfação das suas necessidades.

Diante disso, a identificação da existência de maus-tratos é uma tarefa/dever de qualquer pessoa, no exercício de sua cidadania. Nesse contexto, entende-se que a avaliação do Serviço Social é fundamental para conhecer as condições de vida das famílias, bem como, para desvelar e trabalhar a possibilidade dos maus-tratos. O Serviço Social tem o papel de um agente transformador, que visa à mudança do contexto social do ser humano, de forma a garantir a satisfação dos direitos sociais básicos da população. Assim, para o Assistente Social, a prática junto a esta realidade representa uma forma de enfrentamento e resistência à reprodução das diversas expressões da questão social.

Nesse sentido, é preciso que existam políticas públicas que busquem prevenir a violência doméstica e o treinamento de todos os profissionais que trabalham nesse contexto. Começar um trabalho de prevenção visando impedir todas as formas de violência, requer o esclarecimento da população sobre os direitos das crianças e a realização de trabalhos com grupos, principalmente, nas instituições hospitalares, para oferecer apoio a todas as famílias. Contudo, as possibilidades de enfrentamento dessa realidade devem ultrapassar a prevenção e conduzir à transformação social.

### 3.2.3.2 *Equipe Multiprofissional*

Compõem esta subseção dois artigos, identificados pelo título e apresentados na seguinte ordem: “Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para a paz” e “A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas”.

- “Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para a paz”

O artigo é resultante de uma pesquisa empírica realizada em dez escolas da rede estadual e municipal de Porto Alegre, com base em um projeto interdisciplinar e interinstitucional que, buscou trazer subsídios teórico-práticos para as escolas, capacitando professores. O projeto visa à implementação de ações de enfrentamento da violência nas suas mais variadas instâncias, considerando a escola como um dos *locus* privilegiados de garantia de direitos para crianças e adolescentes.

O projeto teve cinco eixos norteadores: integração sistêmica da rede do Estatuto da Criança e do Adolescente; autoridade pedagógica; lei e justiça disciplinar; mediação de conflitos; gestão democrática e educação para a paz e valores humanos. A pesquisa foi baseada no último eixo, isto é, na forma como os educadores desenvolviam ações voltadas para a promoção de uma cultura da paz e superação da violência no meio escolar. A cultura da paz é compreendida como um arsenal significativo para ensinar que os conflitos são elementos importantes para todo grupo humano, sendo necessário instrumentalizar para sua resolução e diminuir o potencial de agressão.



O Serviço Social como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social tem o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos que vem ocorrendo no âmbito escolar. A concretização dos princípios éticos só ocorre mediante ações solidárias voltadas à educação para a paz e a justiça social. A cultura da paz, marco de atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), vai ao encontro do projeto ético-político da profissão, pois compreende o cultivo de valores essenciais à vida democrática.

O projeto “Em Paz com a Lei” decorre da discussão de pressupostos e metodologias que vêm sendo surtidos no cotidiano da atuação dos operadores do Sistema de Atendimento ao Adolescente Ator de Ato Infracional em Porto Alegre. Sua construção parte do entendimento de que a escola é o espaço privilegiado de inserção e manutenção do jovem no contexto de políticas de garantias de direitos. Assim, a escola é merecedora da concentração de esforços da coletividade dos operadores de direitos na busca de fortalecimento desse espaço de exercício de cidadania.

O projeto parte da constatação de um ambiente escolar em conflito com a lei e de uma relação hostil e conflitiva com o principal instrumento de proteção da população em idade escolar – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foram constatadas defasagens no cumprimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Embora a resolução dessas defasagens sejam responsabilidades de instâncias políticas alheias à escola, a comunidade escolar também apresenta sua contrapartida de responsabilidade ao conviver com a negação de preceitos como o estrito cumprimento das jornadas ou de princípios como gestão democrática.

O diagnóstico dos educadores de que a violência, muitas vezes, encontra-se fora da escola, levava-os a sentirem-se desincumbidos de lidar com a prevenção da violência. O sentimento de estarem de “mãos atadas” diante da violência também os levava a recorrer aos mais diversos encaminhamentos, quando não se auto-retiravam e operavam a exclusão velada sob a forma de transferências. A instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora da violência estrutural e sistêmica (precarização do trabalho, falta de acesso à alimentação, ao lazer, à habitação adequada, ao saneamento básico, à renda suficiente para atender as necessidades básicas etc), pois também pratica sua própria violência e sua própria indisciplina.

A responsabilização coletiva aponta para uma política de reversão da lógica de vitimização ou culpabilização, ou ainda de uma leitura

totalizante do fenômeno da violência, como este pudesse ser desconectado da teia de relações que o constitui. Os professores também não percebem os limitantes da sua ação como uma forma de violência, exercendo múltiplas funções para atender a demanda dos alunos, muitas vezes, com baixos salários, e sem a estrutura física necessária. Assim, os educadores têm o desafio de rastrear cenas constitutivas de violência e seus efeitos presenciados para que sejam identificados os dispositivos de poder inerente a elas e sejam construídas estratégias de superação da violência com ações voltadas para a promoção da cultura da paz.

A agressividade dos alunos poderia ser extravasada de forma positiva por meio de atividades lúdicas, recreativas e esportivas. Espaços dialógicos na sala de aula, com base em uma escuta ativa, que rompam com práticas tradicionais e levem em consideração o universo (contexto) dos alunos, permitem que a aprendizagem ocorra de modo significativo para eles. Outras atividades como trabalhar elementos relacionados ao afeto, acolhida, vínculo, auto-estima, diálogo, valorização dos alunos e de suas potencialidades também se fazem importantes. Envolver a família no processo de educação dos filhos também é fundamental, e não basta apenas comunicar as decisões tomadas, é preciso compartilhá-las de modo democrático. A família pode ser parceira na construção de novas propostas para a educação, desde que acolhida e envolvida para participar coletivamente na construção do projeto pedagógico da escola.

Experiências desenvolvidas pelas escolas abertas têm demonstrado que a abertura das escolas aos finais de semana, proporcionando atividades de recreação, esportes e lazer para a comunidade, tem efeitos positivos na redução da violência, aumentando o senso de pertencimento e de responsabilidade pela preservação e conservação do patrimônio escolar, acompanhada da valorização do aluno e da família. Ações concretas como o recreio dirigido, no qual os adolescentes têm um papel de cuidar das crianças menores, ajudam a valorizá-los e a desenvolver um senso de comprometimento e de responsabilidade. O envolvimento de adolescentes na melhoria das escolas tem favorecido o senso de pertença à escola e tem um caráter preventivo na preservação do patrimônio escolar.

Do mesmo modo, o envolvimento de órgãos competentes tem sido imprescindível para a construção de uma escola cidadã e para a construção de políticas públicas que tenham por objetivo uma educação para a paz. Construir a paz exige uma atitude de repulsa ao preconceito e a discriminação e de aceitação da diversidade, bem como, de respeito ao pluralismo de idéias, à vida e à dignidade de cada pessoa, com base nos

valores da solidariedade e da tolerância. Assim, a educação para os direitos humanos pode contribuir para o processo de fortalecimento e transformação das condições opressivas que o sujeito vivencia mediante o desenvolvimento das potencialidades inerentes a cada ser humano, favorecendo o processo de organização e mobilização coletiva.

- “A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas”

O artigo é resultante de um projeto interdisciplinar de pesquisa e intervenção que envolve diferentes áreas do conhecimento e adota a metodologia conhecida por investigação-ação. Em um primeiro momento, apresenta, discute e elege alguns aportes teórico-metodológicos sobre o fenômeno da violência presente na sociedade e da violência contra a criança e o adolescente. Destaca-se a discussão de termos, como violentador e violentado, que dizem respeito a uma determinada perspectiva de análise e de abordagem do fenômeno da violência. Em um segundo momento, apresenta e discute os dados da pesquisa sobre a situação familiar dos envolvidos e os principais tipos de violência cometidos contra crianças e adolescentes. Finaliza com a indicação de posturas, atividades e metodologias do projeto de ação interdisciplinar.

A violência se confunde com a história dos homens desde os seus primórdios e atinge a todos, independentemente de classe social, cultura, religião etc. A violência contra a criança e o adolescente está baseada no autoritarismo de adulto que trata a criança como ser moldável para atender a expectativas sociais. A representação da família como instituição primária e local privado para o exercício da intimidade faz com que as normas adquiram uma independência em relação ao contexto social, de modo que os adultos sintam-se protegidos para exercer a violência. A “pedagogia da palmada” e a preservação da intimidade da família reduzem as possibilidades de notificação precoce.

Considerando que a realidade social deve ser compreendida como uma totalidade que envolve múltiplas dimensões e facetas, a violência é uma realidade que só pode ser compreendida a partir da dinâmica das relações humanas, pois o sujeito é produto e produtor da sociedade. A violência intrafamiliar resulta, em parte, da violência estrutural que se manifesta no interior da sociedade. Portanto, para compreender a lógica da presença da violência no âmbito familiar é preciso entender que esta não é um mero retrato na realidade externa, destacada, isolada e impenetrável, já que integra em seus ciclos todas as pessoas que

praticam e sofrem os seus efeitos, um acontecimento do qual fazem parte todos os setores sociais, não sendo exclusivo de uma só classe.

A temática da violência intrafamiliar envolve preconceitos e tabus, pois a sociedade discrimina as mazelas da “sagrada” instituição familiar. Tipos de violência como a negligência, os maus tratos e o abuso sexual são geralmente silenciados e ocultados. O desvelamento dessa realidade exige uma investigação permanente e o olhar crítico dos profissionais para compreender e intervir nas situações de violência. A intervenção tem a responsabilidade de evitar preconceitos e juízos de valor, de modo a assegurar o envolvimento e o distanciamento necessários. Uma postura ética deve integrar o processo de capacitação dos profissionais, articulando conteúdo, direcionalidade e finalidade da intervenção.

Investigar a vida cotidiana de um bairro e famílias requer sensibilidade do profissional, capacidade para desenvolver vínculos, e competência para discriminar o aparente do essencial. O profissional que permanecer insensível ao sofrimento desses sujeitos está fadado a trabalhar com os dados caóticos da realidade, sem qualquer possibilidade de intervir na reconstrução de vidas destruídas. O treinamento é necessário para que os profissionais desenvolvam uma postura adequada. A entrevista permite captar novos conhecimentos para compreender a questão. Para tanto, demanda uma escuta atenta e cuidadosa, de modo que o próprio entrevistado possa ouvir sua fala, desencadeando um processo reflexivo.

No projeto, os casos de violência são discutidos pela equipe com objetivo de estudar e levantar, coletivamente, os procedimentos necessários para a intervenção no problema, sem perder de vista a especificidade de cada área de atuação. As ações envolvendo diferentes áreas do conhecimento permitem ampliar a compreensão do fenômeno, bem como o delineamento de estratégias de intervenção no âmbito da prevenção, disseminando informações que sensibilizem os diferentes segmentos da sociedade civil organizada.

As ações do projeto contemplam: visitas domiciliares para o monitoramento das situações de violência; constituição de grupos de intervenção psicossocial com crianças, adolescentes, familiares e adultos; reuniões periódicas entre representantes da Universidade e dos poderes públicos locais; intercâmbio permanente com as instituições públicas e privadas do município para articular estratégias de proteção e evitar a fragmentação e sobreposição das intervenções. De todo exposto, o projeto foi organizado de modo a desenvolver o domínio teórico-prático da violência, de modo a integrar saberes e redimensionar o

fenômeno da violência na sua extensão e complexidade, instalando o compromisso político e a responsabilidade social em todos os seus integrantes.

### 3.3 FUNDAMENTAÇÃO

São citados 225 autores diferentes nas referências bibliográficas de todos os 14 artigos contabilizados. Desses 225 autores, também contabilizamos aqueles que são citados nas referências bibliográficas com mais frequência. Para a conformação do total de autores mais citados, não atribuímos peso ao número de citações de um mesmo autor em um mesmo artigo ou ao número de citações de diferentes obras do mesmo autor. O objetivo foi identificar com qual frequência essas referências aparecem, de uma forma geral, nas publicações dos Assistentes Sociais.

Os autores mais citados aparecem em até, no máximo, quatro artigos diferentes. A frequência foi contabilizada, então, pelo mínimo de dois aparecimentos até o máximo de quatro aparecimentos. Os autores citados com frequências diferentes somam 28 referências, sendo 21 de áreas afins (campo das ciências humanas e sociais) e 7 da própria área (Serviço Social), conforme apresentamos no Quadro 4 abaixo. O quadro foi organizado em ordem decrescente de citações, ou seja, os autores marcados com letra vermelha, azul e amarela são citados quatro, três e duas vezes, nesta ordem.

REFERÊNCIAS EXTERNAS		REFERÊNCIAS INTERNAS
<b>BOBBIO, N.</b>	<b>FERREIRA, N. T.</b>	<b>NETTO, J. P.</b>
<b>LOCKE, J.</b>		
<b>MARSHALL, T. H.</b>	<b>MÉSZÁROS, I.</b>	<b>BUSSINGER, V.V.</b>
<b>MARX, K.</b>	<b>ROUSSEAU, J.</b>	
<b>ABRAMOVAY, M.</b>	<b>FIORI, J.L.</b>	
<b>ADORNO, T.</b>	<b>FOUCAULT, M.</b>	
<b>ALVES, J. A. L.</b>	<b>HARVEY, D.</b>	<b>BARROCO, M. L. S.</b>
<b>ARENDT, H.</b>	<b>HOBBS, T.</b>	<b>BEHRING, E. R.</b>
<b>BENDA, J.</b>	<b>KANT, I.</b>	<b>BONETTI, D. A.</b>
<b>CASTEL, R.</b>	<b>OFFE, K.</b>	<b>FALEIROS, V. P.</b>
<b>CHAU, M.</b>	<b>PESSOTTI, I.</b>	<b>IAMAMOTO, M. V.</b>
<b>DALLARI, D. A.</b>	<b>SANTOS, B. S.</b>	

Quadro 4 – Principais referências

O número de autores referenciados repetidas vezes, não chega a ser representativo nem da metade da produção se levarmos em conta o

conjunto dos artigos. Com exceção das 28 fontes bibliográficas que são comuns em várias produções, a grande maioria das 197 referências sugere que as fontes de fundamentação são bastante diversas. Talvez algumas referências sejam comuns, porque consistem em referências de cunho teórico e histórico obrigatório, principalmente considerando a representatividade das citações mais frequentes para o eixo teórico, histórico e filosófico do debate dos direitos humanos.

Com relação às áreas de fundamentação do Quadro 4, observamos maior presença das áreas externas, isto é, 75% dos autores mais citados integram o campo das ciências sociais e humanas. Os autores da área interna representam 25% das menções.

## **4 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL, OS DIREITOS HUMANOS E AS TEORIAS SOCIAIS**

Nesta seção, apresentamos a análise e a interpretação dos dados coletados, em três etapas: na primeira, sistematizamos as principais tendências de discussão dos direitos humanos presentes na produção dos Assistentes Sociais; na segunda, discutimos as implicações das escolhas e dos interesses teórico-metodológicos e político-ideológicos em jogo; e na terceira, introduzimos o debate do conhecimento produzido pelos Assistentes Sociais na sua relação com o exercício profissional.

### **4.1 TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E CONCEPÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS**

Por meio da análise realizada com base na descrição minuciosa do material coletado, podemos aventar a existência de três grandes tendências que servem de respaldo e fundamentação para a produção do conhecimento sobre direitos humanos no Serviço Social. Essas tendências estão atreladas as principais abordagens metodológicas em ciências humanas, quais sejam: naturalista, interpretativa e crítica, conforme expusemos anteriormente. Também estão atreladas as principais referências de fundamentação, apresentadas no Quadro 4. Chamamos as principais tendências da referida produção de: liberal social (inspiração naturalista); marxista (inspiração crítica); e pós-marxista (várias inspirações).

A tendência liberal<sup>12</sup> social é uma das vertentes ou formas do liberalismo, conhecido como um sistema filosófico e político-econômico baseado na defesa da liberdade individual contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal. Seus principais conceitos são individualismo metodológico e jurídico, liberdade de pensamento e de religião, Estado de direito, governo limitado, propriedade privada, livre mercado e direitos fundamentais. A palavra

---

<sup>12</sup> O termo deriva da palavra do latim *liber* que significa “não escravo” ou “livre” e está associada à liberdade.

social é utilizada para distinguir essa vertente de outras, como o liberalismo clássico e o neoliberalismo. (ABBAGNANO, 2000).

Os liberais sociais estão entre os defensores mais fortes dos direitos humanos, rejeitando a versão pura do capitalismo e os elementos revolucionários da escola socialista. Ou seja, defendem uma economia com um Estado que desempenhe o papel de regulador e garantidor de políticas públicas, viabilizando as liberdades positivas. Reside nesse ponto sua diferença em relação ao liberalismo clássico, defensor estrito das liberdades negativas. Nessa perspectiva, a falta de oportunidades de emprego, saúde, entre outras são igualmente prejudiciais à garantia das liberdades do indivíduo. (ABBAGNANO, 2000).

A tendência marxista articula o conjunto de idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas, primariamente por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895), e desenvolvidas, posteriormente por uma ampla gama de pensadores e militantes, nem sempre coincidentes e até divergentes. Daí a existência de muitas formas ou vertentes de marxismo, como a social-democracia, o bolchevismo, o esquerdismo, o comunismo de conselhos, entre outros. Seus principais conceitos são capital, capitalismo, mais-valia, forças produtivas, trabalho, classe social, alienação, Estado, sociedade civil, entre outros. (ABBAGNANO, 2000).

O marxismo está baseado na concepção materialista e dialética da história que interpreta a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e dos conflitos provenientes das lutas de classes (não são as idéias ou valores dos seres humanos as principais fontes da mudança social, mas as influências econômicas). Marx tentava explicar as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade durante a época da Revolução Industrial, por isso concentrou seus estudos nos tempos modernos, já que as mudanças mais importantes estavam estreitamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo. (GIDDENS, 2005).

A tendência pós-marxista articula os autores que não dispensam as contribuições marxistas, mas procuram ultrapassá-las na crítica e na análise propositiva. Sofre influências de autores, como Nietzsche (1844 -1900), Derrida (1930 – 2004), Heidegger (1889 – 1976) e Wittgenstein (1889 – 1951), entre outros, que lidam com as teorias sociais de uma outra maneira que as conhecidas até então nas ciências sociais. O pós-marxismo parte do pressuposto de que nas últimas décadas os conflitos sociais vêm ganhando formas radicalmente novas e complexas, impingindo uma crise aos paradigmas tradicionais das Ciências Sociais.



Seus principais conceitos são democracia, totalitarismo, poder, cidadania, entre outros. (SANTOS, 2009).

Dos 14 artigos de autoria de Assistentes Sociais, 9 tendem para a perspectiva marxista. Dos 5 artigos restantes, 1 tende para a perspectiva liberal social e 4 tendem para a perspectiva pós-marxista ou outra não identificada. Em síntese, mais da metade estimada em 70% da produção tende para a perspectiva marxista. A outra metade se divide nas perspectivas liberal e pós-marxista, sendo predominante o número de artigos na perspectiva pós-marxista.

Como parâmetros indicativos das tendências teórico-metodológicas e das concepções político-ideológicas, os critérios utilizados foram os autores de referência da análise e da interpretação, como demonstramos por meio do Quadro 5 abaixo. Para complementar a tentativa de sistematização da produção, apresentamos os principais conceitos e as categorias abordadas em cada tendência ou vertente de produção teórica.

<b>TENDÊNCIA TEÓRICA E POLÍTICA</b>	<b>CONCEITOS E CATEGORIAS</b>	<b>AUTORES REFERÊNCIAS</b>
Liberal social	Direitos fundamentais, justiça e cidadania, criança e adolescente, sociedade, políticas públicas.	Aguiar, Bobbio, Telles, Piovesan
Marxista	Direitos, sistema prisional, Serviço Social, política, valores, Estado, sociedade civil, jusnaturalismo, proteção social, liberalismo, neoliberalismo, contrato social, ética, questão social, globalização, cidadania, violência, criança e adolescente, inclusão social.	Marx, Lukács, Mészáros, Tonet, Netto, Iamamoto, Barroco
Pós-marxista	Direitos, direitos humanos, poder, liberalismo, cultura da paz, educação, jusnaturalismo, cidadania, democracia, totalitarismo, exclusão, autonomia, interdição, capacidade, políticas públicas.	Lefort, Foucault, Arendt, Santos

Quadro 5 – Tendências da produção

Nessa linha de esquematização, apresentamos a seguir as principais tendências da produção e as concepções de direitos humanos dos Assistentes Sociais. Trata-se de tendências e concepções que divergem quanto ao passado, presente e futuro dos direitos humanos, ou seja, divergem nas questões de orientação política (possibilidades e

limites para a sua realização) e de fundamentação teórica (concepção de homem e de sociedade, surgimento e importância dos direitos humanos). Por meio dessas tendências os Assistentes Sociais justificam, embasam e defendem a sua argumentação teórico-metodológica e político-ideológica. Apesar de diferenciadas, essas tendências não se excluem e sua organização segue uma ordem cronológica e didática, como poderá ser observado a seguir.

#### **4.1.1 Tendência liberal social**

Na *perspectiva liberal social*, os direitos humanos consistem na crença de que existem determinadas necessidades que são intrínsecas a todo ser humano, sendo a satisfação dessas necessidades essencial para o bem-estar dos indivíduos e a boa convivência social. Os direitos humanos representam um espaço simbólico de luta e ação social, na busca por dignidade humana, como um construto axiológico e emancipatório. (Bidarra, 2008 *apud* PIOVESAN, 2006).

O jusnaturalismo<sup>13</sup> marca e influência essa concepção pela idéia de direitos e necessidades inatos ou intrínsecos ao ser humano. O direito é concebido como “reprodutor das manifestações da sociedade que o produziu e, por isso, a expressão concreta de uma historicidade social” (BIDARRA, 2008, p. 170). O direito é compreendido como o principal instrumento de exercício de poder. Ele abrange o conjunto de normas de condutas e de organização, constituindo uma unidade e tendo por conteúdo a regulamentação das relações fundamentais para a convivência e a sobrevivência do grupo social.

Os direitos são produtos da correlação de forças na dinâmica sócio-histórica, por conseguinte, a justiça é concebida fora de uma pretensa neutralidade. Assim, a justiça é concebida como o ato humano de “viver honestamente, na atitude de não lesar o outro e no dar a cada um o que é seu” (Bidarra, 2008, *apud* AGUIAR, 1994). A realização da justiça depende da internalização das normas e do aprendizado de uma

---

<sup>13</sup> Doutrina do direito natural. Identificada pelo desenvolvimento das primeiras concepções sobre direitos humanos. Defende a idéia de natureza humana e a existência de direitos inatos ao homem. Seus principais expoentes são Hobbes, Locke e Rousseau.

nova condição sócio-jurídica. Nesse sentido, faz-se necessário promover inovações no sistema de idéias dos grupos sociais. Porém,

a realização da justiça não pode permanecer condicionada a deliberação do poder judiciário, bem como restrita a aplicabilidade da legislação codificada. É provável que a forma mais discriminada de distribuição de direitos sociais, econômicos e culturais, que também integram as condições de cidadania de diferentes estratos das classes trabalhadoras, seja operada por meio do caráter mais abrangente das políticas públicas e não apenas no registro do estatuto jurídico. (BIDARRA, 2008, p. 165).

Dai o discurso ideológico e político de fundo dessa perspectiva consistir na defesa da inclusão dos direitos fundamentais, da cidadania e da justiça no *corpus* das políticas públicas. Os diretos por serem expressão de conceitos e valores ideais, não são automaticamente ofertáveis e nem imediatamente representáveis em um único objeto ou bem. Nisto reside à importância das políticas públicas e a dificuldade de disponibilizar, vigiar e controlar seu cumprimento. Portanto,

nenhum direito completa seu circuito de realização para além das escolhas dos caminhos e das decisões políticas que constituem a responsabilidade de uma sociedade para com a pluralidade e a diversidade dos integrantes. (BIDARRA 2008, p. 172).

Cabe ressaltar que, dentro dessa perspectiva, os direitos humanos de segmentos sociais específicos, como os de crianças e adolescentes, por exemplo, não são concebidos fora do processo de construção histórica dos direitos humanos. Falar em direitos de crianças e adolescentes é falar de direitos humanos.

#### 4.1.2 Tendência Marxista

Na *perspectiva marxista*, os direitos humanos não passam dos direitos do homem individualista e egoísta típico da sociedade capitalista. O liberalismo, como conjunto de formulações teóricas de

natureza ética, política e econômica, e o jusnaturalismo, como doutrina do direito natural inspirada no liberalismo são partes constituintes do discurso ideológico burguês de defesa da cidadania liberal e dos direitos humanos.

Nessa perspectiva é possível encontrar dois vieses de análise e de interpretação. Por um lado, os direitos humanos refletem o fracionamento do homem e expressam a alienação na sociedade capitalista. Por outro lado, os direitos humanos são instrumentos de crítica social e de defesa de conquistas históricas de classes, grupos e indivíduos em suas lutas por direitos, reconhecidos seus limites e objetivos no contexto da propriedade privada e do discurso ideológico burguês.

Assim, o surgimento da primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, contém em si o ideal de universalidade pela pretensão de direitos válidos em todos os tempos, para todos os homens, em todos os países. Influenciada pelo pensamento liberal traz as marcas de pensamento

do ser homem enquanto universal, através da mediação do mercado como espaço determinante da sociabilidade. Ainda que, em última instância, os direitos satisfizessem principalmente as necessidades da burguesia emergente, correspondentes à constituição da livre iniciativa econômica, livre manifestação da vontade e do pensamento, liberdade de ir e vir, liberdade política, livre mão-de-obra, livre mercado, consagram a igualdade de todos perante a lei, direito à liberdade, à propriedade e à segurança e o direito do cidadão de lutar contra a opressão. Com isso estabelece as linhas mestras de uma emancipação política individual, concernente com a sociedade capitalista até a atualidade, na qual a vigência dos direitos humanos assume uma face universalizante, ainda que se reconheça o fosso existente entre a declaração e sua aplicabilidade. (COSTA, 2003, p. 178).

O discurso ideológico e político de fundo consiste na defesa dos direitos humanos, desde que eles não representam o horizonte último para a humanidade. Essa defesa passa pelo reconhecimento de avanços no processo de expansão de direitos e prerrogativas dos indivíduos, num processo permeado por conflitos e contradições, e na transposição da

proteção do sistema individual do sistema interno dos Estados para o sistema internacional, colocando pela primeira vez o indivíduo como sujeito do direito internacional, capaz de pleitear proteção e justiça dentro e fora do Estado, com ou contra o Estado, em instância superior. Nessa perspectiva, os direitos humanos podem se constituir em instrumentos políticos de luta para se alcançar à idealizada sociedade socialista. “No patamar da sociedade burguesa, a defesa dos direitos humanos, coloca-se, portanto, mais como frente de luta” (BARROCO, 2004, p. 40).

#### **4.1.3 Tendência Pós-marxista**

Na *perspectiva pós-marxista*, os direitos humanos são históricos, dependem de determinadas circunstâncias e aspirações dos homens enquanto membros de determinada sociedade. Assim, os direitos humanos são relações e práticas sociais que se instituem no espaço público. Eles não se restringem a declarações e normas formais, tem eficácia simbólica na construção do evento democrático. Os direitos estão enraizados em um politeísmo de valores que se distinguem e asseguram heterogeneidade de interesses e necessidades. Surgem em decorrência de garantias que se quer asseguradas e desaparecem em decorrência de estarem ultrapassados. Os direitos humanos são elementos significativos da constituição das sociedades modernas. (LIMA 1997).

Nessa perspectiva, o político não está circunscrito ao Estado e ao poder. Ou seja, a democracia, o direito e o poder não estão centrados nas relações estatais, nem de produção ou de propriedade. Dessa forma, procura romper com teorias deterministas e idealistas. A democracia não é uma invenção burguesa, ela se legitima pela afirmação do direito a ter direito. Isto é, a democracia só se desenvolve por intermédio dos direitos humanos, porquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Como possui movimentos próprios, singulares e irreversíveis, a democracia não está referida a figura de uma pessoa. Sua legitimidade está na sociedade. Nisso reside, a irredutibilidade e exterioridade do direito e do saber em relação ao poder do Estado. Assim, a substancialidade e materialidade do direito estão condicionadas “as contingências e aos

conflitos das vontades coletivas, em que se inscreverá também uma autonomia do direito em relação ao poder”. (LIMA, 1997, p. 54).

O discurso ideológico e político de fundo consiste na plena defesa dos direitos humanos, pois se as sociedades ocidentais conquistaram melhores condições de vivência e convívio humano é graças aos direitos humanos e é em nome deles que os seres humanos podem protestar contra as iniquidades, a pobreza e combater a intolerância e as desigualdades. Negligenciar o acontecimento dos direitos humanos “só reforça a recusa aos oprimidos de poderem falar, se expressar, reivindicar, se fazerem respeitar como portadores do estatuto do cidadão e, portanto, como sujeito de direitos à cidadania”. (LIMA, 1997, p. 65). Assim, na trama das relações sociais são os discursos e as práticas que pedem por direitos que permitem a constituição dos indivíduos como cidadãos.

#### 4.2 PARADIGMAS E TEORIAS SOCIAIS

Na *perspectiva liberal social*, a produção do Serviço Social avança no desenvolvimento de conceitos e categorias, como os de criança e adolescente, direito, justiça, entre outros, que caracterizam o trabalho científico. Os direitos humanos são concebidos como finalidades, sem os quais é impossível garantir a democracia e, por conseguinte, a paz. (BOBBIO, 2004) O foco da produção consiste na revisão bibliográfica e documental, embora haja elaboração e construção do Assistente Social na interpretação e na análise da temática.

Na *perspectiva marxista*, a produção não prioriza o desenvolvimento de conceitos e categorias sobre direito, direitos humanos, entre outros. Salvo exceções, o foco consiste na crítica marxista aos direitos humanos e na sua defesa como instrumento de luta social. Depreendemos estar a concepção de direito dessa perspectiva, estritamente vinculada ao Estado e a experiência do *Welfare State* (Estado de bem-estar social) ou Estados Socialistas. Logo, o direito concerne ao espaço legal-formal, mantendo uma relação muito forte e centralizada com o Estado. Os direitos humanos são concebidos como meios de transição para a sociedade socialista humanamente emancipada.

Na *perspectiva pós-marxista*, a produção do Serviço Social prioriza o desenvolvimento de conceitos e categorias, como os de democracia, totalitarismo e cidadania. A concepção de direito é ampliada. Parte da crítica a identificação e redução do direito ao Estado. O direito não está circunscrito somente à esfera legal-formal. Existem formas de direitos que operam em constelação, como o direito doméstico, o direito da produção, o direito da comunidade, entre outros. Nessa ótica, a ilusão jurídica do direito não reside tanto na discrepância entre o direito legislado e o aplicado, mas na falta de conhecimento e mobilização das formas de direito. Os direitos humanos são os veículos para a emancipação humana, porém não na perspectiva certa de um futuro socialista determinado e perfeito. O que importa não é o tipo de sociedade, mas a construção e a realização da democracia radical. (SANTOS, 2001).

Em síntese, está presente na produção do conhecimento sobre direitos humanos do Serviço Social uma relativa, mas não absoluta pluralidade de tendências teórico-metodológicas – liberal social, marxista e pós-marxista. Pluralidade relativa, porque o número de artigos elaborados na perspectiva da teoria social marxista é bem mais elevado. Para os Assistentes Sociais formados nos últimos anos, não se trata de nenhuma novidade, já que a categoria profissional chegou ao entendimento de que a teoria social crítica – inscrita dentro da tradição marxista – passaria a orientar a formação e o exercício profissional<sup>14</sup>.

Este consenso sugere ser a corrente teórico-metodológica marxista um paradigma para a categoria profissional. Embora, Kuhn refira-se exclusiva e expressamente às ciências naturais, posições ou correntes teórico-metodológicas das ciências sociais, como o estruturalismo, o marxismo e a psicanálise, podem ser tomadas como pressuposições análogas, devido aos seus elementos: estruturas sociais e lingüísticas; processos inconscientes e lutas de classes. Ainda que, a teoria social marxista não constitua um paradigma propriamente científico de pesquisa, recorrendo a sua noção mais elementar, qual seja,

---

<sup>14</sup> Ver os documentos referentes ao projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social, como as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), baseadas no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária no dia 8 de novembro de 1996. Ver também o Código de Ética profissional do Assistente Social, aprovado em 15 de março de 1993. Estes documentos estão disponíveis em: <http://www.abepss.org.br/documentos.php>

a de visão de mundo, temos indícios suficientes para considerá-la uma “matriz paradigmática”. (CHALMERS, 1993; CUPANI, 2009).

Considerando a perspectiva marxista como uma matriz paradigmática e a sua centralidade na produção Serviço Social sobre direitos humanos, é que buscamos, nesta seção, refletir sobre a escolha do paradigma marxista de pesquisa e suas implicações metodológicas na produção acadêmica em questão.

Sobre o conjunto da produção do Serviço Social nos periódicos identificados, o número de artigos que contemplam a temática dos direitos humanos é muito pequeno se comparado com o total de artigos publicados nessas revistas, como vimos anteriormente na Tabela 1. Mesmo reconhecendo a juventude da produção acadêmica do Serviço Social e a diversidade de temáticas abordadas, fica o indicativo de que temáticas como direitos humanos componham um núcleo minoritário de publicações se comparadas outras tantas temáticas como trabalho, mundialização, Estado, sociedade civil, entre outras.

Ao contrário das temáticas mais priorizadas pelo paradigma amplamente aceito e divulgado – o marxista, a temática dos direitos humanos não ocupa um lugar de destaque nas reflexões de Marx e, nem nos desenvolvimentos posteriores de sua teoria. Um dos poucos escritos de Marx que serve de ampla referência para os seus seguidores é o texto denominado “A questão judaica”. Nele, o autor faz uma crítica radical aos direitos humanos proclamados nas Constituições de diversos países daquela época (séculos XVIII e XIX), distinguindo entre os direitos do homem, isto é, do egoísta burguês e os direitos de cidadania. Em suas palavras,

nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade. (MARX, 2007, p. 54).

A crítica de Marx foi importante pela denúncia da não realização plena dos direitos humanos, ao revelar a contraditória distância entre os ideais de liberdade, igualdade e segurança e a sua materialização na realidade (exemplos seus: o homem que obteve liberdade religiosa não se libertou da religião e o homem que obteve liberdade de propriedade não se libertou da propriedade). Para ele, a liberdade é o direito do homem dissociado, delimitado, limitado a si mesmo, cuja aplicação



prática é o direito à propriedade privada. Já a igualdade é o direito do homem como uma “mônada” presa a si mesma. Por último, a segurança é o direito da manutenção do egoísmo, conceito supremo da sociedade burguesa, pelo qual garante-se o direito à pessoa, a seus direitos e a suas propriedades.

Por outro lado, no que diz respeito aos direitos humanos, o paradigma marxista é questionado por apresentar lacunas ou, nos termos de Kuhn, “anomalias”. Pela leitura tradicional do paradigma a partir do campo da empiria, corre-se o risco de cair no reducionismo de concluir que os direitos humanos só servem para mascarar as relações de dominação e exploração da sociedade burguesa. Assim, a produção do conhecimento atrelada a tal leitura estaciona na representação burguesa dos direitos. Denegada por regimes totalitários e alvo de críticas dos liberais radicais e de preconceitos dos socialistas e marxistas, a temática dos direitos humanos, subsumida à concepção marxista dos direitos instituídos pela revolução burguesa, caiu numa leitura ideológica e não foi percebida pela esquerda para além do formal, isto é, dos limites individuais e do plano material, ignorando os significados que se reconstróem, continuamente no contexto sócio-histórico. (LIMA, 1997).

Diante dessas lacunas, colocam-se três possibilidades:

A primeira é procurar a partir de dentro do paradigma uma saída para a questão dos direitos humanos que parece ter sido pouco contemplada por Marx. Como no modelo paradigmático, o consenso da comunidade acadêmica deriva de alguma obra de referência, a solução teria de ser encontrada no interior do pensamento de Marx. Fica o questionamento se essa solução é passível de ser encontrada sem cair em incoerências com o pensamento do autor e se é passível de ser respondida de maneira satisfatória pelo paradigma, ou se continuará sendo ignorada e menosprezada pelas leituras tradicionais da comunidade a ele adstrita.

Pelas novas leituras sobre a concepção de direitos humanos em Marx, interpretam-se estes direitos como elementos fundamentais de transição para a sociedade socialista. Reconhecem a crítica de Marx aos direitos humanos, mas não desprezam as suas reais e possíveis contribuições. Procuram e defendem a partir dos escritos de Marx, a existência de uma teoria jurídica. Acusam de mecanicistas os marxistas que enfatizam a determinação da estrutura material de produção sobre a super-estrutura jurídico-política. Um dos maiores intérpretes contemporâneos de Marx, o filósofo Mészáros (1993), sustenta essa leitura, procurando demonstrar a relevância dos direitos humanos nos escritos de Marx, especialmente no texto “Crítica do Programa de

Gotha”. Para o intérprete, Marx reconhece o caráter contraditório dos direitos humanos, mas termina por defendê-los como sistema orientado para o socialismo.

A segunda possibilidade é procurar conversar pela via do pluralismo ou pela via do ecletismo com outros paradigmas e teorias sociais. A sugestão de se estudar e de se comparar os escritos de Marx sobre o direito com outras teorias afins, parece bastante profícua para a formação e o avanço da produção do conhecimento no Serviço Social, porque desnuda as possibilidades e os limites do conjunto das teorias sociais, e coloca o desafio do aprimoramento teórico constante.

Temos a leitura dos liberais sociais, a exemplo de Bobbio (2006), que não descarta as contribuições de Marx no âmbito da sociologia do direito, justamente por aproximar as reflexões sobre direito e sociedade. Isto é, desvelar o caráter de instrumento de domínio de classe do direito numa sociedade dividida em classes antagônicas. Porém, o autor situa a problemática de se qualificar os breves escritos jurídicos de Marx, como uma teoria geral do direito, defendendo a tese de que Marx não elaborou propriamente uma teoria do direito, devido aos escassos e fragmentados escritos do pensador sobre a temática. Dessa forma, o autor pondera os limites de sistematização e análise de uma suposta teoria do direito em Marx.

Também temos a leitura dos pós-marxistas que pretendem superar o suposto reducionismo das teorias sociais marxistas, dentre elas a teoria sobre o direito que acaba reduzindo a lei, o poder e o saber ao nível da realidade empírica, não percebendo a dimensão simbólica dos direitos humanos. Restringir o sentido literal dos enunciados e não indagar sobre os significados do exercício desses novos direitos na vida social implica não avançar em nada na compreensão da sociedade e da nova dimensão do político. A despeito da representação dos direitos, os enunciados guardam em si as potencialidades de uma subversão e recriação, ao serem legitimados, no espaço público. Limitar-se somente a subordinação da prática jurídica à consecução de um sistema de dominação e exploração, confundir o ideológico e o simbólico impede de se ver a lesão do tecido social, que resulta da denegação dos direitos do homem. (LIMA, 1997).

Mesmo sabendo da existência de uma classe que, em função de interesses particulares, tenta denegar às outras garantias do direito ou sujeitar as leis aos imperativos da dominação, e da existência de um Estado que se vale do monopólio da violência para reduzir os direitos e evitar a emergência de outros,

haverá sempre a “oposição do direito”, um recurso que implica a possibilidade de uma oposição ao poder, fundada sobre o direito, que nomeia uma nova rede de relações entre os homens e garante não apenas a conservação dos direitos em vigor, mas a criação de novos, extrapolando os limites tradicionais, atribuídos ao Estado de direito. O novo estatuto de poder, que se corporifica com a democracia, se reconhece e se afirma pela inscrição de novas práticas e relações, as quais se articulam e se efetivam no instituinte, com a criação ininterrupta e sempre renovada de direitos que não estão impressos na lei. (LIMA, 1997, p. 61).

Para Santos (2001) a teoria social marxista deixou de fora outros aspectos igualmente importantes da vida social, como as relações de gênero e os preconceitos sociais. Nesse ínterim, é preciso superar as dicotomias colocadas por essa teoria: Estado versus sociedade civil, direito público versus direito privado, emancipação política e emancipação humana, entre outras. A proposta consiste numa concepção ampliada do direito. Ela começa rejeitando a noção do direito como um instrumento exclusivo do Estado. Aposta num sistema ou constelação de direitos<sup>15</sup> que se relacionam mutuamente, sem menosprezar a magnitude do poder do Estado. Do seu ponto de vista, numa época de globalização do direito, da política, da cultura e da economia que desafia os cientistas sociais na análise e interpretação da sociedade, propor um mapa de constelação dos direitos pode significar um salto nessa direção, capaz de identificar as vulnerabilidades dos grupos sociais e articular as lutas emancipatórias.

A terceira possibilidade é a de transitar para um novo paradigma, por meio de uma revolução científica, na perspectiva de Kuhn, capaz de contemplar as lacunas ou modificar as prioridades colocadas pelo

---

<sup>15</sup> As sociedades capitalistas são formações ou constelações políticas, constituídas por seis modos básicos de produção do poder, do direito e do conhecimento que, embora inter-relacionados são estruturalmente autônomos. Nem o poder, nem o conhecimento e nem os direitos são atributos exclusivos de uma determinada forma política, epistemológica e jurídica. As seis formas de direitos seriam: direito doméstico; de produção; de troca; de comunidade; estatal ou territorial; e sistêmico, situados no espaço doméstico; da produção; do mercado; da comunidade; da cidadania; e do mundo, respectivamente.

paradigma vigente até então. De todo modo, muito mais importante do que permanecer ou abandonar o paradigma parece ser a consciência dos pesquisadores das contribuições e das limitações do seu paradigma de pesquisa, de modo a afastar convicções sobre a forma como o mundo está constituído. As chamadas partes metafísicas do paradigma, que incluem concepções de homem e de mundo, enfim concepções político-ideológicas tendem a acentuar as características exemplares do paradigma, ou seja, o esforço para com que o objeto esteja de acordo com as previsões da teoria, moldando o tipo de perguntas e o tipo de respostas para as questões de pesquisa. (CUPANI, 2009).

Então, embora os paradigmas representem avanços cumulativos da ciência, muitas vezes, consistem nos seus próprios limitantes, impedindo novos avanços, por meio da renovação da ciência. Parece bastante contraditório, mesmo assim, Kuhn reconheceu o caráter conservador do paradigma. Por meio dele, o cientista deve ver a questão enfrentada em sua pesquisa como aquela já enfrentada pelo paradigma. Daí, a contradição de se considerar o paradigma marxista revolucionário, pelo menos do ponto de vista do conhecimento, uma vez que constitui um modelo de pesquisa-ação com elementos pré-estabelecidos, a exemplo das regras da contradição, da totalidade, entre outras. Como vimos, as temáticas centrais abordadas pela perspectiva marxista, mais do que nunca, permanecem as mesmas.

Outra consideração importante é a de que o paradigma marxista – construído menos como um modelo de pesquisa e mais como uma visão de mundo – supõe uma íntima conexão entre a pesquisa teórica e a prática política, diferentemente de outros paradigmas que procuram distinguir o espaço da produção do conhecimento daquele da prática política. Para os defensores da separação entre a ciência e a política, tal postura não implica na eliminação da opinião do pesquisador como cidadão, antes disso, denota o compromisso com os valores científicos de investigar de maneira honesta, livre de preconceitos e com rigor metodológico. Já para os defensores da indissociabilidade entre pesquisa e prática social, tal postura é expressa por meio da práxis revolucionária comprometida com a transformação social, daí seu caráter fortemente político-ideológico.

Na produção do Serviço Social, muitas leituras sobre a concepção de direitos humanos em Marx, ressaltam o caráter ideológico dos direitos humanos. Na esteira dessa interpretação, como a ideologia em Marx significa falsa consciência, os direitos humanos, representariam uma “ilusão jurídica”, pois a sua proclamação não coincide com a sua efetivação na sociedade capitalista. Assim, enquanto os direitos

humanos sustentarem o direito à propriedade privada estarão em profunda contradição com a possibilidade de garantir o direito à liberdade e à igualdade. Vistos somente sob este ângulo, o aprofundamento de estudos e pesquisas sobre os direitos humanos não merece maior atenção e nem adquire centralidade. Esta seria uma hipótese explicativa com relação ao pequeno número de produções sobre direitos humanos.

Não é necessário ir muito longe, mapeando o número de artigos com títulos e palavras-chave sobre direitos humanos, encontramos um maior número de artigos contendo somente a expressão “direitos”. Esse pequeno número de publicações sobre direitos humanos em relação ao número de artigos ou mesmo de edições temáticas das revistas da área de Serviço Social sobre “direitos” coloca uma nova hipótese, a saber, de que esses direitos, em sua maioria direitos sociais não são concebidos, analisados e interpretados como direitos humanos. Essa concepção fragmentária, posto que descolada do processo de construção histórica dos direitos humanos, pode ser decorrente de um determinado tipo de apropriação e interpretação da teoria marxista, posto que distingue entre os direitos do homem egoísta e os direitos sociais de cidadania.

Evidentemente, não se invalida o caráter de denúncia da teoria marxista, principalmente da falta de correspondência entre a proclamação e a efetivação dos direitos humanos. O problema da falta de produção no campo dos direitos humanos, dos preconceitos e do menosprezo da temática não parece ser da teoria social marxista em si, já que ela não tinha o compromisso com o desenvolvimento de uma teoria dos direitos humanos, mas sim do tipo de apropriação e leitura que dela se faz.

Com isso, não pretendemos sinalizar qual a melhor leitura ou teoria de análise e interpretação dos direitos humanos, mas problematizar que parece haver, muitas vezes, um tipo de leitura ideológica que prescinde da observação da realidade, mas, pelo contrário, procura encaixar a teoria nela, acentuando o caráter prescritivo e determinante do paradigma. Por meio dessa leitura, ocorre um tipo de apropriação religiosa que tem fé na capacidade da teoria de explicar toda a realidade e, ao mesmo tempo, de apresentar soluções para todos os problemas. Nesse caso, o paradigma funciona como ideologia, ofuscando o olhar do pesquisador, a ponto de reduzir os aspectos teórico-metodológicos do paradigma à condição de visão de mundo, enfatizando somente os aspectos político-ideológicos nele presentes.

### 4.3 CONHECIMENTO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Em nossa análise, do total de artigos produzidos por Assistentes Sociais, a maioria corresponde ao estudo dos direitos humanos nos seus fundamentos histórico-filosóficos e na sua relação com as leis e as políticas públicas. Como vimos na estruturação da produção em eixos temáticos, tratam-se de 4 artigos relacionados ao eixo histórico, teórico, filosófico e 4 artigos relacionados ao eixo sobre legislação e proteção social, totalizando 8 artigos. O restante se divide na discussão da intervenção profissional com direitos humanos do ponto de vista do Serviço Social e da equipe multiprofissional. Tratam-se de 6 artigos relacionados ao eixo da intervenção profissional com direitos humanos, sendo 4 de Assistentes Sociais e 2 da equipe multiprofissional.

Ainda assim, se fizermos uma leitura atenta nos artigos do eixo do Serviço Social, veremos que o espaço de discussão sobre a intervenção profissional é realmente muito pequeno. Procuramos concentrar no eixo apresentado o máximo de informações contidas naqueles artigos sobre o Serviço Social, muitas vezes, embora a discussão reportasse ao Serviço Social (citando ou abordando questões específicas), a discussão mais relacionada aos eixos de fundamentos histórico-filosóficos e de políticas públicas ocupava a maior parte do espaço da discussão, pois apresentava maior número de páginas. Também podemos verificar o foco da produção pelos seus autores de referência, em sua maioria das ciências humanas e sociais, como demonstramos no Quadro 4.

Outra maneira de identificar o foco da produção é seguindo os objetivos, já que demonstram o que os autores pretendem alcançar por meio dos artigos. Da leitura dos 13 objetivos listados, somente 4 relacionam mais de perto o Serviço Social. Isto não quer dizer que outros autores não dialoguem com a profissão de forma indireta, porém, nos casos que isso acontece, o diálogo poderia ser mais explícito e indicativo para a formação e o exercício profissional. Por meio dos objetivos fica cada vez mais evidente que as prioridades de pesquisa aparecem intrinsecamente ligadas ao campo das ciências sociais em geral. Embora seja importante que os Assistentes Sociais conquistem outros espaços do conhecimento, é ainda mais importante identificar a predominância de um debate profissional, o que não parece ocorrer. Seguem os objetivos:

- analisar em que condições históricas ocorre a construção da noção de direitos aos portadores de sofrimento psíquico;
- discutir o direito fundamental de crianças e adolescentes brasileiros ao acesso e usufruto de condições sociais que lhes oportunizem o gozo e a aprendizagem do sentido democrático da liberdade, do respeito e da dignidade;
- retomar a temática do Estado e dos direitos humanos, procurando captar o sistema de idéias e a dialética de significados que posicionaram as práticas e as ações dos sujeitos nos diferentes contextos históricos;
- analisar a influência do liberalismo por meio do arcabouço teórico do jusnaturalismo na formação dos direitos humanos;
- estabelecer a relação entre direitos humanos e direitos de cidadania;
- compreender o processo de constituição dos direitos humanos no pensamento de Lefort;
- avaliar iniciativas do legislativo em relação a prostituição;
- identificar a influência das condições de vida na situação de maus-tratos;
- avaliar se a capacitação de professores em educação para a paz contribuiu para a redução da violência;
- trazer para o âmbito do Serviço Social a discussão sobre a questão da interdição civil e da cautela, enfocando a doença mental e seu nexos causal com a incapacidade civil e política e, tecendo reflexões sobre conceitos básicos relativos ao processo de interdição civil;
- apresentar as transformações econômicas, sócio-culturais e políticas deste fim de século, bem como, os desafios teórico-metodológicos e éticos impostos ao Serviço Social;
- apresentar a trajetória e os avanços da profissão na construção do projeto ético-político;
- identificar os desafios e a necessidade de compromissos éticos e políticos dos profissionais de Serviço Social frente a realidade de violação dos direitos humanos nas penitenciárias do sistema prisional brasileiro.

De modo complementar, cabe informar que, não conseguimos identificar apenas o objetivo de um artigo.

A observação dos objetivos conduziu a reflexão sobre as prioridades e escolhas de estudo e pesquisa dos Assistentes Sociais. Ou

seja, suas prioridades e escolhas, pelo menos a partir das publicações estudadas, apontam para as temáticas das ciências sociais mais amplamente consideradas do ponto de vista histórico-teórico e filosófico-jurídico. Por exemplo, as reflexões de Marx se inserem no âmbito da sociologia do direito, as reflexões de Hobbes, Locke e Rousseau no âmbito da filosofia e da ciência política, e as reflexões sobre as Declarações e leis no âmbito do direito. Embora não seja possível prescindir da discussão mais ampla das temáticas das ciências sociais, pois o Serviço Social é uma profissão das ciências sociais aplicadas que depende das ciências sociais básicas, acreditamos que o foco da produção teria de ser o exercício profissional, por meio da discussão própria das ciências sociais aplicadas e das tecnologias com vistas à resolução de problemas práticos.

Em nosso entendimento, isso não significa suprimir as temáticas de embasamento e fundamentação, o que faz do profissional um intelectual, pelo contrário, significa ampliá-las, incorporando e desenvolvendo a reflexão sobre o exercício profissional. Não se trata do recuo da teoria, movimento denunciado por Moraes (2003), baseado na supressão da discussão teórica, muitas vezes, relegada a um segundo plano. Para ela, a celebração do “fim da teoria”, recuo ou até mesmo retrocesso marca a passagem para um movimento que prioriza a eficiência e a experiência imediata, caracterizando-se pelo pragmatismo. A prática desprovida de reflexão. Basta o *Know-how* e a teoria é considerada perda de tempo ou especulação metafísica. No máximo, ela é restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária que está presa à sua própria estrutura discursiva.

Também não se trata de supervalorizar a teoria, pois no caso de uma profissão, suas tecnologias não envolvem somente teorias, mas também regras e normas. A questão é não confundir as devidas diferenças realmente existentes entre os objetivos das ciências básicas e aplicadas e as profissões. Se o foco é priorizar as elaborações teóricas, sem se preocupar com as respostas, muitas vezes imediatas, que uma profissão tem de atender, então podemos cogitar uma mudança de estatuto de profissionais para cientistas sociais e nos ocuparmos somente das referidas temáticas. Desenvolver um exercício profissional qualificado, do ponto de vista do conhecimento, é um desafio maior, porque envolve não somente o domínio das teorias sociais, mas exige também sua contraposição com a realidade, fornecendo respostas técnicas, em vista de procedimentos. Demanda muito mais a elaboração do Assistente Social sobre os objetos do seu fazer profissional, do que somente a apropriação das teorias sociais.



Sobre as causas e os efeitos do que poderíamos chamar de inversão das prioridades de estudos e pesquisas, podemos aventar, desde o menosprezo e o preconceito pelas questões profissionais, aparentemente mais simplórias, até a estreita apropriação de determinados paradigmas sociais, pois quando enfatizamos demais as características do paradigma, acentuamos sua força persuasiva de modelo e visão de mundo, capaz de definir, antecipadamente, prioridades e interesses de pesquisa por si mesmo. Pensando nessas possibilidades e em outras relacionadas ao aprendizado com a experiência de nossos vizinhos, reportamos o exemplo de uma área muito parecida com o Serviço Social, que também sofreu forte inspiração religiosa, e ainda se apropria dos mesmos paradigmas e teorias sociais.

#### **4.3.1 O caso do Grupo de Estudos: Trabalho e Educação**

Partilhamos dessa experiência no mestrado em Educação, por fazer parte da linha de pesquisa Trabalho e Educação. Por meio da disciplina intitulada “Seminários de Pesquisa”, é que entramos em contato mais de perto com as questões colocadas pelos principais expoentes do plano nacional das temáticas: Trabalho e Educação. Um dos objetivos dessa disciplina consistia em apresentar o acúmulo, os avanços e os desafios da linha de pesquisa, tendo em vista o planejamento e o desenvolvimento futuro das pesquisas dos novos mestrandos e doutorandos da linha Trabalho e Educação.

Esta experiência é significativa e relevante de ser aqui explanada por ter semelhanças e revela algumas questões que nos auxiliam a pensar a produção de conhecimentos em Serviço Social, dentre estas, desatacamos a própria questão da categoria trabalho, como discussão central para compreensão da profissão hoje.

Começamos contando um pouco da experiência do Grupo de Trabalho (GT) chamado “Trabalho e Educação” (TE) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPED). Os GT da ANPED foram organizados nas temáticas da educação. Os GT consistem em grupos de pesquisadores articulados em determinada área de estudos, em interlocução nacional e internacional, que funcionam como um fórum de debates para a socialização e o desenvolvimento de pesquisas.

Os GT foram criados em 1981 na 4ª Reunião Anual da ANPED. Entre esses GT está o de Educação e Trabalho que, posteriormente

passou a chamar Grupo de Trabalho em Trabalho e Educação (GTTE). Ele se subdivide nas seguintes temáticas ou linhas de pesquisa: Educação e Trabalho: teoria e história; Trabalho e Educação Básica; Profissionalização e trabalho; Trabalho e educação nos movimentos sociais; Educação do trabalhador nas relações sociais de produção.

Trein e Ciavatta (2003) fazem uma análise do percurso teórico e empírico de GTTE nos últimos anos, fazendo um levantamento das principais produções do GT, de acordo com as temáticas ou linhas de pesquisa. Parte da constatação da necessidade de desenvolver o corpo teórico da área, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da relação entre trabalho e educação, porém adverte para os perigos da manipulação de conceitos gerais como se fossem uma substantividade própria. Trata-se de um estudo similar ao estado da arte, isto é, um mapeamento da produção acadêmica em diferentes espaços e tempos (áreas de concentração e meios de divulgação). Utilizando resumos, as autoras procuram identificar na produção do GT o objetivo principal, a metodologia, os procedimentos empregados, os sujeitos da pesquisa, os resultados e as conclusões.

O GTTE tem como objetivos: promover a discussão sobre as publicações na Reunião Anual e sua contribuição para a pós-graduação, graduação, prática pedagógica, ensino fundamental e médio; promover o intercâmbio entre os grupos de pesquisa da área; organizar, publicar, divulgar pesquisas e estimular o aprofundamento de temáticas ou desenvolvimento de temáticas novas.

Na década de 1970, as temáticas relacionadas ao GT de Trabalho e Educação estavam centradas em estudos ligados à economia da educação, à formação profissional e técnica (a exemplo da Teoria do Capital Humano, do tecnicismo e das teorias reprodutivistas). Na década de 1980, com a redemocratização do país e a tentativa de construção de um novo projeto hegemônico, o tema Trabalho e Educação aparece vinculado à superação do autoritarismo e a luta dos trabalhadores. As pesquisas buscaram compreender os processos pedagógicos (escolares e não-escolares) a partir do mundo do trabalho (a exemplo do trabalho como princípio educativo e a politecnia), tomando o método da economia política como diretriz para a construção de conhecimento. Dessa forma, podemos observar a preponderância do materialismo histórico como referencial interpretativo do GT.

Frente a esse contexto, Bonfim (2007), problematiza a mudança de nomenclatura ocorrida em 1986, quando o nome do GT Educação e Trabalho passou a chamar para GT Trabalho e Educação. Assim, o autor

tenta resgatar essa data para fazer uma avaliação das mudanças ocorridas, bem como, de seus desafios e limites.

Inicialmente, o autor resgata alguns trabalhos que fazem alusão direta ou indireta ao GTTE, sustentando que a mudança para Trabalho e Educação não se trata somente de uma mudança semântica, mas de uma escolha teórica, política e ideológica. Com base na avaliação de outros autores sobre as publicações do GTTE, denuncia as análises pautadas no determinismo tecnológico e na tentativa de enquadrar a realidade empírica nos modelos prescritos na literatura. Bonfim (2007) também realiza algumas entrevistas com os principais membros dos GTTE, combinando com alguns depoimentos sobre o GT já presentes na literatura, a respeito da troca do nome do GT. O autor interpreta que houve pouca tensão e divergência em torno da mudança de nomenclatura por conta da proximidade dos pesquisadores e do momento pós-ditadura que articulou os pesquisadores em um mesmo objetivo.

A conclusão a que se chegou – e que foi da maior relevância – foi a de que, até o momento, a área estava padecendo de uma inversão ao tomar a educação como ponto de partida para a análise. Retomando-se os princípios fundamentais da crítica a economia política, concluiu-se que o que distingue esta área temática de outros [sic] no campo geral de educação é o fato de que nesta, a dimensão trabalho constitui-se como categoria central da qual se parte para a compreensão do fenômeno educativo e das articulações recíprocas entre as duas dimensões – educação e trabalho. (Kuenzer, 1991 *apud* BONFIM, 2007, p. 9).

As opiniões a respeito do GTTE dividiam-se no entendimento de que existia uma orientação materialista, mas o grupo estava aberto a pessoas de outras orientações, e no entendimento de que eram todos materialistas marxistas. Dentre as principais referências bibliográficas mapeadas no estudo, a maioria estava pautada no marxismo. Esse quadro levou o autor a concluir que o GT trata o marxismo em termos ortodoxos, e não como uma referência básica. A consequência disso seria a subordinação da temática da educação a do trabalho. Na interpretação do autor, existem formas diferentes de compreender o GT, mas todas elas reconhecem as suas fragilidades: Uma primeira corrente percebe que o GTTE em nome do materialismo desprestigia questões da área de educação em favor de questões mais estruturais, relativas ao

Estado e à economia; Uma segunda corrente ratifica o marxismo, mas investe mais na crítica ao movimento auto-referencial do grupo, voltado demasiadamente às mesmas referências. A maior parte dos autores reconhece na identidade do GTTE a perspectiva teórica do marxismo.

O depoimento de uma professora integrante do GTTE é bastante ilustrativo do principal obstáculo do GTTE:

a inversão de trabalho para educação tinha feito com que o pessoal se seduzisse pelo mundo do trabalho e perdesse o objeto educação como referência... Então, todo mundo pesquisava globalização reestruturação produtiva... Então isso virou discussão de economia, de ciência política, de sociologia do trabalho, de administração, mas a perspectiva da educação dos trabalhadores, isso parecia que era coisa de pedagogo, era coisa menor e não objeto do GT. [...] As pessoas foram ao mundo do trabalho e não voltaram. (Kuenzer, 1991 *apud* BONFIM, 2007, p. 13).

Com base nessa experiência, de maneira geral, podemos refletir sobre possíveis semelhanças com a nossa área de estudo, a começar pela suposta definição dos interesses e das prioridades de pesquisa a partir do paradigma teórico marxista e não das demandas e procedimentos profissionais. Decorre da exacerbação paradigmática, a tentativa dos pesquisadores de encaixar a realidade de seu objeto de estudo em modelos teóricos, quando não, buscam tentar compreender todas as questões profissionais a partir do paradigma marxista, muitas vezes, recusando-se em olhar para as demandas impostas pela realidade profissional. Além da questão paradigmática, a referência para temáticas mais amplas das ciências sociais como trabalho, globalização, entre outras acabam se tornando o ponto de partida e de chegada, diluindo o foco profissional. Em outras palavras, poderíamos aventar que, muitas vezes, o Serviço Social foi até as ciências sociais e não voltou.

Como possível solução para as fragilidades do GTTE, o autor entende que,

Talvez o desafio do GTTE (e provavelmente de qualquer um outro GT) é exatamente a manutenção de uma dialética entre identidade e pluralidade, entre autonomia e heteronomia. E se o problema não está na opção teórica em si, pode estar na construção e desenvolvimento da teoria e da relação desta com a empiria. No caso do GTTE, o problema pode não estar na identidade

epistemológica do grupo, mas pode estar no tipo de diálogo que trava (ou não trava) com outras teorias. (BONFIM, 2007, p. 11).

Embora a sugestão nos pareça fundamental, pensando na influência paradigmática sobre a produção do Serviço Social, o problema vai além da apropriação da teoria, pois o paradigma marxista, (como outras teorias macro sociais) não se ocupa das questões de prática profissional<sup>16</sup>, mas sim da prática política. Talvez, em razão disso, decorra o menosprezo dos assuntos do exercício profissional e a ausência de um corpo teórico-técnico sólido e próprio da área. Ou até mesmo de um vocabulário profissional compartilhado, ponto de partida para a convergência das pesquisas, discussão de técnicas e de procedimentos. Voltaremos a essa questão na próxima seção.

#### **4.3.2 A dimensão da ética e da política e o exercício profissional**

Como vimos, na subseção 2.2.3, que trata das abordagens metodológicas, a especificidade do paradigma marxista está na finalidade da prática política e da transformação social, diferentemente dos outros paradigmas que não tem a preocupação, ao menos no plano do conhecimento, com as lutas sociais. Nesse caso, os pesquisadores procuram afastar suas opções políticas, em vista de outros valores próprios da ciência clássica, como a objetividade.

Dentro da abordagem crítica, inclusive a produção do conhecimento não pode ser realizada da maneira tradicional, ou seja, na prática acadêmica, mas de maneira articulada com os sujeitos sociais e a prática política. O cientista combina sua função com a de educador e promotor de atitudes políticas. Portanto, do ponto de vista dessa abordagem, a proposta da *práxis* transformadora exige uma revisão radical da maneira acadêmica e conservadora como está se produzindo o conhecimento supostamente crítico. Exige um cientista que seja também militante político.

---

<sup>16</sup> Ver o artigo de Baptista (1992). Nele, a autora explica que o marxismo trata a prática humana mais geral sob o capitalismo (relação capital-trabalho) e, não a intervenção profissional, desprivilegiada pelos pensadores marxistas de maior renome. A autora sugere o recurso às teorias microsociais, mais próximas do nível da prática profissional.

Essas características do paradigma conduzem a reflexão sobre a sua influência no interior do Serviço Social, especialmente com relação à ênfase na prática política em detrimento da “prática” profissional nas suas dimensões procedimentais. Assim é que, dos 4 artigos do eixo sobre a intervenção profissional do Serviço Social e os direitos humanos, 3 estão relacionando o exercício profissional muito mais à dimensão da ética e da política (basta ver os objetivos e os títulos dos artigos da seção 3.2.3.1 Serviço Social). Somente dois artigos de Assistentes Sociais fazem alguns poucos apontamentos fora dessa dimensão, porém conservando alguns traços do debate político.

O artigo de Argenti e Silveira (2004), aborda alguns aspectos do exercício profissional do Assistente Social na área saúde, envolvendo a temática da violência doméstica. No entanto, no que diz respeito ao exercício profissional o debate é muito mais prescritivo do que operativo. Ou seja, aponta o que fazer e o que deve ser, mas não como fazer, porque fazer desta e não de outra maneira. Por exemplo, pressupõe que para desenvolver um trabalho de prevenção a violência é preciso esclarecimento da população sobre os direitos das crianças e a realização de trabalhos com grupos, mas não discorre sobre quais os procedimentos necessários para esclarecer uma população, como fazer estas campanhas ou até mesmo desenvolver trabalhos com grupos, enfim, não aprofunda o debate.

Assim, finaliza enfatizando que a avaliação do Assistente Social é fundamental para conhecer as condições de vida das famílias, bem como, para desvelar e trabalhar a possibilidade de meus tratos. Depreende-se que o artigo consiste num esforço de evidenciar a influência das condições de vida das famílias na situação de maus-tratos. Mesmo sabendo dos limites dos seus objetivos e espaço de discussão, fica o questionamento de como o Assistente Social “trabalha” a possibilidade de maus-tratos.

Contudo, ainda ficam resquícios da dimensão política, na passagem em que se afirma ter o Serviço Social o papel de agente transformador, que visa à mudança do contexto social do ser humano, de forma a garantir a satisfação dos direitos sociais básicos da população. Parece que seria mais apropriado perguntar como os Assistentes Sociais procedem para garantir os direitos sociais básicos da população com a qual “trabalham”. Também que parece ilusória a elevada expectativa de

que uma profissão sozinha tenha a capacidade de transformar a sociedade<sup>17</sup>.

O artigo de Torres (2001), também desenvolve alguns poucos apontamentos sobre a intervenção do Assistente Social e os direitos humanos, porém numa perspectiva mais prescritiva e política do que técnica e operativa. Para a autora, a intervenção profissional na defesa dos direitos humanos deve ser estratégica. Essa depende da competência profissional nos planos teórico, ético, técnico e político e da construção de uma política institucional comprometida com os direitos humanos em diversos planos, como saúde, educação, entre outros, para fazer frente à ameaça neoliberal que assombra a sociedade atual.

Igualmente, o artigo de Barroco (2004) segue nessa direção. A autora considera que, a introdução dos direitos humanos na ética profissional coloca novos desafios ao Serviço Social. Por isso, defende uma abordagem crítica e histórica dos direitos humanos, justificando que a discussão do Serviço Social nos direitos humanos está pautada na ontologia social de Marx. Para ela, essa tradição é capaz de situar os limites das concepções abstratas de universalidade dos direitos humanos, mas também, as possibilidades de ganhos com a historicidade dos direitos humanos, enquanto bandeira de luta dos trabalhadores.

Ainda reforçando essa discussão ética e política, insere-se o artigo de Bermúdez (2002), defendendo que os componentes técnicos e operativos sejam abordados em suas dimensões política e ética. Para a autora, a profissão não deve se guiar por metas prático-administrativas, mas pela essencialidade do que os Assistentes Sociais investigam e intervêm, pois somente dessa maneira os componentes de um projeto profissional terão uma dimensão emancipadora. Nota-se no termo essencialidade, a apropriação das categorias da aparência e da essência da teoria social de Marx.

Nessa discussão, os direitos humanos aparecem quase sempre como frente de luta dos Assistentes Sociais, localizados no âmbito dos valores profissionais. Parece evidente que a produção do Serviço Social sobre os direitos humanos, principalmente sob o paradigma marxista está reduzida ao campo da ética, enquanto espaço de fundamentação filosófica dos direitos humanos, e da política. A própria noção de

---

<sup>17</sup> A referência das expectativas revolucionárias sobre a profissão foi baseada no debate do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

intervenção estratégica evidencia a remissão da intervenção profissional com os direitos humanos ao campo da política. Com isso, não estamos negando a importância da política ou defendendo uma pretensa neutralidade.

O problema é que o debate dos direitos humanos permanece eminentemente subordinado a política, e desse ponto de vista, estaciona a produção do conhecimento e o debate parece ser suficiente. Ou seja, não existem maiores elaborações ou desenvolvimentos teóricos, conceituais e técnicos sobre os direitos humanos pelos Assistentes Sociais. Os valores emancipatórios podem justificar qualquer intervenção e procedimento, desde que preservados os interesses da classe trabalhadora. Daí as críticas a esta perspectiva do risco da profissão se descaracterizar e se confundir com o partido político, por meio de uma teoria e uma ideologia (no sentido de concepção de mundo e projeto de sociedade). E a posição oposta a esta condição seria a preocupação direta com a produção de conhecimentos sobre direitos humanos, consolidando conceitos e construindo categorias, o que não aparece nos textos investigados.

Tomar os direitos humanos somente como retórica ou bandeira de luta é muito pouco para uma profissão que pretende firmar-se como área de conhecimento, e significa também afirmar que, no caso de uma profissão, os fins justificam os meios<sup>18</sup>. Temos o pressuposto de que, numa profissão o elemento ético-político, está diretamente vinculado ao desenvolvimento teórico e técnico, caso contrário, instaura-se um vazio que dá margem para tudo, isto é, para todo o tipo de explicação. O valor dos direitos humanos não se esgota em si mesmo para uma profissão comprometida com o avanço do conhecimento. A pré-condição para um trabalho científico sério, envolvido com a construção do conhecimento é a elaboração conceitual. No âmbito profissional é a capacidade de desenvolver esses conceitos, elaborando e experimentando categorias e procedimentos no laboratório social (cotidiano), que favorece avanços tecnológico-científicos.

Ficam os indicativos de que a presença, e também a ausência, da temática dos direitos humanos na produção de artigos do Serviço Social segue determinadas leituras decorrentes da perspectiva marxista. De qualquer forma, não restam dúvidas de que no âmbito do Serviço Social, considerando o peso e a representatividade das revistas estudadas, o

---

<sup>18</sup> Até Adolf Hittler escreveu sobre e defendeu os direitos humanos. Ver Trindade (2002).



espaço de discussão dos direitos humanos é bastante restrito e, na perspectiva marxista esboçada, pouco aprofundado, porquanto está circunscrito aos níveis ético e político de interpretação e análise. O debate dos Assistentes Sociais se resume à crítica dos direitos humanos, como substrato do discurso ideo-burguês, e da defesa dos direitos humanos, como projeto de emancipação política dos trabalhadores e instrumento de conquista histórica das classes. Posto dessa maneira, o debate não avança nos questionamentos e não se encaminha ao aprofundamento e a explicitação de seus fundamentos. Isto pode ser um forte indício da confirmação de nossa hipótese, qual seja, a de que carecem os Assistentes Sociais do desenvolvimento de concepções mais elaboradas de direitos humanos, agora, com o reconhecimento de uma outra fragilidade na produção do conhecimento sobre a relação dos direitos humanos com o exercício profissional.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nossa experiência no ensino e na pesquisa, temos nos deparado com questões que apontam para uma suposta falta de subsídios específicos (tanto teóricos, quanto técnicos em termos de quantidade e qualidade, ou seja, número de produções, fundamentação etc) direcionados para o exercício profissional do Assistente Social. Desde a iniciação científica, passamos a considerar que muitos conflitos presentes nas equipes multiprofissionais, as quais contavam com o Assistente Social, não se referiam somente aos corporativismos e as disputas por atribuições e competências profissionais, mas também as necessidades de uma melhor estruturação do campo disciplinar do Serviço Social.

No mestrado, vimos que as crescentes demandas dos alunos por um debate mais articulado e direcionado para os propósitos do Serviço Social, sobretudo, o exercício profissional, ultrapassavam a pauta dos conhecimentos programáticos das disciplinas do curso. Muitas vezes, os alunos interpretavam a falta desse debate como uma resistência do programa e dos professores para introduzir modificações nos conteúdos programáticos. Em nosso entendimento, essas demandas não poderiam e nem podem ser respondidas facilmente, porque dizem respeito a possíveis faltas e limitações no âmbito dos conhecimentos do Serviço Social.

Nesse sentido, essas demandas vão além do debate da formação profissional, da docência e da organização curricular, elas referem-se, sobretudo, ao desenvolvimento da pesquisa e a produção do conhecimento direcionadas aos propósitos do Serviço Social. Podemos aventar que essas lacunas no âmbito do conhecimento, e consequentemente, da formação, rebatam na trajetória de muitos estudantes em fim de formação, que esperam encontrar na continuidade da formação em nível de pós-graduação a esperada fundamentação, e pelos próprios profissionais atuantes que, buscam na continuidade da formação e nos conhecimentos de outras áreas, os fundamentos para respaldar o seu exercício profissional.

As longas discussões sobre teoria e prática dão uma dimensão do problema, embora as razões para tal dificuldade sejam interpretadas de maneiras muito diferentes. Por vezes, numa análise até individualizante, interpreta-se a demanda por conhecimentos mais articulados e direcionados, tanto como uma dificuldade de formação (limitações no

ensino profissional), quanto de apropriação (no sentido de entender e colocar em prática) das principais teorias que embasam a formação profissional de orientação “crítica”, ameaçando a desejável indissociabilidade da teoria com a prática. Busca-se examinar as razões dentro do principal marco teórico de fundamentação da formação, pois na abordagem crítica é central a articulação entre teoria e prática chamada *práxis* (integração conhecimento produzido, intervenção profissional e atitudes políticas na transformação da realidade).

De nossa parte, parece bastante abrangente e generalizadora a referida explicação, baseada simplesmente numa dificuldade de conciliar a teoria e a prática, porque as teorias são em si mesmas, bastante abstratas e generalizadas, não podendo ser diretamente aplicadas na solução de problemas práticos. Além disso, essa apropriação das teorias baseada na crença da sua capacidade de fazer frente aos problemas práticos, sem mediações de conhecimentos aplicáveis e tecnológicos, remete a hipótese da inobservância das especificidades e limitações dos conhecimentos científicos, isto é, das possibilidades das teorias contemplarem a complexidade da prática profissional.

Embora existam diferentes interpretações para o surgimento da profissão, é bastante aceite a sua vinculação histórica com a ação social da Igreja Católica. Essa vinculação nos primórdios da profissão é indicativa que a profissionalização inicial desse segmento teve no conhecimento religioso o respaldo para interpretar e responder as primeiras demandas profissionais. No decorrer de sua trajetória, principalmente quando da sua aproximação com as instituições e da sua inserção no Estado, o Serviço Social brasileiro começou a buscar respaldo no conhecimento científico, iniciando processos de afirmação e ruptura com determinadas teorias sociais. Assim sendo, durante a história da profissão, tivemos diferentes tipos de conhecimento (científico, religioso) subsidiando a sua construção, o que levantou a necessidade de investigar mais profundamente as relações dessa com o conhecimento científico. (MARTINELLI, 2006).

Ademais, esse processo de afirmação e ruptura com determinadas teorias sociais, chamou a nossa atenção pela necessidade expressa pelo conjunto da profissão de assumir ou adotar uma única “matriz paradigmática” para dar respaldo à formação e ao exercício profissional. Hoje, o Serviço Social firma sua perspectiva “teórico-metodológica” no âmbito da chamada “teoria social crítica”, ou seja, no legado da tradição marxista. Essa perspectiva adquiriu centralidade no âmbito da profissão, possivelmente pela radicalidade interpretativa, desvelando as estruturas

sociais de dominação e exploração que, por sua vez, repercutem na pobreza e na miséria, com as quais o profissional se defronta freqüentemente.

No entanto, a mediação entre uma teoria e uma profissão parece mais complexa do que se imagina, pois ambas guardam especificidades. Se todo conhecimento (especialmente o científico) correspondesse diretamente à uma forma de ação, não seriam necessárias as tecnologias e a pesquisa. Assim, não deixa de ser importante o desenvolvimento da discussão mais ampla da relação entre os conhecimentos científicos e as profissões, como dispomos de muitas produções com foco na ontologia, ao contrário das produções com foco na epistemologia. Assim reafirma-se a necessidade de continuar estudando como o Serviço Social vem apropriando-se do e elaborando o conhecimento.

Embora, o Serviço Social possa contribuir para a elaboração de conhecimentos científicos básicos e aplicados no campo das ciências sociais, supostamente, o foco são os conhecimentos tecnológicos, ou seja, aqueles responsáveis por auxiliar o profissional a intervir na realidade imediata. Se a observação e a experiência indicam que carecem os profissionais de subsídios (conhecimentos teóricos e técnicos para o exercício profissional), a explicação possivelmente reside no foco da produção do conhecimento na área, pois se os conhecimentos básicos tem sido o foco predominante da produção na área, faz sentido considerar a existência de lacunas no ensino do exercício profissional, uma vez que os conhecimentos básicos não têm uma correspondência direta com a resolução de problemas da realidade imediata.

As pesquisas encontradas sobre a produção do conhecimento em Serviço Social concentram-se somente nos aspectos quantitativos dessa produção. Em razão do volume de publicações, tomam pela quantidade a qualidade, como demonstrativo do desenvolvimento do campo de conhecimento da área. A construção do conhecimento pela profissão é concebida como possível contribuição para a compreensão e solução dos problemas sociais. No entanto, cabe questionar, a partir dessas publicações, quais tipos de conhecimentos são considerados passíveis de contribuir para a solução dos problemas sociais, ou seja, para os objetivos práticos dos profissionais em exercício. (SILVA, et al, 2005).

Além disso, a desejável e a necessária “interlocação interdisciplinar” que a profissão realiza ao incorporar conhecimentos advindos, especialmente da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e da Economia, coloca tantas vantagens, quanto problemas. O desenvolvimento da interdisciplinaridade, não prescinde do

desenvolvimento da especialidade, isto é, da organização, sistematização e do desenvolvimento do conhecimento na área de acordo com os objetos e objetivos profissionais. (JANTSCH & BIANCHETTI, 2008). A questão da apropriação e da elaboração ou construção de conhecimentos é analisada de forma diferenciada pelos docentes e profissionais da área:

Segundo Kameyama (1998, *apud* SILVA, et al, 2005), a partir dos anos 1980, o Serviço Social iniciou a produção de seus próprios conhecimentos, não estando apenas a aplicar aqueles conhecimentos produzidos por outras áreas, particularmente pelas Ciências Sociais. Embora referindo-se particularmente à prática profissional, para Almeida (2006), historicamente, o Serviço Social esteve muito distante de atender preocupações investigativas que demandassem a mobilização e o domínio de um conjunto de instrumentos e aportes teórico-metodológicos, como ocorre comumente entre os pesquisadores das Ciências Sociais.

Nesse sentido, identificamos na literatura especializada diferentes compreensões sobre os tipos de conhecimentos disponíveis para aplicação na realidade social, bem como, quanto ao grau de apropriação e elaboração de conhecimentos na profissão que, por sua vez, vêm acompanhadas de diferentes concepções de conhecimento e de ciência. Assim sendo, torna-se fundamental a continuidade da discussão de como o Serviço Social vem classificando, delimitando, distinguindo, organizando e transmitindo seus próprios conhecimentos, como condição para a melhoria da qualidade dos serviços e para a conquista da autonomia e do reconhecimento profissional.

Essas mesmas compreensões sugerem haver um desconhecimento e uma indistinção entre os conhecimentos básicos, aplicáveis e tecnológicos, sobretudo aqueles relacionados à apropriação do pensamento de autores clássicos das Ciências Sociais, como condição para a sustentação da análise, da interpretação e da intervenção no Serviço Social. Com isso, não estamos sugerindo que os conhecimentos básicos, aplicáveis e tecnológicos são opostos, pelo contrário, integram uma mesma unidade epistêmica, porém com particularidades. Também não estamos menosprezando a importância dos conhecimentos básicos, pois quando lidamos com conceitos e categorias sua manipulação torna-se imprescindível.

Essas questões remetem a outras mais profundas, como a relação da teoria com o objeto de estudo. No caso da vinculação majoritária a uma determinada teoria, como o legado marxista e/ou marxiano na produção do conhecimento no Serviço Social, cabe refletir se é mais

adequado que a teoria que oriente a escolha do objeto de estudo ou o contrário. Em outras palavras, qual a relação do sujeito com o objeto de estudo. Partimos do pressuposto de que o tipo de apropriação do objeto revela se a construção do conhecimento está predominantemente pautada pela visão de mundo, pelo referencial teórico-ideológico ou pelo problema de pesquisa.

A suposta presença de uma teoria majoritária pressupõe que essa seja superior as outras na capacidade de análise e interpretação, principalmente de responder as demandas do exercício profissional. No caso da produção do Serviço Social sobre direitos humanos, compete indagar se as teorias são percebidas como matrizes paradigmáticas que apresentam contribuições, mas também limitações. No encaminhamento do debate dos direitos humanos, continua central o questionamento da concepção de ciência presente na produção da área, em suma, como as questões epistemológicas estão sendo desenvolvidas, observando a sua relação com o exercício profissional.

Não pretendíamos esgotar tais questões abrangentes e de difícil solução, apesar de considerá-las importantes, mesmo que seja somente para fins de exposição e problematização. Tendo como horizonte as tendências, os desafios e as implicações epistemológicas para a construção do conhecimento na área, nossa pesquisa girou em torno da seguinte questão: como o conhecimento sobre direitos humanos é constituído no Serviço Social. Se esta resposta não cabe a uma dissertação de mestrado, acreditamos que este trabalho em sua restrita previsibilidade indica que o problema é relevante e precisa ser discutido dentro do Serviço Social.





## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Documentos**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/documentos.php> Acesso em: 23 novembro 2010.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 399-408, 2006.

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ARGENTI, C. F. & SILVEIRA, E. M. C. Pais apanham da vida e filhos apanham dos pais: desvelando as suspeitas de violência contra a criança a partir da experiência de estágio profissionalizante. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, dez, p. 1-14, 2004.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 5, São Paulo: Cortez, 1992.

BARROCO, M. L. S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 27-41, 2004.

BARROS, M. N. F. & SUGUIHIRO, V. L. T. A interdisciplinariedade como Instrumento de Inclusão Social: Desvelando Realidades Violentas. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, dez, p. 1-16, 2003.

BERMÚDEZ, M. S. M. Ética y Trabajo Social en el Mercosur. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 5, n. 1, jan./jun., p. 11-21, 2002.

BIDARRA, Z. S.; OLIVEIRA, L. V. N. Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantias de direitos fundamentais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 94, jun. p. 154-174, 2008.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Tradução Carlos Nelson Coutinho

\_\_\_\_\_. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. Tradução Marco Aurélio Nogueira.

BOMFIM, A. Há 21 anos “Educação e Trabalho” transformou-se em “Trabalho e Educação”: da construção da identidade marxista aos desafios da década de 90 pelo GTTE da ANPED. **30º Reunião Anual da ANPED/GT09**, 2007.

BOURDIEU, P. & CHAMBOREDON, J. C. & PASSERON, J. C. **El ofício de sociólogo: presupuestos epistemológicos**. 6. ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1983.

BRUYNE, P. & HERMAM, J. & SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BUSSINGER, V. V. Fundamentos dos direitos humanos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53. mar. p. 9-45, 1997.

CHALMERS, A. F **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

COSTA, G. M. Liberalismo e direitos humanos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 74. jul. p. 151-181, 2003.

CIAVATTA, M. TREIN, E. O percurso teórico e empírico do GT trabalho e educação: uma análise para o debate. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, set/dez, 2003.

CUPANI, A. O. **Filosofia da ciência**. Florianópolis: Filosofia, EAD, UFSC, 2009.

DIAS, M. T. G. Os direitos dos portadores de sofrimento psíquico no contexto do neoliberalismo. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, dez, p. 1-18, 2004.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

DUTRA, L. H. A. **Teoria do conhecimento**. Florianópolis: Filosofia, EAD, UFSC, 2008.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1993.

GAMBOA, S. A. S. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: SANTOS FILHO, J. C. & GAMBOA, S. A. S. (orgs.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.  
Tradução Sandra Regina Netz

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GROSSI, P. K. et al. Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para a paz. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1. dez, p. 1-16, 2005.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: **Os pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, 1984.

JANTSCH, A. P. BIANCHETTI, L. (orgs.) **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LACEY, Hugh. O princípio da precaução e a autonomia da ciência. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 373-392, 2006.

LIMA, A. J. A constituição dos direitos do homem e sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53. mar. p. 46-66, 1997.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. **A questão judaica**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

MANGINI, F. **A interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MEDEIROS, M. B. M. Interdição civil: uma exclusão oficializada. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, dez, p. 1-30, 2006.

\_\_\_\_\_. O Estado e os Direitos Humanos: uma visão em perspectiva. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, dez, p. 1-16, 2003.

MÉSZÁROS, I. Marxismo e Direitos Humanos. In: MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Editora Ensaio, p. 204-217, 1993.

MONTAÑO, C. E. Buscando la ‘especificidad’ prometida: el endogenismo del Servicio Social. **Boletín Eletrônico Surá**, Escuela de Trabajo Social: Costa Rica, n. 24, jul./, 1998.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Illuminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente**. Florianópolis: DP&A, 2003.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e**

trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 141-160, 2006.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 12. n. 1, jan./ jun., p. 68-76, 2009.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. In: SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, v. 1. 2001.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. O. S. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação do conhecimento dos programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. B. & SILVA, M. O. S. (orgs.) **Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 69-131, 2005.

TORRES, A. A. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 67, p. 76-92, 2001.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

WEBER, M. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

## ANEXOS

## ANEXO A

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL  
SOBRE DIREITOS HUMANOS

## IDENTIFICAÇÃO

Referencia bibliográfica completa

## CARACTERIZAÇÃO

2.1. Tema Central

2.2. Temas Correlatos

2.3. Características do estudo/Tipo de estudo

2.4. Objetivo do trabalho

2.5. Metodologia

2.6. Local em que foi realizado o trabalho

2.7. Autores e formação

2.8. Dimensões (discurso de fundo)

2.9. Conceitos e categorias utilizadas

2.10. Concepção de direitos humanos

2.11. Abordagem metodológica

2.12. Relação com o exercício profissional

## OUTROS

3.1. Resumo do trabalho (principal idéia, objetivos, resultados e conclusões)

3.2. Comentários do pesquisador e destaques